

ESCOLA NORMAL EM TERESINA



NORMA PATRICYA LOPES SOARES

NORMA PATRICYA LOPES SOARES

**ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1864 – 2003): RECONSTRUINDO UMA
MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

TERSESINA/PI

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1864 – 2003): RECONSTRUINDO UMA
MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

NORMA PATRICYA LOPES SOARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

ORIENTADORA: PROF^a Dr^a MARIA DO AMPARO BORGES FERRO

TERESINA-PI, MAIO DE 2004

NORMA PATRICYA LOPES SOARES

ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1864 – 2003): RECONSTRUINDO UMA
MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEFESA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria do Amparo Borges Ferro
Orientadora

Profº Drª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Profº Drº Antonio de Pádua Carvalho Lopes

À minha mãe,
companheira ímpar
neste caminho.
Sua dedicação,
incentivo,
e auxílio
nos diversos momentos
(digitação, coleta dos dados,...)
são ações que só Deus pode retribuir!
Obrigada por tudo!!!

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo foi possível dado às contribuições e incentivos de muitas pessoas e instituições. Correndo o risco de omissões gostaria de expressar meus agradecimentos especialmente a alguns.

À Dr^a Maria do Amparo Borges Ferro, mais que Orientadora e Professora, pela sua disponibilidade em orientar este trabalho, pelas suas meigas palavras ao solicitar alterações e/ou sugestões e fazer as críticas necessárias ao engrandecimento desta obra.

Aos Professores Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes e Dr^a Marlene Araújo de Carvalho que gentilmente participaram da qualificação desta dissertação e apresentaram sugestões inestimáveis à sua melhoria.

Aos depoentes que, exercitando suas memórias contribuíram com preciosas informações, tornando possível o desvelamento desta história:

- Ana Rosa de Lima Brito (Dada)
- João Carvalho Mendes
- Palmira Luzia Soares
- Maria Sousa
- Bárbara Maria Macedo Mendes
- Enid Matos Rocha Veloso
- Afrânio Messias Alves Nunes
- Raimunda Carvalho (Mundoca)
- Maria de Jesus Silva Santana
- Marlene de Oliveira Vaz
- Maria dos Remédios Moura Silva
- Cacilda Araújo da Silva Filha
- Regina Cele Bonfim de Sabóia Paz
- Vanderlan Pereira da Silva
- Maria de Fátima Melo (Fafá)
- Regina Célis Almeida Marreiros
- Jovina da Silva
- Raimundo de Araújo Sampaio

Ao Professor João Luis Marques pela importante ajuda na revisão de linguagem deste trabalho.

Aos funcionários das diversas Bibliotecas e Fundações que contribuíram com suas gentilezas e simpatias na busca dos livros e documentos solicitados, em especial os da Casa Anísio Brito (Arquivo Público) na pessoa de Maria de Jesus.

Aos colegas da turma pela pronta acolhida e amizade, principalmente, Rozenilda Castro e Vilma Dias.

A José Maria Vieira de Andrade (Bolsista do Programa de Mestrado em Educação), pela colaboração na microfilmagem dos documentos existentes na Casa Anísio Brito.

À minha irmã Eliana Myryan Lopes Soares e meu cunhado Sérgio Luis Veras Barros que pacientemente auxiliavam quando o meu computador dava pane.

Ao meu pai José Gonçalo que gentilmente me acompanhava durante a coleta dos dados.

Ao meu irmão George Ney que prontamente fotocopiava (mediante autorização) algumas dissertações ou teses para que pudesse ler durante as madrugadas.

À amiga Letícia Neiva, pela colaboração na versão para o inglês do resumo.

Ao Instituto de Educação “Antonino Freire”, notadamente, nas pessoas das Professoras Regina Sabóia e Regina Marreiros (Diretora e Secretária, respectivamente), que facilitaram minha permanência no Arquivo da Escola durante a pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo que seus nomes não estejam aqui listados.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

RESUMO.....	14
ABSTRACT.....	15
INTRODUÇÃO.....	16

Capítulo I

ENSINO NORMAL NO BRASIL

1.O processo de Implantação do Ensino Normal no Brasil.....	26
2.A Evolução do Ensino Normal no Brasil.....	30
3.A Regulamentação Federal no Ensino Normal.....	37

Capítulo II

SURGE UMA ESCOLA NORMAL NO PIAUÍ (1864 – 1908)

1.Conhecendo um pouco da História, Política, Economia e Sociedade do Piauí.....	50
2.Como surgiu a Escola Normal na Província do Piauí.....	54
2.1 Um Presidente, uma Resolução e a criação da primeira Escola Normal.....	57
2.2 A experiência de anexar a Escola Normal ao Liceu.....	59
2.3 O despertar das mulheres para o magistério.....	61
2.4 O perfil da primeira Escola Normal.....	63

Capítulo III

CONSOLIDA-SE A ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1909 – 1946)

1.Aspectos da História Econômica, Política e Social Piauiense.....	65
2.A Escola Normal Oficial de Teresina: seu Processo de Consolidação.....	75
2.1 Da organização administrativa da Escola.....	77
2.2 Do currículo.....	79
2.3 Da matrícula e concludentes.....	84
2.4 Dos cursos anexos à Escola Normal.....	87

Capítulo IV

CHEGA AO APOGEU A ESCOLA NORMAL TERESINENSE (1947 – 1972)

1.Teresina – Piauí: Aspectos Históricos, Políticos, Econômicos e Sociais.....	92
2.Os Áureos Anos da Escola Normal “Antonino Freire”.....	103
2.1 Da finalidade e estrutura.....	103
2.2 Do currículo.....	108
2.3 Da matrícula e concludentes.....	110
2.4 Dos cursos anexos à Escola Normal.....	113

Capítulo V

DE ESCOLA NORMAL A INSTITUTO DE EDUCAÇÃO (1973 – 2003)

1. Panorama Social, Político, Econômico e Histórico do Piauí nos últimos 30 anos....	119
2. Ensino Normal no IEAF: Possibilidades e Incertezas.....	135
2.1 De ENAF para IEAF.....	135
2.2 Da matrícula e concludentes.....	136
2.3 Dos Estudos Adicionais.....	138
2.4 Do currículo.....	140
2.5 Normal médio ou superior?.....	152
2.6 Do Regimento de 1973.....	152
2.7 Estrutura e atuação do SOE.....	153
2.8 Coordenação pedagógica: de monitoradora a articuladora.....	154
2.9 Do Regimento de [198?].	155
2.10 A Escola de Aplicação – anexa ao IEAF.....	156
2.11 A Secretaria do IEAF no processo de indefinição.....	156
2.12 Estratégia de ocupação do tempo-espaço no tempo de incerteza.....	157
2.13 Do perfil do futuro egresso.....	158
2.14 Das incertezas às possibilidades.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
BIBLIOGRAFIA.....	166

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí SA
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
APL – Academia Piauiense de Letras
ASA – Ação Social Arquidiocesana
BEP – Banco do Estado do Piauí
CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAIC – Centro de Atendimento Integrado à Criança
CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação
CEB – Câmara de Educação Básica
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTREPEC – Centro de Treinamento de Pessoal para a Educação e Cultura
CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí SA
CEPRO – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais
CERMAP – Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense
CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CFE – Conselho Federal de Educação
CLIP – Círculo Literário Piauiense
CODESE – Companhia de Desenvolvimento do Estado
CODIPI – Companhia de Distritos Industriais do Piauí
COHBE – Companhia Hidrelétrica Boa Esperança
COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí
COMEPI – Companhia Editora do Piauí
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CSCJ – Colégio Sagrado Coração de Jesus
EDUFPI – Editora da Universidade Federal do Piauí
EdUFSCar – Editora de Universidade Federal de São Carlos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMC – Educação Moral e Cívica
ENAF – Escola Normal “Antonino Freire”
FADEPI – Fundação de Desenvolvimento do Ensino do Estado do Piauí
FAFI – Faculdade Católica de Filosofia
FAMCC – Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários
FEPEME – Feira de Pequena e Micro Empresa do Piauí
FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FOMINPI – Fomento Industrial do Piauí
FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano
FURPA – Fundação Rio Parnaíba

GECOSA – Gervásio Costa S.A
HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil
HEM – Habilitação Específica para o Magistério
HGV – Hospital Getúlio Vargas
IAPEP – Instituto de Aposentadoria e Previdência do Estado do Piauí
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAF – Instituto de Educação “Antonino Freire”
ISEAF – Instituto Superior de Educação “Antonino Freire”
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB – Movimento de Educação de Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEHME – Núcleo de Educação, História e Memória
NIEE – Núcleo de Integração Escola Empresa
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PABAE – Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEMTUR – Empresa de Turismo Piauiense
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PROFORMAPI – Projeto de Formação do Magistério do Piauí
PRP – Partido Republicano Piauiense
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEED – Secretaria Estadual de Educação
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPP – Serviço de Inquérito e Pesquisa Pedagógica
SMT – Serviço Municipal de Teatro
SOE – Serviço de Orientação Educacional
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
STEP – Serviço de Teatro do Estado do Piauí
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAP – Teatro de Amadores do Piauí
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCG – Universidade Católica de Goiás
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UMC – União dos Moços Católicos
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP Universidade Estadual de São Paulo
UPES – União Piauiense de Estudantes Secundaristas

LISTA DE ABREVIATURAS

Agric. – Agricultura	Func. – Funcionamento
Álg. – Álgebra	Fundam. – Fundamentos
Anat. – Anatomia	Funda. – Fundamental
Antro. – Antropológicos	Geom. – Geometria
Antrop. – Antropologia	h – horas
Arit. – Aritmética	Hig. – Higiene
Art. – Artigo	Hist. – História
Bio. – Biologia	Histór. – Históricos
Biol. – Biológicas	Introd. – Introdução
Civiliz. – Civilização	Ling. – Língua
Comun. – Comunicação	Lit. – Literatura
Compl. – Complementos	Mat. – Matemática
Corog. – Corografia	Meteor. - Meteorologia
Disc. – Disciplina	Metod. – Metodologia
Econ. – Economia	Metodo. – Metodológica
Educ. – Educação	Nat. – Natural/Natureza
Educac. – Educacional	Org. – Organizadores
Ens. – Ensino	Port. – Portuguesa
Esc. – Escola	Psic. – Psicologia
Espec. – Especialmente	Pueric. – Puericultura
Específ. – Específica	Rec. – Recursos
Est. – Estudos	Recr. – Recreação
Estrut. – Estrutura	Resol. – Resolução
Expr. – Expressão	Soc. – Sociais
Fisio. – Fisiologia	Téc. – Técnica
Fís. – Física	TV – Televisão
Fil. – Filosofia	Typ. - Typographia
Filos. – Filosóficos	

LISTA DE QUADROS

Capítulo I

QUADRO I - Currículo do Ensino Normal estabelecido pela Lei Orgânica em 1946

QUADRO II – Currículo Mínimo da Habilitação Específica para o Magistério de 1ª a 4ª
Séries de 1º Grau

Capítulo III

QUADRO III – Grade Curricular de 1910

QUADRO IV - Grade Curricular de 1911

QUADRO V - Grade Curricular de 1916

QUADRO VI - Grade Curricular de 1921

QUADRO VII - Grade Curricular de 1922

QUADRO VIII - Grade Curricular de 1931

QUADRO IX - Grade Curricular de 1933

QUADRO X – Quadro de Matrículas e Concludentes de 1909 a 1919

QUADRO XI - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1920 a 1929

QUADRO XII - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1930 a 1939

QUADRO XIII - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1940 a 1946

Capítulo IV

QUADRO XIV – Grade Curricular de 1947

QUADRO XV - Grade Curricular de 1966

QUADRO XVI - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1947 a 1956

QUADRO XVII - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1957 a 1965

QUADRO XVIII - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1966 a 1972

Capítulo V

QUADRO XIX - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1973 a 1982

QUADRO XX - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1983 a 1992

QUADRO XXI - Quadro de Matrículas e Concludentes de 1993 a 2003

QUADRO XXII – Estudos Adicionais (1980) Grade Curricular em Pré-Escolar

QUADRO XXIII – Estudos Adicionais (1980) Grade Curricular em Alfabetização

QUADRO XXIV - Estudos Adicionais (1980) Grade Curricular em Educação de Adultos

QUADRO XXV – Grade Curricular de 1973

QUADRO XXVI - Grade Curricular de 1980

QUADRO XXVII - Grade Curricular de 1982

QUADRO XXVIII - Grade Curricular de 1985

QUADRO XXIX - Grade Curricular de 1993

QUADRO XXX - Grade Curricular de 1996

QUADRO XXXI - Grade Curricular de 2001

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

CAPA

Fachada principal da Escola Normal em Teresina – prédio situado na Praça Marechal Deodoro da Fonseca

Capítulo III

Foto 01 – Foto de Firmina Sobreira

Foto 02 – Capa da publicação dos Discursos de Elisa Gonçalves (Oradora) e Hygino Cunha (Paraninfo)

Foto 03 – Formandos de 1940

Foto 04 – Depoente Ana Rosa Brito

Foto 05 – Depoente João Mendes

Capítulo IV

Foto 06– Encerramento do Curso de Supervisão realizado em Colatina (ES)

Foto 07– Equipe piauiense que foi aos Estados Unidos para realização de cursos

Foto 08 – Depoente Enid Veloso

Foto 09 – Depoente Raimunda Carvalho

Foto 10 – Depoente Maria Sousa

Foto 11 – Formandos de 1950

Foto 12 – Depoente Jesus Santana

Foto 13 – Normalistas das décadas de 60 e 70

Capítulo V

Foto 14 – Depoentes Maria dos Remédios Silva e Cacilda Araújo

Foto 15 – Escola de Aplicação (anos 90)

Foto 16 – Depoente Regina Sabóia

Foto 17 – Atividades Cívicas e Docentes

4ª CAPA

Fachada principal do Instituto de Educação “Antonino Freire” – prédio situado na Praça Firmina Sobreira

Escola Normal em Teresina (1864 – 2003): reconstruindo uma memória da formação de professores

NORMA PATRICYA LOPES SOARES – UFPI/BR – npaty@uol.com.br

Resumo

Este texto reconstitui a história da Escola Normal em Teresina, no período de 1864 a 2003, a partir de uma abordagem historiográfica, embasada na Nova História Cultural e fundamentada por teóricos como: Jacques Le Goff, Peter Burke, Roger Chartier e Michel de Certeau. A presente Dissertação trata das modificações legais ao longo da trajetória da referida Instituição, dos objetivos de suas implantações, do porquê da predominância feminina, das intencionalidades das grades curriculares e do perfil da Escola e dos egressos. Foram trabalhadas as seguintes fontes: relatórios e mensagens governamentais, regimentos internos, livros, discursos, revistas, históricos escolares, grades curriculares e depoimentos orais, dentre outras, que levaram à divisão deste longo período em quatro intervalos não estanques, mas identificados pela predominância de aspectos relevantes que lhes conferiram um novo perfil. No primeiro (1864 - 1908), sucessivos processos de aberturas e extinções marcaram o seu surgimento; entre 1909 e 1946 a Escola consolidou-se, viveu um período regular de funcionamento e ganhou um prédio compatível ao exercício do magistério; de 1947 a 1972, respaldada pela Lei Orgânica do Ensino Normal, a Escola experimentou o seu apogeu gozando de prestígio e reconhecimento social tendo sido inclusive transformada em Instituto de Educação; o último intervalo, compreendido de 1973 a 2003, caracterizou-se pela massificação do ensino e momentos de incerteza. Entretanto, a credibilidade da instituição e a excelência do seu trabalho contribuíram para configurá-la como uma das melhores escolas públicas, sendo utilizada como parâmetro na criação de outras escolas normais no Estado e para despertar na clientela o desejo de projeção, tanto que hoje a própria Escola busca essa ampliação ao propor a implantação do Curso Normal Superior.

Palavras-chaves: Escola Normal, Formação de Professores, História

Normal School in Teresina (1864 – 2003): reconstructing a recollection in the formation of teachers

Norma Patricya Lopes Soares – UFPI/BR – npaty@uol.com.br

Abstract

This text rebuilds the history of the Normal School in Teresina, in the period between 1864 to 2003, from a historiographic approach, based on the New Cultural History and fundamented by researchers, such as: Jacques Le Goff, Peter Burke, Roger Chartier and Michel de Certeau. The present dissertation brings the legal changes along the existence of the referred institution, the goals in its implantation, the reasons why the female presence was predominant, organizational system, as well as the profile of the School and its graduates. The following sources have been used: reports and government papers, internal regiments, books, speeches, magazines, school reports, organizational grades and oral opinions, among others, which led to the division of such period in four dynamic moments, but identified by the predominance of relevant aspects that gave it a new profile. In the first one (1864 – 1908), successive opening and closing processes marked its appearance; between 1909 and 1946 the School consolidated, went through a regular working period and received a compatible building for the teaching practice; from 1947 to 1972, protected by the Organic Law of the Normal Teaching, the School experienced its peak, gaining prestige and social recognition, being also changed into Educational Institute; the last period, between 1973 and 2003, was based on the spread of the teaching along with moments of uncertainty. However, the accreditation of the institution and the excellence of its work contributed to make it as one of the best public schools, being used as a parameter for the creation of new Schools in the state, and also to awake in people the desire of projection. Nowadays, the school seeks to broaden itself when proposing the implantation of the Superior Normal Course.

Key words: Normal School, formation of teachers, history

S676e Soares, Norma Patricya Lopes
Escola Normal em Teresina (1864 – 2003):
reconstituindo uma memória da formação de professores
/ Norma Patricya Lopes Soares. – Teresina: UFPI, 2004.
175p. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, 2004.

1. Educação – História – Piauí. 2. Formação de
Professores. I. Título.

CDD – 370.981 22

INTRODUÇÃO

Conhecer a Escola Normal e desvendar sua história é uma curiosidade que me acompanha desde 1987, quando fiz o Curso de Formação de Professores em nível Médio no Instituto de Educação “Antonino Freire” (IEAF), antiga Escola Normal. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), voltei ao IEAF na condição de professora das disciplinas História da Educação e Filosofia da Educação, função que muito contribuiu para aguçar o meu interesse, uma vez que o trabalho requeria saberes sobre a Educação que se fazia em épocas remotas. O Mestrado que cursei na UFPI foi a oportunidade concreta que encontrei para a prática de uma pesquisa que conduziu ao resgate historiográfico da Escola Normal, objetivo que se apresentava predominantemente no meu universo cultural.

Adquirir informações sobre a história da educação brasileira e, em especial, a regional e local é importante e necessário para estudiosos da formação de professores. Pela escassez de uma produção literária e/ou científica com as características de um estudo extencionista da Escola Normal em Teresina (1864 a 2003) propus-me a contribuir para tal intento coletando, organizando e divulgando informações sobre a educação piauiense. Ao longo de décadas, a Escola Normal, hoje Instituto de Educação “Antonino Freire” (IEAF), tem sido a principal entidade formadora de docentes de nível médio que atua no Piauí. Se a pesquisa a que me dediquei é interessante pelo aspecto histórico – informativo – didático, é também empolgante por resgatar uma memória dos cento e trinta e nove (139) anos desta instituição que é referência na formação de professores e que atualmente encontra-se em processo de fechamento face à política educacional do país; portanto, busquei uma memória histórica da Escola Normal por entender que ela é importante para a compreensão da história da educação no Piauí e da própria sociedade piauiense como um todo. Assim, o resultado deste esforço foi a produção desta dissertação.

Como se vê, a Escola Normal em Teresina se mantém há um longo período, o que a torna um fenômeno de duração considerável, atraindo o interesse dos historiadores, pois seguindo o pensamento de Le Goff “a história a curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças.”¹ A Escola Normal é uma estrutura que se

¹ LE GOFF, Jacques (Org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 45.

constituiu numa variante de um contexto, no interior do qual se desenrolam as atividades das normalistas. Para os historiadores, “uma estrutura é, sem dúvida, montagem, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo gasta mal e veicula muito longamente.”² Portanto, é preciso estudar as estruturas sem cair na armadilha do imóvel, porque a história se move e porque suas forças mais profundas só atuam e se deixam apreender no tempo de longa duração.

A principal preocupação científica nesta pesquisa foi sistematizar e compreender **como se constituiu a história da Escola Normal em Teresina, hoje denominada Instituto de Educação “Antonino Freire” (IEAF)**. Criada em 1864 e, modificada através de várias legislações, ainda é a mais atuante na formação docente no Piauí. Assim estabeleci como recorte de investigação o intervalo – 1864 a 2003 – buscando esclarecer os seguintes aspectos: a) o objetivo da criação de um curso de formação de professores no Piauí; b) o porquê da preponderância do sexo feminino; c) as intencionalidades das grades curriculares adotadas ao longo de sua existência; d) a regulamentação do ensino e da escola antes e depois da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946; e) o perfil do curso e da instituição após sua transformação em Instituto de Educação em 1973. Foram estas as motivações que me levaram a investigar a constituição da Escola Normal em Teresina, ou seja, resgatar a sua história; levantar a documentação referente à sua atuação; analisar os “porquês” e “para quês” da criação e das intervenções político-administrativas ao longo de sua história; coletar, organizar e publicar os documentos elaborados na construção desta instituição e colher relatos de memórias de pessoas que vivenciaram ou testemunharam a história da Escola Normal em Teresina. A elucidação das questões acima se fez através de pesquisa histórica em que usei como fontes de informação livros, documentos, depoimentos orais, fotos, dentre outros concernentes ao problema suscitado.

Com problema, período e objeto definido optei pela pesquisa historiográfica por ser aquela que possibilita ao historiador “vencer o esquecimento, preencher o silêncio, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo. (...) Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente”³, pois “a historiografia

² POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, 1998, p.78.

³ REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da História pela reconstrução do tempo histórico. In: SANFELICE, José Luis. História e História da Educação. Campinas,

trabalha para encontrar um presente que é o término de um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos).”⁴

A sutileza da historiografia está nas perguntas que o pesquisador faz às fontes, é exatamente aqui que se inicia a produção histórica, pois o documento em si não faz História. E é exatamente por esta peculiaridade que uma fonte nunca está esgotada e que a História é sempre reescrita. O tipo de pergunta é o resultado do olhar do pesquisador, o que lhe é próprio e intransferível. O desvelamento de uma fonte ou sua ausência pode revelar muito, depende do olhar do investigador e dos questionamentos a estas fontes, a este silêncio ou a esta ausência. Convém destacar que quanto às fontes “não se trata de fazer falar imensos setores adormecidos da documentação e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar *alguma coisa*, que tenha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funcione diferentemente.”⁵

A pesquisa historiográfica envolve a subjetividade do pesquisador e uma das maneiras de controlá-la é fazendo o cruzamento das fontes. Assim, quanto maior o número e tipos de fontes a que recorrer maior será sua confiabilidade e menor será a subjetividade. Este cruzamento, às vezes, pode levar a uma infinidade de fontes em razão das dúvidas levantadas. A finitude será então estabelecida pelos seus objetivos e pelas possibilidades individuais.

A historiografia se faz presente em todo o trabalho, através da descrição que faço das sucessivas aberturas e extinções da Escola Normal em Teresina no período de 1864 a 1888; da sua (re)criação em 1910 por iniciativa privada; do seu perfil com a implantação pelo Estado do Piauí da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946; das repercussões da Lei 5.692/71 para a instituição de formação de professores e até das perspectivas atuais do IEAF no que tange à nova LDB com relação ao ensino normal. Colocações estas que considero fundamentais para o conhecimento da história da Escola Normal em Teresina.

A questão do método em História pode ser vista sob dois ângulos: numa abordagem filosófica, indagando sobre o objeto da História a questão da verdade, da temporalidade e

SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998, p.38.

⁴ CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 97-98.

⁵ Ibidem, p. 83.

as relações entre o passado e o presente e numa abordagem epistemológica, examinando a relação da História com as ciências sociais. Cada época histórica escreve sua própria história recorrendo basicamente a três princípios metodológicos: a pesquisa documental, o relato e a explicação. Atualmente, há uma fusão de métodos de outras ciências (economia, sociologia, antropologia, e outras) que servem à História.

A presente pesquisa tentou organizar e preservar a memória de um patrimônio educacional: a Escola Normal em Teresina, instituição formadora de professores que vêm subsidiando a educação piauiense desde o Império – 1864 até os dias de hoje – 2003, a exemplo do que já fora feito em São Carlos, por Paolo Nosella e Ester Buffa⁶ que pesquisaram a Escola Normal naquela cidade para compreender a história regional e a política educacional daquela região; em Goiás por Maria Teresa Canezin e Walderês Nunes Loureiro⁷ que buscaram a raiz criadora das Escolas Normais e o pensamento que as instituiu e as justificou para reconstruir o trajeto da política educacional naquele Estado; em São Paulo por Carlos Monarcha⁸ que narrou a trajetória de uma das mais significativas instituições de ensino normal – a Escola Normal em São Paulo; e em Sergipe por Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas⁹ que analisou o processo de formação e ingresso na carreira profissional de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa.

Para o resgate historiográfico da Escola Normal em Teresina, identifiquei no conjunto dos materiais produzidos em cada época, por grupo ou pessoas, aqueles que deram sentido ao problema investigado, ou seja, selecionei fontes já trabalhadas, recortadas e reagrupadas, que serviram de base à historiografia (à interpretação e à escrita) do meu objeto (Escola Normal em Teresina). Mas que material foi esse? Serviu qualquer coisa e tudo? Como todo trabalho impõe uma seleção, esta foi feita em parte por mim¹⁰, mas principalmente por aqueles que já produziram o material, pelos que o conservaram e pelo

⁶ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: EdUFScar, 2002.

⁷ CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês Nunes. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: UFG, 1994.

⁸ MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

⁹ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Vestida de Azul e Branco” um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NPGED), 2003.

¹⁰ Priorizei o critério de credibilidade, considerei importante o conteúdo das fontes primárias (leis, decretos, resoluções, mensagens governamentais e discursos) e cruzei as informações do maior número de fontes secundárias optando pelas de maior consenso.

próprio tempo. É por isso que “a história será sempre um conhecimento mutilado, pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber.”¹¹

Até bem pouco tempo atrás a pesquisa na área educacional era um exemplo típico do que ocorria até o início do século XX, isto é, recorria-se somente às fontes oficiais escritas (legislação, atos de autoridades, decretos, atas, programas de ensino e outros). Há poucos anos é que os historiadores da educação foram incorporando a idéia de que a História se faz a partir de qualquer traço deixado pela sociedade e que os dados oficiais são insuficientes para compreender o passado. Esta nova orientação não quer dizer que as fontes oficiais devam ser abandonadas, mas que devem ser problematizadas, quer dizer que devemos questionar a intenção subjacente aos atos oficiais e expor as práticas cotidianas (escolares) coexistentes àqueles, até então não consideradas.

A partir da terceira década do século XX vêm sendo alterados a compreensão e os tipos de fontes. Até àquela data só eram consideradas fontes os documentos escritos, pois sua origem lhes “garantia confiabilidade”. A partir de então, especialmente com Lucien Febvre, admitiu-se que podemos fazer História “com tudo o que, sendo do homem, depende do homem, serve para o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e a maneira de ser do homem”¹²

Dentre essas novas fontes tem-se destacado a *fala*. Ela vem constituindo um importante lugar na historiografia contemporânea. “Essa forma de fazer história chama-se oral porque a fonte fala e, se fala, é porque o pesquisador(a) pediu que falasse sobre determinado assunto...”¹³ Aparentemente a história oral é muito simples, basta identificar o problema, escolher a história oral como metodologia, elaborar um roteiro de entrevista, descobrir o depoente, pegar um gravador muita fita e está pronto. Contudo, há uma série de requisitos nesta metodologia. A fala pressupõe uma escuta, o que exige sensibilidade, pois “*quem escuta de si ouve*” diz o ditado; exige empatia, pois é da fala que será elucidado seu problema; exige partilhamento, pois de si (depoente) será desvelado um problema do qual faz parte.

¹¹ SILVA, Rogério Forastiere. História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 79.

¹² LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 81.

¹³ Ibidem, p. 88.

A história oral, muitas vezes, considerada simples pode trazer sérios problemas ao investigador como a imprevisibilidade e o não-controle da situação, requerendo do pesquisador muita disposição e habilidade na escuta. Um outro problema é o próprio depoimento, este muda no decorrer do tempo e, outras vezes o entrevistado fala o que imagina que deve falar àquele pesquisador em função da expectativa e valores atribuídos a este. O corte na voz do sujeito é outra questão que merece atenção uma vez que, decompor os depoimentos para categorizá-los e analisá-los é tarefa do pesquisador, contudo, se estas categorias são pré-fixadas pode-se “dissolver” os próprios sujeitos. Assim, na medida do possível deve ser mantida a inteireza de cada depoimento, ou seja, devem ser capturadas as palavras ao vivo, transcrevê-las e preservar na escrita sua força viva, tentando conservar a liberdade original que tiveram. O cruzamento das fontes é outro ponto que deve ser levado em consideração, uma vez que este possibilita formular melhor as próprias perguntas das entrevistas e, conseqüentemente, melhor compreender as respostas. Assim, percebe-se que a história oral não pode ser considerada a redentora da pesquisa histórica, mas deve ser submetida aos mesmos tratamentos requeridos pelas fontes documentais inerentes ao trabalho historiográfico.

Dessa maneira, utilizei a história oral “para mostrar a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana”¹⁴, pois o que a história oral tem de mais precioso é a “possibilidade de reconstruir a História através de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado da ação através de seu significado expresso na linguagem do ator (...)”¹⁵

A pesquisa foi viável através de um esforço concentrado na localização e seleção das fontes escritas existentes no Arquivo Público – Casa Anísio Brito, nas Bibliotecas: da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Estadual do Piauí, do IEAF, a Pública Estadual e as particulares. Por ser um trabalho que remontou ao século XIX, os primeiros dados foram extraídos exclusivamente das fontes escritas. À medida que me aproximei da contemporaneidade é que tive a possibilidade de acrescentar aos conhecimentos já escritos

¹⁴ ALBERTI, Verena. História Oral: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989, p. VIII-IX.

¹⁵ Ibidem, p. IX.

os depoimentos de pessoas da comunidade. Como se pode observar, as fontes existem, foram localizadas, questionadas, analisadas e agora são apresentadas neste trabalho histórico sobre a Escola Normal em Teresina.

Os trabalhos existentes na área de História da Educação Brasileira e divulgados nacionalmente quase sempre têm como foco os Estados mais desenvolvidos. No Piauí alguns estudos sobre sua educação já foram produzidos e destaco as obras de Francisca Pires¹⁶ que retrata a criação da Escola Normal; Amparo Ferro¹⁷ que discorre sobre a educação no Piauí Republicano; Itamar Brito¹⁸ que enfoca a normalização, organização e sistematização da educação piauiense; Carmem Cabral¹⁹ que apresenta a política de formação de professor no Ensino Médio e suas aplicações no IEAF; Rita Pereira²⁰ que aborda a relação entre a formação e a atuação do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau; Odilon Nunes²¹ que pesquisou grande parte da história do Piauí; José Augusto Mendes Sobrinho²² que descreve o ensino de Ciências implantado na Escola Normal; Antonio de Pádua Lopes²³ que analisa a feminização do professorado piauiense, dentre outros. Contudo não identifiquei em nenhum deles uma apresentação historiográfica extencionista desde a primeira implantação até os dias atuais da Escola Normal, tarefa a que me dediquei.

Assim agrupei os escritos históricos da Escola Normal e transcrevi na íntegra os depoimentos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a história dessa instituição, comparei-os com o pensamento da sociedade teresinense de cada período, caracterizando esta pesquisa não como uma simples coleta, mas a construção científica de um documento que se constituiu, sob o meu olhar, a História da Escola Normal em Teresina.

¹⁶ PIRES, Francisca Cardoso da Silva. Escola Normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864 – 1910). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, 1985.

¹⁷ FERRO, Maria do Amparo Borges. Educação e sociedade no Piauí republicano. Teresina: EDUFPI, 1996.

¹⁸ BRITO, Itamar de Sousa. História da educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996.

¹⁹ CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira. As políticas de formação do professor ao nível de segundo grau e suas implicações no Instituto de Educação “Antonino Freire”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 1999.

²⁰ PEREIRA, Rita de Cássia Lima. Relação entre formação e atuação do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau: uma interpretação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 1995.

²¹ NUNES, Odilon. O Piauí na história. Teresina: COMEPI, 1975.

²² MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. O Ensino de ciências naturais na escola normal: aspectos históricos. Teresina: EDUFPI, 2002.

²³ LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. Beneméritos da Instrução: a feminização do magistério primário piauiense. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 1996.

Fundamentei-me para a realização desta pesquisa em teóricos da História Cultural como Jacques Le Goff²⁴, Roger Chartier²⁵, Peter Burke²⁶ e Michel de Certeau²⁷ e assimilei no bojo dos seus saberes um novo conceito da História que substitui aquela “essencialmente fundamentada nos textos, no documento escrito por uma história baseada numa multiplicidade de documentos²⁸”. Diversifiquei desta maneira as estratégias de minha pesquisa em leituras, conversas formalizadas e fotos que me forneceram dados importantes e confiáveis para a constituição dessa história.

Dentre os teóricos, citados no parágrafo anterior, resalto a importância do pensamento de Peter Burke que além de defender a diversidade de documentos refere-se ainda ao aspecto social da informação como afirma: “a realidade é social ou culturalmente construída,”²⁹ por isso a História deve ser também vista de vários ângulos, devemos examinar uma maior variedade de evidências e nos preocupar “tanto com os movimentos coletivos, quanto com as ações individuais, tanto com as tendências, quanto com os acontecimentos,”³⁰ pois “só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.”³¹

A Nova História propõe uma orientação temática, definida pelo problema a ser tratado, onde o passado é tomado em suas durações múltiplas para torná-lo abordável e inteligível. Para esclarecer as relações, passado-presente, vejamos o que nos diz Bloch, citado por Reis:³²

O presente não continua nem é superior ao passado; é ‘outro’. O método retrospectivo não leva o historiador à busca das ‘origens’. O historiador vai do presente ao passado e retorna do passado ao presente. Passado e presente se determinam reciprocamente. O passado só é apreensível se se vai até ele com uma problemática sustentada pelo presente. O historiador não pode ignorar o presente ao qual pertence – deve ter a sensibilidade histórica do seu presente e interrogar o passado a partir dele. Ele faz o caminho do mais conhecido, o presente, ao menos conhecido, o passado. O presente tem um interesse vivo pelo passado: quer se compreender como continuidade e diferença em relação a ele. A história enquanto

²⁴ LE GOFF, 1998.

²⁵ CHRTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e realizações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

²⁶ BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo : UNESP, 1992.

²⁷ CERTEAU, 2000.

²⁸ LE GOFF, 1998, p.28-29.

²⁹ BURKE, 1992, p. 11.

³⁰ Ibidem 1992, p.14.

³¹ Ibidem, p.15.

³² REIS, In: SANFELICE, 2000, p. 40-41.

‘conhecimento dos homens no tempo’ une o estudo dos mortos ao dos vivos. Evita-se assim a vinda mecânica do atrás para a frente e evita-se também a busca das origens, que leva a uma retrospecção infinita, que exclui definitivamente o presente da perspectiva do historiador. Esse método regressivo sustenta a história-problema: temática, essa história elege, a partir das tensões vividas no presente, os temas que interessam a esse presente, problematizando-os e tratando-os no passado, trazendo informações para o presente, que o esclareçam sobre a sua experiência vivida.

Assim, a Nova História constitui-se num processo dinâmico de se fazer história a partir de um tema atual, pesquisando suas peculiaridades ao longo do tempo e descobrindo as diferentes abordagens que lhe foram conferidas em circunstâncias variadas. A formação de professores realizada pelo IEAF foi o tema que me fez retroceder à criação, desempenho e perspectivas atuais dessa instituição, deixando explícito que os resultados aqui apresentados sintetizam a história presente do *passado-presente* da Escola Normal em Teresina.

Apresento este estudo em capítulos, seguindo uma periodização que tem como justificativa a existência de aspectos relevantes que lhes conferem perfis próprios: no capítulo I, enfoque sucintamente a evolução da educação brasileira enfatizando o Ensino Normal no contexto nacional como um instrumento para a compreensão e estabelecimento de paralelos com a história da Instituição pesquisada. No segundo capítulo, abordo a preocupação dos governantes e os passos iniciais para a criação de uma escola que formasse professores para o ensino das primeiras letras na Província. Data do século XIX, precisamente a 5 de agosto de 1864, a concretização da primeira tentativa de ensino normal no Piauí. A partir de então vários empecilhos governamentais registrados em fontes documentais e a própria estrutura provincial provocaram a descontinuidade de tão necessário empenho. Apresento no capítulo III os fatos que marcaram a efetivação da Escola Normal em Teresina. Recriada por iniciativa particular e incorporada pelo poder público em 1910, organizou seu Regimento, criou seu currículo, expandiu a matrícula e desempenhou outras atividades que favoreceram a sua consolidação. No quarto capítulo mostro como a Escola Normal enquanto instituição de formação docente estava inserida no contexto Getuliano (1930 – 1945) e no projeto desenvolvimentista dos anos 60, dois fatores que a impulsionaram numa escala crescente de qualidade de ensino, resultando na excelente marca de sua atuação e reconhecido fator de crescimento do Estado, segundo depoimentos de pessoas que partilharam suas experiências. Finalmente, no capítulo V relato como o advento da Lei 5.692/71 definiu os rumos que a Escola Normal trilhou, retratando

os primeiros anos de um exacerbado otimismo, as incertezas que surgiram em decorrência da nova LDB e o prenúncio de uma nova Escola transformada em Instituto Superior de Educação, tudo isto contextualizado no processo de evolução do Estado.

Capítulo I

ENSINO NORMAL NO BRASIL

O presente capítulo tem por finalidade fazer uma retrospectiva da educação nacional, enfatizando os vários estágios por que passou a formação do docente brasileiro.

1. O processo de Implantação do Ensino Normal no Brasil

O início do magistério no Brasil encontra-se na ação dos jesuítas, pois durante os dois séculos de sua permanência (1549 – 1779) foi-lhes atribuído o preparo intelectual dos colonos. Desenvolveram uma educação literária, humanista, capaz de dar brilho à inteligência; contudo, desvinculada da realidade da Colônia, o que não contribuiu para modificar a estrutura social e econômica do Brasil. O magistério do “padre-professor”³³ confundia-se muito com o exercício do sacerdócio, consequência da sua sólida formação de quatorze anos no *Ratio Studiorum*³⁴ em que recebia preparo para a dupla função de evangelizador e de educador. Os concluintes de Filosofia estavam habilitados para o ensino nas Escolas Superiores, mas a prática do aprendizado das primeiras letras, missão que lhes fora atribuída ao virem para o Brasil, parece ter ficado a critério da criatividade e capacidade de adaptação de cada mestre. A Companhia de Jesus disseminou no Brasil Colônia “um ensino com ordem, disciplina, rigor, autoritarismo baseado na cultura europeia, clássica enciclopédica, refinada”³⁵, transplantando os valores europeus e abafando a *cultura nativa*.³⁶ Com os Jesuítas a educação brasileira estava exercida satisfatoriamente segundo o pensamento da época, pois havia professores bem preparados.

Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, através do Alvará de 28 de Julho de 1759, instalou-se o caos na educação brasileira, uma vez que o ensino passou a ser ministrado por professores improvisados, destruindo o sistema de ensino existente no Brasil. As reformas pombalinas (criação de aulas esparsas de Gramática Latina, de Grego e de Retórica) tentaram substituir o sistema jesuítico. Entretanto, foram medidas incoerentes e fragmentárias, visto transformar o ensino em cadeiras autônomas inigualável ao método dos jesuítas dotado de coerência, ordenação e visão de conjunto de estudo. Os professores das aulas régias revelavam “não só uma espessa ignorância das matérias que ensinavam, mas também uma ausência absoluta do senso pedagógico”³⁷; eram indicados por pistolões, dentre eles os bispos não jesuítas, e mal remunerados, culminando, desta maneira, com a

³³ BRZEZINSKI, Iria. A formação do professor: para o início da escolarização. Goiânia: UGC, 1987, p. 21.

³⁴ Plano de Curso dos Jesuítas que formaram os primeiros professores brasileiros. Subdividido em: Estudos Iniciais (3 anos), Moral (2 anos), Letras Clássicas (2 anos), Filosofia (3 anos) e Teologia (4 anos).

³⁵ BRZEZINSKI, 1987, p. 22.

³⁶ A cultura nativa encontra-se hoje em processo de valorização através do Projeto Xingu que além da demarcação das terras indígenas vem resgatando a sua cultura inclusive na manutenção da língua.

³⁷ Para maiores esclarecimentos confira AZEVEDO Fernando de. A Cultura Brasileira. 1975.

baixa qualidade do ensino. As medidas pombalinas traduziram uma filosofia de educação injusta para com o pobre e antidemocrática, pois o saber e a elevação científica destinavam-se à Metrópole (Portugal). À Colônia (Brasil) cabia apenas a participação no comércio e na agricultura. Finda assim o período colonial com um ensino laico, fruto da expulsão dos Jesuítas e inexistência de formação de professores para as escolas de primeiras letras. Tal situação começou a ser revertida com a elevação da Colônia a Reino Unido.

A vinda da família real de Portugal para o Brasil em 1808 provocou a criação de instituições e desencadeou atividades científicas e educacionais. O ensino secundário centralizou-se apenas na função propedêutica, inexistindo cursos específicos de formação de professores que se ocupariam da educação escolar inicial. O pessoal docente que atuava neste nível de educação era constituído de mestres improvisados e sem preparação didática, herança das reformas de Pombal. Transmigrou com a realeza o pensamento liberalista defensor da dignidade, valorização do homem e igualdade de direitos (realidade europeia em consequência da industrialização e consolidação da burguesia). Assim, a educação pública no Brasil passou a ser um dos assuntos prediletos nas discussões e reformas políticas, pois era vista como meio de transformar servos em cidadãos aptos a participarem do processo político de emancipação da Colônia e consolidação da democracia burguesa em processo de formação.

Esse pensamento levou o Imperador D. Pedro I a determinar, na Constituição Outorgada de 1824, que a instrução primária e gratuita a todos ficasse sob a tutela das Províncias. Por existir uma interdependência entre o ensino primário e a formação de professores, visto a expansão daquele exigir o aumento destes, surgia aí a possibilidade de criação de escolas normais no Brasil. No entanto, os resultados desta Lei não foram satisfatórios uma vez que as províncias não possuíam recursos econômicos, técnicos e em alguns casos nem vontade política de instruir o povo especialmente no nordeste brasileiro, região dos grandes *currais eleitores*.³⁸

Durante o período regencial o ensino secundário continuou sendo ministrado em aulas régias que, aos poucos, foram agrupadas em Liceus Provinciais como, por exemplo,

³⁸ Expressão usada para designar os favoritismos dos coronéis (donos da terra) em troca de votos.

o Ateneu no Rio Grande do Norte, criado em 1825, os Liceus da Bahia e Paraíba instalados em 1836 e o Colégio Pedro II no município da Corte em 1837, servindo este de referência para as demais províncias. Eram escolhidos para compor o quadro de professores nas cadeiras dos Liceus os Médicos, Engenheiros, Odontólogos, enfim, os profissionais que compunham a elite cultural nas províncias e que se mostravam interessados em exercer o magistério.

Ainda no período regencial, três Leis contemplaram o ensino de primeiras letras, entretanto, não legislavam sobre a implantação das Escolas Normais no Brasil, senão vejamos: Em 1827, uma lei tratou do ensino de primeiras letras, prescrevendo sua criação nos principais aglomerados urbanos, mas desobrigando as províncias da formação dos professores e determinando aos que não a possuísem ser adquirida com seus ordenados. Como? Se em algumas províncias eram remunerados com *paneiros de farinha*?³⁹. Também nesse período, um fato interessante foi o que nos relatou Niskier:⁴⁰

em 10 de abril de 1830 aprovou o Imperador o estabelecimento de ‘escolas normais’ a cargo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Não se tratava da preparação de professores destinados a lecionar as primeiras letras. Cuidava-se apenas de ministrar cursos especiais destinados aos que labutavam na indústria, na lavoura e no comércio.

Este fato demonstrou mais uma vez a pouca preocupação com a formação do docente.

Por meio do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, influenciado pelo pensamento político e pedagógico dos enciclopedistas franceses, o Imperador tentou estabelecer um sistema nacional de educação, transferindo para as províncias a responsabilidade de legislar sobre a instrução pública primária e secundária e sobre os estabelecimentos próprios para este fim, ficando a cargo do governo regencial apenas a instrução superior “o sistema de elite.”⁴¹

Nesse contexto, nasceu a primeira instituição brasileira destinada à formação de professores para o ensino primário ou elementar – A Escola Normal de Niterói. Criada pela

³⁹ Paneiro significa um recipiente fabricado com a palha da palmeira de coco babaçu. Para maiores esclarecimentos confira FERRO, 1996, p. 59.

⁴⁰ NISKIER, Arnaldo. Educação Brasileira: 500 anos de história. Rio de Janeiro, 2001, p. 35.

⁴¹ MENDES SOBRINHO, 2002, p. 13.

Lei Provincial de 4 de abril de 1835 iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano sendo José da Costa Azevedo seu diretor, organizador e único professor. O curso tinha duração de dois anos e o objetivo de preparar professores para ao ensino de primeiras letras, através da aquisição dos conhecimentos assim organizados: a) leitura e escrita pelo Método Lancasteriano, cujos princípios doutrinários e práticos seriam por ele explicados; b) as quatro operações de Aritmética, Quebrados, Decimais e Proporções; c) noções de Geometria Teórica e Prática; d) elementos de Geografia; e) princípios da Moral Cristã e da Religião Oficial; e f) Gramática da Língua Nacional. Estes conhecimentos foram trabalhados durante os dois anos nas seguintes cadeiras: a) Língua Nacional, Aritmética, Álgebra, Geometria Elementar; b) Catecismo, Religião do Estado e Didática; c) Música e Canto; e d) Desenho Linear, Geografia e História Nacional.⁴²

De maneira idêntica à de Niterói foram criadas as Escolas Normais de Minas Gerais (1835), da Bahia (1836), do Pará (1839), do Maranhão (1840), do Ceará (1845), de São Paulo (1846), da Paraíba (1854), de Goiás (1858), de Pernambuco e do Piauí (1864), da Corte – Rio de Janeiro – (1880), e assim por diante. A esta última foi atribuída por Valnir Chagas citado por Brzezinski⁴³ o início do movimento das escolas normais no Brasil visto que até aquele ano nas províncias “ora se criavam cadeiras de Pedagogia, anexas aos Liceus, ora se improvisavam escolas ditas normais que, em seguida extintas, mais tarde reabertas, depois reextintas e novamente reabertas, numa interminável sucessão de avanços e recuos muito próprios daqueles dias”.

A escola normal brasileira teve como modelo a sua congênere da França que foi criada no bojo da Revolução Francesa, vindo a desempenhar importante papel na difusão da educação popular, embasada em conceitos leigos e estatizantes, como pressupostos da democracia e, que se disseminaram rapidamente pelo Velho e Novo Mundo como estabelecimentos de ensino secundário.

O prenúncio da mudança do regime político, a abolição da escravatura e a expansão da industrialização contribuíram para as reformas educacionais que foram inspiradas nos ideais liberais de valorização do ensino. A questão da formação de professores passou a receber considerável atenção desde a ampliação curricular até a quantidade de escolas

⁴² MENDES SOBRINHO, 2002, p. 107.

⁴³ BRZEZINSKI, 1987, p. 35.

normais, as quais se aproximaram das demais escolas secundárias em conteúdo e em nível de estudo.

Os primeiros anos da República brasileira pouco trouxeram de inovação no âmbito educacional conservando tratamento idêntico ao da época do Império. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 que vigorou até 1934 sofreu emendas e possibilitou algumas reformas educacionais. Certos Estados implantaram reformas que, muitas vezes, extrapolaram para as demais regiões brasileiras, servindo de modelo, enquanto não havia uma diretriz nacional para a educação. Abordarei, a seguir, as primeiras reformas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e as de caráter nacional que nortearam o ensino no Brasil até os dias atuais.

2. A Evolução do Ensino Normal no Brasil

A Reforma Antonio Caetano de Campos realizada em 1890 no Estado de São Paulo foi influenciada pelas idéias pedagógicas norte-americanas, extrapolou os limites regionais e serviu de modelo para muitos Estados. Campos propôs um programa enciclopédico, orientado pela classificação das ciências e influenciado pelo positivismo, conjugando instrução, virtude e felicidade. Projetou uma difusão sistemática no ensino: Jardim de Infância, Escolas de 1º, 2º e 3º graus. Com relação à Escola Normal fundamentada no método intuitivo, determinou que deveria fornecer educação intelectual, moral e prática num curso com dez cadeiras em três anos de duração, tendo uma seção masculina e outra feminina. Criou a Escola Modelo como parte integrante da Escola Normal, destinada à demonstração e procedimentos didáticos, de observação e prática de ensino, ou seja, o ponto de irradiação das técnicas. A educação, no geral, era concebida como um amplo processo de investigação, que permitia ao aluno recapitular verdades científicas firmadas pela ciência. Esta reforma alterou significativamente o ideal de formação do professor, pois aumentou o seu prestígio e atraiu cada vez mais o contingente feminino que “vê nela a oportunidade de educar-se e instruir-se.”⁴⁴

Cesário Motta Júnior, também no Estado de São Paulo, no ano de 1893 reestruturou o sistema de ensino, ficando assim constituído: jardim de infância; ensino primário de oito

⁴⁴ MENDES SOBRINHO, 2002, p. 23.

anos, subdividido em escola preliminar e escola complementar; ensino secundário de duas modalidades ginásial e normal e ensino superior. O currículo do ensino normal oferecia curso teórico e tirocínio prático, tinha programa enciclopédico, caráter positivista e distribuía-se em dois ciclos: ensino normal primário de dois anos e ensino normal secundário de quatro anos. Este esquema vigorou até 1920, quando Sampaio Dória implantou outra reforma, aumentando de dois para três anos o primeiro ciclo e mantendo a mesma duração do segundo ciclo. Dentre as diversas intenções de Dória, destacam-se o compromisso com a luta nacionalista e o combate ao analfabetismo.

São Paulo voltou a ser palco de reformas no ano de 1925 com Pedro Voss que, no bojo de suas medidas, ampliou o curso normal para cinco anos. Nesse período observou-se um esvaziamento no ensino normal, pois sua clientela, *bastante feminina*, começou a preferir o operariado nas fábricas como outra opção de trabalho e também pelo atrativo de melhores salários. Pela escassez de professores, em 1927 foi implantada a *Reforma do Apressamento* que reduzia para três anos o curso normal e admitia para trabalhar nas escolas primárias concludentes de qualquer curso secundário que se submetessem a um exame de Pedagogia e Didática e a um Estágio de seis meses.

Francisco Campos e Mário Casassanta, em 1927, implantaram uma reforma em Minas Gerais e, posteriormente, o primeiro foi escolhido para o Ministério da Educação e Saúde Pública criado em 1930 por Getúlio Vargas. Embora entendessem que a escola era a responsável pela transformação e reconstrução social, esta reforma apresentou um caráter conservador por possibilitar a inculcação na criança da ordem intelectual e moral necessárias à convivência social. No que tange ao magistério, tornou-se esta uma profissão com carreira regular, previsão de forma de acesso, promoção e aperfeiçoamento constantes. Itens estes, inovadores na política educacional brasileira e precursores dos atuais planos de cargos e salários do magistério. Com essa reforma, a Escola Normal passou a apresentar três níveis de acordo com o desenvolvimento local, não significando estagnação em face da política de atualização. A Escola Normal de primeiro nível era exclusivamente oficial, o seu curso com sete anos de duração era equiparado ao 2º grau e subdividia-se em: Adaptação, Preparatório e Aplicação. A Escola Normal de segundo nível podia ser oficial ou particular, o seu curso com três anos de duração era equivalente ao 1º

grau e constituía-se de Adaptação e Normal. A Escola Normal Rural representava o terceiro nível com curso de dois anos e formava os regentes de turma.

Em 1928 foi a vez do Distrito Federal com Fernando de Azevedo. Este entendia a escola como: “aparelho dinâmico de transformações sociais.”⁴⁵ Azevedo diferenciou as escolas pelas suas localizações: Rurais, Marítimas e Urbanas. Quanto ao ensino normal, imprimiu um caráter estritamente profissional com cinco anos de duração sendo três de formação propedêutica e dois de cunho profissionalizante. Anexou à Escola Normal o Jardim de Infância e a Escola Primária Modelo, adaptando as diversas correntes em que se dividiu o movimento escolanovista. Posteriormente, Anísio Teixeira volta a promover reformas no Distrito Federal que tiveram repercussão nacional.

A autonomia dada aos Estados para legislar e decidir sobre o ensino deixava-o à mercê das circunstâncias político-administrativas locais, contribuindo consideravelmente para o aumento das desigualdades sócio-econômicas já existentes e principalmente para as distorções educacionais e culturais das diversas regiões brasileiras. Assim, entendo que a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946 serviu para equalizar as diferenças regionais, constituindo-se num ponto favorável de nivelamento do ensino normal no país, diferentemente do que pensam outros pesquisadores.

A Reforma Benjamin Constant de abrangência nacional foi decretada em 1890 e aplicada em 1891. De cunho positivista tinha por princípios a liberdade, laicidade do ensino e gratuidade da escola primária (subdividida em 1º e 2º graus). Contemplava do ensino primário ao superior; mantinha a descentralização e dualidade de sistemas; tencionava “tornar os diversos níveis de ensino ‘formadores’ e não apenas preparadores dos alunos, com vistas ao ensino superior”⁴⁶ e fundamentava-se na ciência para romper com a tradição humanista clássica. Quanto ao ensino normal, criou o *Pedagogium*, um centro de aperfeiçoamento ao Magistério e propulsor de reformas e estabeleceu um dispositivo legal que exigia o título de normalista para o exercício da profissão docente. Esta reforma não logrou êxito por falta de uma infra-estrutura e apoio político das elites

⁴⁵ Azevedo, In: BRZEZINSKI, 1987, p. 59.

⁴⁶ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988, p. 69.

que não concordaram com a laicidade do ensino, tendo sido ainda criticada por não ter respeitado o modelo pedagógico de Comte.

A ausência de preocupação com o ensino normal pode ser verificada nas reformas nacionais que ocorreram de 1901 a 1925. Em 1901 Epiácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1898 – 1901), ao lançar o Código do Ensino reformou a instrução secundária e superior. O Código que leva seu nome teve base humanista e acentuou a parte literária do ensino ao incluir a lógica e retirar a biologia, a sociologia e a moral. A Lei Orgânica Rivadávia Correa (1911), apresentou um retorno ao positivismo, facultou total liberdade e autonomia aos estabelecimentos, suprimiu o caráter oficial do ensino, aboliu o diploma em favor de um certificado de assistência e aproveitamento e transferiu os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades com o objetivo de tornar o curso secundário *formador do cidadão*⁴⁷ e não do candidato ao nível seguinte. Os resultados desta reforma foram desastrosos. Em 1915, Carlos Maximiliano na contramarcha de Rivadávia reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II, regulamentou o ingresso nas escolas superiores e reuniu em Universidade a Escola Politécnica de Medicina e uma Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. A reforma de Rocha Vaz em 1925 tentou instituir normas regulamentares para o ensino, estabeleceu pela primeira vez um acordo entre União e Estados, visando promover a educação primária e eliminou os exames preparatórios e parcelados herdados do Império.

Durante a primeira República, a pouca procura por instrução caracterizou bem as necessidades e interesses da população e delineou a baixa exigência de uma sociedade cujo índice de urbanização e industrialização também era baixo. As reformas eram muitas vezes frustradas, sem aplicação prática, pois representavam pensamentos isolados dos dirigentes educacionais. Mesmo com propostas de caráter positivista, até o ano de 1930, o ensino alimentou uma educação literária e humanista vinda do período colonial, impedindo de promover uma renovação intelectual da elite cultural e política, tão necessária às instituições, em especial às Escolas Normais. Quando este quadro começou a ser invertido, a educação propiciou novos rumos, os movimentos culturais e pedagógicos lançaram idéias de reformas mais consistentes, através de fóruns e conferências, propulsores de novas mentalidades, tanto educacionais quanto sociais, políticas e econômicas, a exemplo da I

⁴⁷ Aspecto comum a todas as reformas positivistas.

Conferência Nacional de Educação realizada em 1927 pela Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade criada em 1924.

Com o Golpe Militar de 1930 que depôs o Presidente da República Washington Luis e empossou Getúlio Vargas à frente da Nação, teve início uma nova fase não só política, mas em todos os setores da sociedade. Com relação à educação, Vargas induziu a ênfase nos aspectos cívicos e a escola introduziu nos currículos a cadeira de Educação Cívica e a obrigatoriedade do ensino de Educação Física praticada em exercícios que também despertavam o amor à Pátria. Francisco Campos, um dos reformadores do ensino mineiro de 1927, já como Ministro da Educação e Saúde Pública reorganizou a educação nacional através da reforma⁴⁸ que levou o seu nome. Dentro desta, criou o Conselho Nacional de Educação (CNE); estruturou o ensino secundário, comercial, superior e a Universidade do Rio de Janeiro. Esta reforma foi considerada um marco na trajetória do ensino que até então não conseguira se organizar como um sistema nacional. Contudo, deixou marginalizados os ensinos primário e profissional, não se preocupando, inclusive, com o técnico industrial que, certamente, poderia contribuir para o progresso industrial que o país estava experimentando. A reforma mantinha o ensino de caráter enciclopédico e direcionado para a elite com ênfase no secundário propedêutico, única via de acesso ao superior, provocando uma demanda para este tipo de ensino em detrimento do profissionalizante.

Como referência dos movimentos educacionais de 1930, temos o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores, endereçado ao povo e ao poder para divulgar a ideologia dos novos educadores, que fora amplamente discutida nas IV e V Conferências Nacionais de Educação, ambas promovidas pela ABE e realizadas em 1931. O Manifesto propunha a reconstrução de um sistema educacional que contribuísse para a interpenetração das classes sociais, para a formação de uma sociedade humana mais justa e para a unificação do ensino, desde o Jardim de Infância à Universidade. Reivindicava, para tanto, a institucionalização da escola pública; a igualdade de direito à educação para os dois sexos; a descentralização do ensino, o que foi um choque frente à reforma de Francisco Campos já promulgada com o espírito da Revolução de 30 a autonomia para a função docente; e a

⁴⁸ Para maiores detalhes sobre a Reforma Francisco Campos confira ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p.131.

laicidade do ensino, que desde a Constituição de 1891, vinha provocando polêmica com a Igreja Católica monopolizadora do ensino pago pelas elites. Aquele documento reativou a controvérsia com a Igreja, pois os Pioneiros defendiam a obrigação do Estado em manter o ensino gratuito e em escolas mistas; enquanto a Igreja via na competência atribuída ao Estado a perda de sua clientela e na possibilidade das escolas mistas o rompimento com a moralidade dos hábitos da educação religiosa. Propunha ainda o Manifesto uma unidade na formação dos professores que deveriam ter escolarização superior para lecionarem em todos os graus de ensino. Pensamento este que ressurgiu em 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ao regulamentar, como formação mínima docente, o 3º grau.

No período de 1930 a 1937 a educação no antigo Distrito Federal esteve contemplada com a contribuição de Anísio Teixeira que concebia a escola como o aparelho de equalização das oportunidades de cada indivíduo. Neste sentido, reformou o ensino e, conseqüentemente, a Escola Normal, criando o Instituto de Educação no Rio de Janeiro, iniciativa esta que se expandiu para outros Estados, regulamentada nacionalmente mais tarde, pela Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946. O Instituto carioca oferecia:

- a) Curso pré-primário (Jardim de Infância) para a prática dos alunos mestres;
- b) Curso primário com a mesma finalidade do citado acima;
- c) Curso secundário subdividido em fundamental com formação de cultura geral e preparatório com formação profissional;
- d) Curso superior (Escola de Professor) com um curso regular de preparação para o magistério primário;
- e) Cursos de extensão, aperfeiçoamento e extraordinários para atualização de professores primários em exercício.

Em 1934, foi publicada a segunda Constituição Republicana baseada no ideário liberal. Dentre suas inovações destacam-se: o direito de voto à mulher embutido no Código Eleitoral; a eleição de deputados classistas; e o destaque à educação que incorporou várias idéias discutidas e propostas pelos educadores e intelectuais da época, como o “Plano Nacional de Educação, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, organização dos sistemas educacionais, ensino religioso, liberdade de cátedra e vinculação dos recursos de

impostos na manutenção e desenvolvimento dos sistemas de ensino.”⁴⁹ Para os Pioneiros da Educação Nova, esta Constituição representou uma vitória do seu manifesto, pois o Art. 149º garantiu a educação como direito de todos e dever dos poderes públicos, proporcioná-la, concomitantemente, com a família; o Art. 150º tratou da fixação do Plano Nacional de Educação, da ação supletiva da União, do ensino primário integral e da gratuidade do ensino; o Art. 151º descentralizou o ensino e os Art. 156º e 157º organizaram os recursos destinados à educação. Apesar de inovadora, liberal e avançada teve vida efêmera e vários dos seus efeitos foram anulados pelo *estado de sítio* decretado em 1935, o que não eliminou sua importância na história da educação brasileira.

Em função do Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, em que Getúlio Vargas destituiu o Congresso Nacional e expediu decretos-leis indicando os chefes dos governos estaduais, foi Outorgada a Constituição de 1937, de natureza autoritária, preparada sigilosamente por Francisco Campos. Nesta, havia uma seção inteira destinada à educação e à cultura, caracterizada pelo ideal do regime ditatorial instituído com o Estado Novo. A Constituição de 37 não contemplou as vitórias do *movimento renovador* de 32, pelo contrário, constituiu-se numa carta que outorgava poderes absolutos ao Chefe de Estado centralizador e inibidor dos movimentos de renovação ideológica, levando-os a desaparecer no cenário nacional e permitindo, com isso, que a educação se voltasse para o desenvolvimento de ideais patriótico e nacionalista, a fim de garantir um *regime de paz política e social*.

Em relação às medidas educacionais, a Constituição de 1937: a) declarou ser a arte, a ciência e o ensino iniciativas livres; b) manteve a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; c) determinou que o ensino de trabalhos manuais deveria ser obrigatório em todas as escolas primárias, normais e secundárias; d) estabeleceu uma política escolar pré-vocacional e profissional, sendo a educação o primeiro dever do Estado e instituiu a cooperação Estado/Indústria⁵⁰. O ensino profissionalizante foi textualmente remetido às camadas mais pobres oficializando assim, a discriminação social e interferindo na escolha do tipo de educação feita pela demanda. Direcionou o ensino normal para o desenvolvimento do espírito patriótico nacionalista, controlando-o na organização,

⁴⁹ COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil: dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 15, 33-35.

⁵⁰ Para mais informações conferir COSTA, 2002, p. 39-43.

objetivos, funcionamento e até nos conteúdos; mobilizou ainda a sua ruralização para fixar o homem no campo. Como avanço à Constituição de 34, aponto a incumbência à União de propor uma política nacional que articulasse os diferentes níveis de ensino. Como recuo, observei a diminuição da responsabilidade do Estado na oferta da educação para todos, propiciando a ampliação da rede de Colégios Confessionais destinados à elite; a cobrança de taxas escolares àqueles que não comprovassem escassez de recursos e a desvinculação das verbas oriundas dos impostos para o setor educacional.

De 1942 a 1946, Gustavo Capanema reformou alguns ramos do ensino através das Leis Orgânicas do Ensino. A reforma Capanema refletia uma ideologia nazi-facista em função da conjuntura política em que fora projetada (1937 – ideário alemão). Dentre estes ramos encontra-se o ensino normal que será detalhado no item seguinte.

3. A Regulamentação Federal no Ensino Normal

Até o ano de 1946 o ensino normal era regulamentado pelas legislações estaduais. No bojo da Reforma Capanema este ensino foi contemplado, em nível nacional, com uma Lei Orgânica legalizada pelo Decreto-Lei nº 8.530 de 02 de janeiro daquele ano. Implantada na Nova República, pós-queda de Getúlio Vargas em 1945, esta lei delegava à Nação o poder de estabelecer as diretrizes do ensino e fixar as normas para a implantação desse em todo o território nacional, cabendo aos Estados articular as medidas administrativas exequíveis ao plano federal. A partir de então, as instituições de ensino que ofereciam o curso normal em todo o país equipararam-se e, surgiram novas Escolas deste gênero, somando um total de quinhentas e quarenta no ano de 1949.

A Lei Orgânica determinava que o ensino normal tinha por finalidade:

1. Prover a formação do pessoal docente necessários às escolas primárias;
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.⁵¹

⁵¹ ROMANELLI, 1983, p. 164-165.

Para corresponder às finalidades anteriormente descritas o Curso Normal ficou subdividido em cursos de dois níveis. O 1º ciclo para formação de regentes, com duração de quatro anos deveria funcionar nas Escolas Normais Regionais e foi, por muito tempo, o único formador de pessoal docente para o ensino primário; o 2º ciclo, com três anos de duração e mais diversificado, formaria os professores primários e deveria funcionar nas Escolas Normais. O curso normal distribuía-se na seguinte grade curricular:

Quadro I
Currículo do Ensino Normal estabelecido pela Lei Orgânica em 1946

1º Ciclo				2º Ciclo		
Disciplinas	Séries				Disciplinas	Séries
Português	I	II	III	IV	Português	I
Matemática	I	II	III		Matemática	I
Geografia Geral	I				Física e Química	I
Geografia do Brasil		II			Anatomia e Fisiologia Humana	I
História Geral			III		Música e Canto Orfeônico	I II III
História do Brasil				IV	Desenho e Artes Aplicadas	I II III
Ciências Naturais	I	II			Educação Física, Recreação e Jogos	I II III
Anat. e Físio. Humana			III		Biologia Educacional	II
Higiene				IV	Psicologia Educacional	II III
Educação Física	I	II	III	IV	Higiene, Educação Sanitária e Puericultura	II III
Desenho e Caligrafia	I	II	III	IV	Metod. Ens. Primário	II III
Canto Orfeônico	I	II	III	IV	Sociologia Educacional	III
Trabalhos Manuais	I	II	III		Hist. e Fil. da Educação	III
Psicologia e Pedagogia				IV	Prática do Ensino	III
Didática e Prática de Ensino				IV		

Fonte: Quadro criado a partir de dados constantes em Romanelli (1983, p. 164-165)

A Lei Orgânica do Ensino Normal incorria nos mesmos erros de outras quanto ao sistema de avaliação, pois apresentava exagerado processo de provas e exames; falta de articulação com os demais ramos do ensino e de flexibilidade ao ensino superior ao limitar o ingresso dos concludentes normalistas apenas a alguns cursos da Faculdade de Filosofia. A pior falha desta Lei residia na discriminação imposta no Art. 21º que determinava: “Não serão admitidos em quaisquer dos dois cursos (1º e 2º ciclos), candidatos maiores de 25 anos.”⁵² Não se entende tal determinação quando é sabido que o magistério primário

⁵² ROMANELLI, 1983, p. 165.

naquele período, em muitos lugares, era exercido quase totalmente por pessoas desqualificadas academicamente e acima de 25 anos.

Esta reforma também criou os Institutos de Educação, inspirados no do Rio de Janeiro, que ofereciam além do Curso Normal, o Jardim de Infância e a Escola Primária (anexos), cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares em cursos pós-normal.

Paralelas às reformas educacionais implantadas durante o Estado Novo foram tomadas nacionalmente algumas medidas auxiliaadoras como as criações: a) do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em 1938; b) do Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa em 1939; c) do Instituto Nacional do Cinema Educativo em 1937; d) do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, também em 1937; e) do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946.

A Constituição de 1946 é um documento de inspiração ideológica liberal-democrática e sob esta égide, o Ministro da Educação constituiu uma comissão de educadores, presidida por Lourenço Filho, para elaborar um projeto de reforma geral da educação nacional. Este projeto fora elaborado em 1948 e amplamente discutido em dois momentos: de 1952 a 1958 o tema dos debates girava em torno da centralização ou descentralização das competências administrativas da educação e de 1958 a 1961 as discussões voltaram-se para o aspecto da responsabilidade do Estado em oferecer escola pública para todos. Naquela ocasião foi publicado o segundo Manifesto dos Educadores que, mesmo dentro dos princípios da Escola Nova, trataram especialmente do aspecto social da educação e dos deveres do Estado para com ela.

A formação do professor primário foi tema de estudos e debates na década de 50, não só em nível de Brasil como também de organismos internacionais a exemplo dos que aconteceram na Conferência Geral da Instrução Pública, realizada em Genebra, no ano de 1953, sobre a questão da preparação dos mestres quanto aos níveis e planos de estudos e na Conferência Regional de Lima onde fora tratada a gratuidade e obrigatoriedade do ensino bem como os itens necessários na formação do professor.

Finalmente, depois de treze anos, em 20 de dezembro de 1961 sob o nº 4.024 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), influenciada pela corrente humanista tradicional e propondo-se às seguintes finalidades:

Art. 1º - A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e as (sic) liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe e raça.⁵³

Com relação à estrutura, esta Lei pouco alterou a de 1946, pois manteve o ensino pré-primário (Maternal e Jardim de Infância); ensino primário de quatro anos com possibilidade de ampliação de dois anos destinados a programas de artes aplicadas; ensino médio, compreendendo o ginásio de quatro anos e o colegial de três anos, ambos oferecendo ensino secundário e técnico (Agrícola, Industrial, Comercial e Normal). Esta estrutura consagrou o princípio da equivalência dando um passo decisivo para a *escola única* brasileira, pois tornou possível que, concluído qualquer ramo do ensino médio, o aluno tivesse acesso, mediante vestibular, a qualquer carreira do ensino superior e possibilitou o aproveitamento de estudos de modo que o aluno pudesse se transferir de um ramo para outro no ensino médio matriculando-se dentro do ano na mesma série ou no ano seguinte na subsequente àquela em que tenha sido aprovado no ramo que cursava anteriormente.

⁵³ ROMANELLI, 1983, p.180.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 trata em seu Capítulo IV da formação do magistério para o ensino primário e médio determinando que: a) o Ensino Normal teria por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário e ao desenvolvimento relativo à educação da infância (Art. 52º); b) a formação de docentes para o ensino primário seria feita em escolas normais de grau ginásial com quatro anos de duração, titulando o regente de ensino ou em escolas normais de grau colegial com três anos de duração, titulando o professor primário (Art. 53º e 54º); c) os Institutos de Educação ofereceriam além dos cursos citados acima os de especialização de administradores escolares e de aperfeiçoamento aos professores primários (Art. 55º); d) a atuação dos regentes seria limitada por cada sistema de ensino (Art. 56º); e) a formação de docentes e especialistas para as escolas rurais poderia ser feita em estabelecimentos que lhes preservem a integração no meio (Art. 57º) e; f) os direitos seriam iguais para o ingresso no magistério primário (Art. 58º).⁵⁴

Enquanto o currículo de 1946 uniformizava os cursos normais, colaborando para o equilíbrio entre as várias regiões brasileiras, o de 1961, ao revogar a obrigatoriedade dos programas oficiais deu mais liberdade ao ensino o que poderia favorecer o distanciamento daqueles. Entretanto, a prática mostrou que muitas escolas acabaram compondo seus currículos com os recursos que já dispunham, ou seja, continuaram os mesmos.

Os movimento de educação popular, surgidos nos anos 60, lutavam pela participação da população adulta na vida política do país e apontavam para a necessidade de criação de métodos de alfabetização. O Movimento de Educação de Base (MEB) e o *Sistema Paulo Freire* amplamente utilizados, foram uma realidade desses movimentos. O Conselho Federal de Educação (CFE), criado em 1962, elaborou o Plano Nacional de Educação para o período de 1962/1970 que previa a escolarização de 100% para a população da faixa etária dos 7 aos 14 anos. A Revolução de 1964 extinguiu este Plano e criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com outra identidade, pois substituía a participação da população adulta na vida política pela participação na vida econômica, era a ideologia tecnicista que se instalava no país.

⁵⁴ Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

Na década de 60, muitos acordos foram firmados entre o Brasil e organismos internacionais, especialmente com os norte-americanos. Dentre eles o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAAEE) objetivava preparar nos Estados Unidos docentes brasileiros para atuarem nas Escolas Normais do Brasil. Retornando ao país, os docentes introduziam e aplicavam métodos e técnicas utilizadas na educação primária americana, convergindo para a doutrina desenvolvimentista e de expansão do capital imperialista americano. Os professores eram treinados para utilizarem os materiais didáticos importados e para difundirem as tendências pedagógicas. Isto refletiu diretamente nos currículos das escolas normais, pois associadas à prática de descentralização dos seus programas, as instituições introduziram novas metodologias de ensino e novos materiais que faziam parte dos projetos emergentes e oriundos do exterior, os quais destoavam bastante dos programas do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), foram gestadas duas reformas no ensino brasileiro, a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Ambas demonstraram o predomínio economicista nas políticas educacionais vigentes naquele período. Contemplando tal pensamento, em 1964 a Lei nº 4.440 criou o salário-educação, principal fonte de recursos oriundos das empresas privadas destinados ao ensino primário. A Lei nº 5.357 criou em 1968 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o financiamento de todo o sistema de educação e dos sistemas de ensino assegurando-lhes recursos para suas expansões.

A Reforma Universitária legalizada pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 reformou o ensino superior, fixando normas para sua organização, funcionamento e articulação com a escola média. Foi-lhe atribuído como objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de níveis universitários (Art. 1º). Esta reforma, tentou produzir a expansão daquele ensino com o mínimo de custos e evitar a privatização das universidades.

Sob a inspiração da Teoria Tecnicista, a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 reformou o ensino de 1º e 2º graus, prescrevendo a profissionalização compulsória ao nível do ensino

de 2º grau. Se a LDB nº 4.024/61 marcou o início da penetração do capital e da ideologia norte-americana no sistema educacional brasileiro, a Lei nº 5.692/71 consubstanciou tais intentos, fixando as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, que teria por objetivo “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Art. 1º). Isso quer dizer que o seu propósito era de concorrer para que o educando se auto-realizasse, se qualificasse e atuasse conscientemente no meio social e político que o cercava. Para esta finalidade estruturou o ensino da seguinte maneira:

1º Grau, com duração de oito anos, resultante da fusão dos cursos Primário e Ginásial, destinava-se à formação geral da criança e do pré-adolescente. Esse nível correspondia à obrigatoriedade escolar.

2º Grau, com três ou quatro anos de duração, destinado primordialmente à habilitação profissional, acabaria com o *dualismo*⁵⁵. Contudo, este fora mantido pela facilitação concedida através de Parecer nº 853/71 do CFE, que permitia às escolas particulares fugirem da obrigação de implantar o sistema profissionalizante.

Essa estrutura possibilitou a mudança mais profunda ocorrida no sistema pelos dois princípios: o da *continuidade*, proporcionado por um conteúdo que partia de uma base de educação geral ampla para a formação especial nas habilitações profissionais e o da *terminalidade*, que facultava, em cada nível, a capacitação do educando para o exercício de uma atividade.

De forma geral, o que a Lei nº 5.692/71 propunha era:

1. a extensão da obrigatoriedade escolar;
2. a eliminação de parte do esquema seletivo das escolas;
3. a eliminação do dualismo educacional (ensino secundário X ensino profissional) proveniente de um dualismo social mais profundo;

⁵⁵ O que se pretendia era universalizar a profissão com o nome de qualificação para o trabalho, rompendo-se com o dualismo estrutural do sistema, expresso através da dicotomia: ensino acadêmico X ensino profissionalizante; ensino secundário X ensino técnico; ensino elitista X educação popular; educação humanista X educação tecnológica; trabalho intelectual X trabalho manual.

- 4 a previsão mais objetiva de meios de execução das reformas;
- 5.a profissionalização em nível médio;
- 6. a cooperação das empresas na educação;
- 7. a integração geral do sistema educacional desde o 1º grau ao superior.”⁵⁶

O Capítulo V da Lei nº 5.692/71 contempla a formação de professores e especialistas através dos Art. 29º, 30º, 31º, 32º e 33º. Determina esta Lei que: a) a formação de professores e especialistas será feita em níveis que se elevem progressivamente; b) exigir-se-á como formação mínima para atuação no 1º Grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de 2º Grau, para atuação em todo o curso de 1º Grau, a habilitação específica de grau superior (Licenciatura Curta) e para atuação em todo o ensino de 1º e 2º Graus, habilitação específica em curso superior (Licenciatura Plena); c) a atuação docente descrita acima poderá ser ampliada mediante Estudos Adicionais; d) as Licenciaturas de 1º Grau e os Estudos Adicionais para o 2º Grau serão oferecidos pelas Universidades, ou estabelecimentos adaptados para essa finalidade; e) os Conselhos de Educação estabelecerão as normas de preparação dos docentes para o Ensino Supletivo e a formação dos administradores e especialistas será feita em Curso Superior de plena duração ou de Pós-Graduação.

De acordo com o Parecer nº 45/72 a Habilitação Específica para o Magistério, (HEM) em nível de 2º grau, terá um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte de formação especial que represente o mínimo necessário à habilitação profissional, como pode ser conferido no quadro abaixo:

Quadro II
Currículo Mínimo da Habilitação Específica para o Magistério de 1ª a 4ª Séries do
1º Grau

NÚCLEO			
---------------	--	--	--

⁵⁶ ROMANELLI, 1983, p. 253.

COMUM	FORMAÇÃO GERAL	TOTAL	FORMAÇÃO ESPECIAL	TOTAL
Comunicação	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Educação Artística - Educação Física	300 h	Fundamentos da Educação (aspectos históricos, psicológicos, sociológicos e biológicos da educação)	510 h
Estudos Sociais	- Geografia - História - EMC - OSPB		Estrutura e Funcionamento Do Ensino de 1º Grau	150 h
Ciências	- Matemática - Ciências Físicas e Biológicas - Programas de Saúde		- Didática (estudos relativos à Metodologia e Prática de Ensino) - Estágio Supervisionado	405 h*

Fonte: Mendes Sobrinho, 2002, p. 74.

* Horas complementares às 2.220 h que serão destinadas ao Estágio Prático Supervisionado

Com essa Lei, o curso normal passa a ser uma das habilitações do 2º grau, perdendo sua especificidade, ficando disperso entre outras habilitações e tendo sua parte de formação específica diminuída em função desta nova estrutura do 2º grau. O curso passa a não tratar adequadamente nem da formação geral nem da específica. A disciplina Fundamentos da Educação comprime os aspectos psicológicos, biológicos, sociológicos e históricos. O estágio permanece nos moldes antigos interpretado como o momento para demonstrar o aprendizado de tudo. Segundo Pimenta citada por Mendes Sobrinho⁵⁷ “há uma desarticulação dos componentes curriculares com os demais níveis de ensino; a fragmentação da formação; os livros didáticos disponíveis favorecem a mecanização do ensino e transmitem conhecimento não-científico e dissociado do cotidiano do aluno”. Delineou-se o caráter pragmático desta formação pelo seu apressamento, na pretensão de torná-la mais adequada ao mercado de trabalho. A Escola Normal deixou de ser o lugar privilegiado e específico da formação do professor primário, ficando “explícita a inutilidade dos cursos normais para o enfrentamento dos problemas da educação.”⁵⁸

Esta lei cumpriu a sua finalidade no sentido da profissionalização do povo brasileiro, mas desviou bastante a demanda social de educação superior, pois lançou no mercado de trabalho boa parcela de jovens que certamente procurariam aquele nível de ensino. O reflexo desta política pôde ser constatado anos depois na proliferação das

⁵⁷ PIMENTA, In: MENDES SOBRINHO, 2002, p. 76.

⁵⁸ CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês Nunes. A Escola Normal em Goiás. Goiânia: UFG, 1994, p.143.

universidades particulares que passaram a oferecer cursos noturnos a uma clientela predominantemente de profissionais que a escola de 2º grau formou e que se sentiu pressionada a buscar este nível de ensino mais por imposição do mercado de trabalho do que por uma opção pessoal.

Diante do insucesso da profissionalização compulsória ao nível de 2º grau, da dissociação teoria-prática e da rejeição pela maioria dos professores e instituições formadoras, a Lei 5.692/71 sofreu alteração através da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 que alterou os dispositivos referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, passando seu Art. 1º a ter a seguinte redação: “o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, a preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.”⁵⁹ Ficou assim suprimida a idéia de universalização da *qualificação* para o trabalho e proposta a *preparação* para este como uma das dimensões do ensino de 2º grau.

Em virtude das dificuldades enfrentadas pela HEM que não vinha conseguindo atingir seus objetivos e do forte posicionamento de Associações Educacionais que lutavam por uma formação de professores voltada para a perspectiva de articulação com o contexto nacional e histórico mais amplo, o MEC propôs em 1982 a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) que inicialmente deveria promover uma revisão curricular nos cursos de formação, visando redimensionar a HEM para que esta respondesse adequadamente às necessidades do ensino das séries iniciais da educação fundamental. Foi uma proposta político-pedagógica que nasceu sob a inspiração da participação e da responsabilidade compartilhada e deveria contribuir para a qualificação de um profissional com competência técnica, política e crítica, capaz de atender às novas demandas. Os CEFAM's marcaram o início do rompimento com as teorias tecnicistas.

Os fundamentos legais que norteavam a estrutura de formação de professores em nível médio no país, encontravam-se até 1996 nas Leis: 4.024/61, 5.692/71 e 7.044/82. Tais fundamentos foram alterados quando a 20 e dezembro de 1996 foi aprovada a nova LDB sob nº 9.394, também denominada Lei Darcy Ribeiro. Em nove Títulos, ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, definindo que “a educação, dever da

⁵⁹MENDES SOBRINHO, 2002, p. 79.

família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 2º).⁶⁰

Apesar de ter 92 artigos, a LDB 9.394 é uma Lei sucinta apresentando uma série de matérias que deverão ser objeto de regulamentação posterior, através de portarias ministeriais, decretos presidenciais ou pareceres o que residirá em processos fechados à participação da sociedade civil. Essa característica da LDB como esclarece Waldeck Silva “tem a ver com a política de orientação neoliberal que se pratica no Brasil, cujos princípios básicos são: a privatização, a globalização, o binômio descentralização/autonomia (...)”⁶¹ Tal política leva à desregulamentação da sociedade e, nesta circunstância o Estado se omite da responsabilidade de elaborar políticas públicas consistentes, deixando ao mercado a regulamentação das relações sociais. O texto inova, reconhecendo as múltiplas práticas dos docentes descritas no Título IV⁶²:

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A nova LDB trata a questão da formação dos profissionais da educação em seu Título VI, fixando no Art. 62º a meta de que todos os docentes para qualquer nível do ensino devem ter formação superior. Desta maneira, o horizonte da formação em nível médio estaria definido. Contudo, no mesmo Art. a Lei prevê a instituição de Escolas Normais no ensino médio, destinadas à preparação de professores para a educação infantil e para o ensino fundamental até a 4ª série. Propõe que a formação de docentes se faça em

⁶⁰ Lei nº 9.394 de 20/12/96.

⁶¹ SILVA, Waldeck Carneiro da. Formação dos profissionais da educação: o novo contexto legal e os labirintos do real. Niterói: EdUFF, 1998, p. 96.

⁶² Lei nº 9.394 de 20/12/96.

Institutos Superiores de Educação, associados ou não às universidades ou centros de educação superior e incorpore as múltiplas possibilidades formativas – formação inicial, formação continuada, formação a distância, aproveitamento de estudos, formação em serviço e muito mais. Os Artigos de nº 61⁶³ e 65⁶⁴ apontam como eixo de formação a prática de ensino, evidenciando a preocupação com a superação da dicotomia teoria/prática na formação do docente para a educação básica.

Os Institutos Superiores de Educação sugeridos pela nova LDB devem ser criados diferentemente dos anteriores, no que diz respeito às suas finalidades. Eles deverão restringir-se à formação docente mantendo:

- I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.⁶⁵

A possibilidade de criação dos Institutos de Educação, em nível superior, específicos para a formação de docentes, abre alternativas para romper com o atual problema de desintegração e fragmentação dessa formação e espaço à superação do aligeiramento na formação pedagógica. Caso esta nova possibilidade venha a ser implantada, deverá ter como eixo um projeto pedagógico básico, guiado pelo perfil do profissional a se formar. A seleção do docente para este ensino, que vai formar os futuros professores, deve ir além do formalismo e se pautar em aspectos como experiência na educação básica, capacidade de participação na construção e adesão a uma proposta pedagógica e sólidos conhecimentos em áreas específicas, como nos adverte Bernardete Gatti⁶⁶ com o experimento inovador norte-rio-grandense.

⁶³ Art. 61º. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

⁶⁴ Art. 65º. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

⁶⁵ Lei nº 9.394 de 20/12/96.

⁶⁶

A exemplo de outras leis, a nova LDB vem sofrendo normalizações para garantia de sua aplicabilidade como as constantes nos Pareceres CNE/CEB 1/99; 10/99; 3/03; nas Resoluções CNE/CEB 03/97; 02/99; 01/03; e nas Leis 9.536/97; 9.475/97; 10.287/01; 10.328/01; 10.639/03; 10.709/03; 10.793/03, dentre outros.

Com este relato busquei propiciar uma (re)leitura da trajetória da formação docente no país para que o leitor possa associar a evolução do Ensino Normal no Piauí ao contexto nacional, que será reconstituída nos próximos capítulos.

Capítulo II

SURGE UMA ESCOLA NORMAL NO PIAUÍ (1864 – 1908)

Buscando facilitar o entendimento da criação de uma Escola Normal em Teresina, fiz uma rápida reconstituição histórica, política, econômica e social do Piauí, desde a sua colonização até 1908 para tratar do surgimento deste ensino no Piauí através da Escola

Para mais esclarecimentos confira GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação. Campinas, SP: Autores associados, 2000, p. 69.

Normal de Teresina, numa dimensão extensionista na medida em que as fontes e o estudo me permitiram.

1. Conhecendo um pouco da História, Política, Economia e Sociedade do Piauí

Estudando a situação do Piauí, não há registros de que nas fazendas de gado conferidas aos jesuítas houvesse atividades culturais e educacionais, pois a colonização típica piauiense priorizava o trabalho pecuário. Os Jesuítas foram os responsáveis pelo primeiro discurso pedagógico do país. Contudo, contrariamente à sua *missão no Brasil*⁶⁷, no Piauí suas atividades giravam em torno da administração das fazendas de gado, cujo proveito servia para sustentar os gastos da Companhia na vizinha Bahia, dentre estes os da educação.

O sistema de colonizar o Piauí através de fazendas de gado definiu a sociedade daquela época em duas camadas distintas. A base da “pirâmide social” era constituída pelos colonos, escravos negros e índios⁶⁸ a quem cabia apenas a servidão a seus donos, sendo privados de lazer e principalmente de educação, uma vez que o trabalho pecuário dispensava saberes intelectuais. A segunda camada era constituída pelos administradores jesuítas e/ou proprietário fazendeiro o qual determinava para o filho primogênito a responsabilidade de substituí-lo na função de *senhor dos bens*; e aos demais (do sexo masculino), o cultivo do espírito, ou seja, a educação, privilégio dos abastados.

Predominou no Piauí no início do século XIX a atividade econômica, pecuarista que dificultou o povoamento do território, visto que nos currais eram necessárias poucas pessoas, às vezes apenas dois ou três moradores. A elevação do Piauí à categoria de Capitania (1718) atraiu a migração de colonos abastados que aos poucos diversificaram as atividades econômicas, constatando-se nas últimas décadas de 1800 o plantio do algodão, cana-de-açúcar e fumo; a extração de sal, babaçu e maniçoba; a fabricação da cera de carnaúba; o curtume do couro, que contribuiu para o aumento da população que se

⁶⁷ Expandir os princípios religiosos da Igreja Católica; evitar os avanços do Protestantismo e converter os indígenas através da catequese e da instrução, ação pedagógica esta guiada pelo Ratio Studiorum – plano de estudo dos cursos de letras humanas, filosofia e ciência, teologia e ciência sagrada.

⁶⁸ Os índios, principalmente os da Tribo dos Cariris que significa *Triste*, eram dóceis e fáceis de serem catequizados (domados).

distribuía de norte a sul do seu território; e o comércio que estimulou a navegação⁶⁹ pelo Rio Parnaíba e desencadeou o aparecimento de vilas que posteriormente se transformaram em cidades como Floriano – A Princesa do Sul, Amarante, Teresina, dentre outras. As cidades ribeirinhas prosperaram devido à manutenção dos portos fluviais importantes e necessários à navegação naquele rio, que se apresentava no cenário piauiense, como principal meio de transporte, comunicação, entrada, saída e distribuição de produtos e pessoas. Em contrapartida esta estrada de água desfavoreceu o desenvolvimento de Oeiras (capital da Capitania) escolhida por seu primeiro Governador o Sr. João Pereira Caldas, por tratar-se de uma vila estratégica para a comunicação, via transporte animal, com as vizinhas capitanias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará.

Não foi apenas o Rio Parnaíba que determinou o surgimento de novas vilas. Muitas apareceram como centralizadoras das várias regiões produtivas como, Campo Maior, Jaicós, Jerumenha, Parnaguá, Picos, Piracuruca, entre outras, chamando para si a atenção dos governantes no sentido de aparelhá-las, o que atraiu os habitantes das zonas rurais pelos progressos e melhorias das condições de vida. Estava iniciado o fenômeno hoje denominado *êxodo rural*, que inúmeras dificuldades vem causando à administração pública atual, de balde os esforços de criação de escolas rurais, de interiorização do ensino superior e serviços médicos, da implantação da reforma agrária, da política de financiamento agro-pastoril, e da melhoria habitacional para manter o homem no campo e evitar o *inchaço* das cidades.

Alguns fatos marcaram o Piauí na primeira metade do século XIX como: a) a instalação da Junta da Fazenda Real do Piauí (1813), com o fim de cobrar os dízimos, especialmente do gado; b) a extinção das lutas contra os indígenas (1814); c) o estabelecimento, em meados de 1819, do correio com o Maranhão, tornando mais rápida a comunicação com a Corte (Rio de Janeiro) e o Norte do Brasil; d) as lutas pela emancipação política piauiense que culminaram com a Batalha do Jenipapo em 1823 e

⁶⁹ Hoje o retorno à navegabilidade no Rio Parnaíba, praticamente extinta, é bastante discutida. Os ecologistas a entendem como única medida de reversão do processo de assoreamento do rio e diminuição da poluição aérea provocada pelos veículos automotores (carretas de grande porte que trafegam nas rodovias); os economistas a vêem como estratégia para diminuir o custo dos transportes no escoamento da produção agrícola do sul do Estado (soja e arroz) que aos poucos vem substituindo o extrativismo e a pecuária; os comerciantes alegam que a navegabilidade de rio desencadearia esforços para a construção do Porto Marítimo de Amarração em Luis Correia, há muito desejado pelos que se ocupam da importação e exportação no Piauí.

independência da Província; e) a transferência da capital de Oeiras para Teresina em 1852⁷⁰; f) participação ativa na Guerra do Paraguai⁷¹; g) a solicitação, em 1831, de Francisco de Araújo Costa, membro da Assembléia provincial, de medidas administrativas que culminassem com a emancipação dos negros por entender que “No Piauí o trabalho servil não era uma condição da economia.”⁷²

Ao lado da evolução administrativa que o Piauí viveu a partir de sua colonização sul-norte vinda da Bahia, subordinação ao Maranhão, independência, e primeiras décadas da República, ocorreu não só a diversificação das atividades econômicas que já foram mencionadas como os movimentos de uma sociedade emergente que na sua maioria priorizava a vida dos centros (Vilas e Cidades) mais desenvolvidas em detrimento ao estilo de vida rural.

Os piauienses do período em estudo apresentavam uma realidade social em mudança. Com o fim da escravidão surgiram os *empregados domésticos*; com a edificação das cidades os *operários da construção civil*; com a administração pública os *funcionários públicos*; para a defesa territorial e/ou a segurança de bens e pessoas ficou estabelecida a categoria dos *militares*; a prosperidade do comércio atraiu *comerciantes* de diversas partes do mundo a exemplo dos sírios e libaneses⁷³ que aqui se estabeleceram criando aquela categoria; episódios como a Sagração do Primeiro Bispado em 1906, a criação dos Seminários e a chegada de um grande número de Freiras ampliaram a presença de *religiosos* que passaram a constituir não somente uma categoria social, mas a instituição que ajudou o Piauí no início do século XX a desenvolver-se, prestando serviços à educação e calcando valores éticos e morais à sociedade; a instalação de fábricas deu início ao surgimento dos *artesãos*, vindos geralmente de camadas pobres com pouca ou nenhuma instrução e que até hoje são expressões da cultura piauiense ao exporem suas artes

⁷⁰ O Governador José Antonio Saraiva (1850 – 1853) viu na vila ribeirinha intermediária entre o sul e o norte da Província a melhor opção para instalar sua sede. Empreendimento este concretizado através da Resolução nº 351 de 21 /07/1852 que elevou a Vila Nova do Poti à categoria de cidade com o nome de Teresina em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, como nos confirma NUNES, 1972, p. 94.

⁷¹ Zacarias de Góis e Vasconcelos, José Antonio Saraiva e Francisco José Furtado (ex-Governadores da Província do Piauí) que exerciam cargos como o de Presidente do Gabinete do Governo Imperial enviaram tropas de combatentes e para o sustento destes, rebanhos de gado que foram praticamente extintos no Piauí. No alistamento das tropas constava uma única mulher brasileira a cearense alistada no Piauí, Jovita Feitosa, como nos esclareceu ADRIÃO NETO, 2003, p. 132.

⁷² NUNES, Odilon. 1972, p. 215.

⁷³ Para mais esclarecimentos confira TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, 1995, p. 143.

(santeira, plástica, em fibras, cerâmica, tecelagens e esculturas) no comércio local, regional e mundial; os *intelectuais*, representados pelos advogados, médicos, engenheiros, odontólogos e outros que, diplomados em diferentes centros, de volta à sua terra natal constituíram a elite cultural e social piauiense. O fascínio pelos centros urbanos não eliminou em definitivo a opção de alguns pelo espaço rural levando-os a resistirem às secas e à baixa condição de vida; assim os caboclos, vaqueiros e roceiros aqui e acolá em fazendas que não lhes pertenciam continuaram comandados por coronéis que mantiveram durante esse período da história a tradição latifundiária do Estado.

A cultura teresinense era manifestada de forma bem marcada pelo regime patriarcal na constituição e condução das famílias, destinando às mulheres as fainas domésticas que dispensava a instrução; na maneira de vestir, obedecendo aos modelos copiados da Corte e, principalmente, a censura moral (religiosa) que subordinava o conforto e adequação aos preceitos de pudor (cobrir com véu o rosto das mulheres durante as cerimônias religiosas); nos saraus realizados nas casas de família ou salões de prédios públicos e nas festas religiosas dos Santos Padroeiros ou datas magnas da Igreja em que, além das celebrações das missas (em Latim), casamentos e batizados dos pagãos, acontecia o animado *pregão*, hoje quase extinto, substituído por outras formas de arrecadação de recursos para a manutenção da Igreja.

Como fator mais relevante na história do Piauí, de sua origem a 1908, destaco a transferência da capital, porque modificou toda a conjuntura da época e por ter sido determinante na criação da Escola Normal em Teresina. Primeiro as discussões políticas em torno do local mais adequado – a economia e a viabilidade de comunicação preponderaram sobre os outros interesses, pois nem mesmo a epidemia de febre amarela da Vila Velha do Poti fez retroceder a determinação de Antonio Saraiva, depois vieram as edificações. O marco zero de Teresina foi cravado à margem direita do Rio Parnaíba na Chapada do Corisco⁷⁴ e a partir deste ponto na Praça da Constituição, hoje Marechal Deodoro, fora planejada e edificada a Capital da Província, hoje Estado do Piauí. Primeiramente foi a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo (1850 – 1852), seguida dos prédios que abrigaram as sedes governamentais, do Mercado Público (1866), de residências de particulares e das Igrejas de Nossa Senhora das Dores (Catedral 1865 –

⁷⁴ Denominação dada pela alta incidência dos raios.

1875) e de São Benedito (1874 – 1890). Muitos desses prédios resistiram à modernização da arquitetura e foram tombados como Patrimônios Históricos e Culturais pela Lei Municipal de 1988 e hoje abrigam órgãos como: o Museu do Piauí no prédio onde funcionou o primeiro Palácio Governamental (de 1852 a 1926), a Justiça Federal onde fora a Delegacia Fiscal (1903), o Teatro 4 de Setembro no prédio para ele construído (1894), a Casa da Cultura, antiga residência do Barão de Gurguéia (1878), a sede atual do Governo do Estado, desde 1926, no Palácio de Karnak (1880), a Central de Artesanato Mestre Dezinho, onde a princípio funcionou o Colégio de Educandos Artífices (1859) e a Polícia Militar do Piauí, dentre outros.⁷⁵

Teresina, na efervescência do final do século XIX e início do século XX, foi palco de grandes realizações que marcaram o seu surgimento e a consolidaram como Capital do Estado. Além dos já mencionados neste capítulo, enumeramos: a inauguração da Santa Casa de Misericórdia, da Fábrica de Fiação e do novo prédio da Associação Comercial; o funcionamento da Casa de Detenção; a instalação da primeira escola urbana, dos 80 lampiões a querosene (primeira forma de iluminação pública), do Telégrafo, do Asilo dos Alienados (Pinel), da Delegacia do Tesouro Nacional, dos Colégios São Francisco de Sales (Diocesano) e Sagrado Coração de Jesus (Das Irmãs) ambos de educação religiosa; a criação do Liceu de Artes e Ofício, do primeiro Bispado, e de uma empresa Telefônica (privada); a primeira projeção cinematográfica (Cinema Mudo no Teatro 4 de Setembro) e a delimitação do centro urbano da cidade com ruas em forma de *tabuleiro de damas*.⁷⁶

2. Como Surgiu a Escola Normal na Província do Piauí

Formar professores para o ensino fundamental (antigo ensino de primeiras letras) foi uma necessidade dos piauienses desde o século XVIII. Neste Estado, as propostas de formação de professores seguem as nacionais, sempre vinculadas às mudanças políticas, econômicas e sociais, caracterizando em cada período um norteamto ideológico diferente. A instalação da Capital da Província em Teresina, no ano de 1852 e o surgimento das primeiras Escolas Normais no país, foram fatores que contribuíram para a criação da Escola Normal em Teresina.

⁷⁵ Dados extraídos do livro *Therezina – Teresina* de autoria de Edson Gayoso Castelo Branco Barbosa, 1994.

⁷⁶ Dados localizados em fontes variadas como: livros, placas de inauguração dos prédios ou relatos informais.

No Piauí, desde o seu desbravamento (século XVII) até meados de 1730, não houve grande preocupação com a educação do povo, pois os jesuítas que aqui se instalaram tinham por objetivo administrar as fazendas de gado para a sustentação econômica dos Seminários da Bahia. Somente por volta de 1733⁷⁷ foi conseguido um Alvará de Licença para funcionar uma escola na Vila da Mocha (primeira capital). Contudo, o funcionamento não chegou a se concretizar por fatores como: a pobreza do meio, precariedade de instalação, distância dos núcleos populacionais, dentre outros. Em 1749 foi organizada a segunda tentativa escolar com a criação do Seminário Rio Parnaíba, na mesma vila, logo transferido para Aldeias Altas (hoje cidade de Caxias – MA) em virtude das lutas desencadeadas entre colonos e indígenas. Este episódio deixou novamente a capitania sem nenhuma escola de iniciativa governamental. Em 1757 foram criadas duas escolas de instrução primária na capital da Província do Piauí, uma para meninos e outra para meninas, com currículos específicos para cada sexo. Estas escolas praticamente não alcançaram êxito pelos fatores já citados acima e principalmente pela falta de qualificação dos professores, pois a baixa remuneração, *paneiros de farinha*, não atraía pessoas para o exercício do magistério. Assim, até por volta de 1814 a instrução elementar era dada “por preceptores particulares contratados para trabalhar nas fazendas.”⁷⁸

A capitania do Piauí, separada juridicamente do Maranhão desde 1811, criou em 1815 suas primeiras cadeiras de ensino em três escolas autorizadas pela Corte, quase sempre sem funcionar, porque o ordenado anual proposto aos professores era de apenas 60\$000 (sessenta mil réis), um disparate comparado aos 200\$000 (duzentos mil réis) pagos a um feitor de escravos com direito a casa e comida.

Os incompetentes e abnegados⁷⁹ professores públicos foram contemplados no pedido de melhoria salarial embutido na solicitação de criação de sete escolas que o presidente da Província fez à Corte no primeiro ano do Império.

As decisões da Corte de incumbir às províncias a oferta gratuita do ensino de primeiras letras (1824); a implantação do Método Lankaster e criação de escolas em todas as vilas e cidades (1827) e a legislação sobre o sistema de ensino (1834) proporcionaram

⁷⁷ BRITO, 1996, p. 13.

⁷⁸ LOPES, 1996, p. 42.

⁷⁹ Para mais esclarecimentos confira LOPES, 1996, p. 48.

uma relativa liberdade no trato à educação piauiense, que difundiu o ensino primário.⁸⁰ Infelizmente o Piauí não teve condição de implantar o Método de Ensino Mútuo nas escolas de primeiras letras “pela falta de pessoal habilitado para ministrá-lo.”⁸¹ Estava atribuída aos professores a culpa pelo insucesso da educação pública do Piauí nos primeiros anos de escolarização. Os presidentes da Província não consideravam em suas análises o tipo de organização social e a atividade econômica da sociedade piauiense, que não prescindiam de escolas. O desinteresse de busca pelo saber nos faz inferir que à sociedade daquela época bastavam terra e gado para sua sobrevivência. Estaria nesta origem o conformismo/aceitação que esteve presente em décadas de nossa História? Em 1861, o presidente da Província, Dr. Duarte de Azevedo, comentou que o atraso da instrução pública na Província era provocado pelo vício das disposições legislativas (criar lei e não cumprir), a falta de intelectuais, os míseros recursos, a extensão territorial, a distribuição populacional e a falta de pessoal habilitado para o magistério. Naquela época, pessoas sem competência e/ou tendência para o magistério procuravam os lugares de professores primários para garantir a sua subsistência e a vitaliciedade.

Naqueles anos, era discutida pelas sociedades mais evoluídas, a instrução pública no que tange a gratuidade, obrigatoriedade, ensino livre, inspeção de escolas e co-educação dos sexos. Entretanto, as Medidas, Resoluções e Leis locais ficavam restritas a mapas, orçamentos, sem grande utilidade uma vez que não se ocupavam com as suas aplicações. Aquelas legislações desciam a detalhes pedagógicos como a designação do método a ser seguido nas escolas primárias, mas esqueciam de assuntos importantes como o da formação do professor. Enquanto na França, Guizot⁸² começou a ganhar os foros de estadista quando Ministro da Instrução Pública, reformando o ensino a partir da fundação de Escolas Normais e na Inglaterra, o Parlamento começou a intervir no ensino público em 1839, também criando escolas normais, os governadores do Piauí de então, não adotavam medidas que tornassem atrativa a carreira do professor. Pelo contrário a nomeação para o cargo era feita por meio da indicação dos chefes políticos e o mísero ordenado era reduzido em função da

⁸⁰ Chegando este a contar em 1845 com 21 escolas primárias, sendo 18 masculinas e 8 femininas com professores escolhidos sob o mesmo critério e apresentando uma hierarquia curricular baseada no grau de organização político-administrativa de cada localidade (cidade, vila ou freguesia). E a criação por Zacarias de Góis (Governador da província 1845-1847) do Liceu Piauiense, primeiro estabelecimento de ensino secundário na cidade de Oeiras, Capital da Província do Piauí.

⁸¹ LOPES, 1996, p. 53.

⁸² François Guizot, político, historiador e Ministro da Instrução Pública, concebia o ensino elementar como o moralizador do povo, como ação concentrada da Igreja e do Estado.

baixa frequência dos alunos. Não bastassem os desfavorecimentos aqui lembrados, ainda havia quem assim se referisse: “aqui não há mestres nem discípulos. O magistério é apenas uma indústria. Os professores primários são aqueles que não podendo conseguir mais vantajosa colocação, refugiam-se no magistério para o que, todavia, não têm aptidão.”⁸³

2.1 Um Presidente, uma Resolução e a criação da primeira Escola Normal

Vejamos em linhas gerais como surgiu a Escola Normal de Teresina, primeira instituição formadora de docentes no Piauí. A exemplo das iniciativas de Niterói, Minas Gerais, Bahia e São Paulo⁸⁴, dentre outras, a província do Piauí cuidou de criar uma escola normal com o objetivo de formar professores para o ensino elementar. A autorização oficial foi dada pela Resolução Provincial nº 565 de 5 de agosto de 1864:

Art. 1º O Presidente da Província fica auctorizado a crear nesta capital uma eschola normal constituída em externato, na qual se preparem mestres e mestras para ensinar as primeiras letras.

Art.2º O curso desta eschola durará dois annos e comprehenderá (...)

tendo sua instalação ocorrido a 3 de fevereiro de 1865 e seu regulamento aprovado em 6 de setembro do mesmo ano. O presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória (1864 – 1866) esforçado administrador, criou a Escola Normal depositando nela toda a esperança de redenção da instrução primária no Piauí. Vejamos o que diz no discurso por ele proferido no ato de criação daquela instituição: “Tal é o ideal que formo da Escola Normal de Teresina. Espero não me enganar, confiado nos ilustrados professores que coloquei à testa dela. Praza Deus que ela prospere! Pois seus frutos farão uma das delícias da geração nascente.”⁸⁵

O curso da recém criada Escola Normal era misto, ou seja, permitida a frequência para homens e mulheres, com duração de dois anos e funcionava no prédio da Assembléia Legislativa Piauiense, situado na praça da Constituição, hoje Praça Marechal Deodoro da

⁸³ FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988, p. 87.

⁸⁴ Optou-se por citar Niterói, Minas Gerais, Bahia e São Paulo por terem sido Estados criadores de Escolas Normais anteriores ao do Piauí. Não faço aprofundamento sobre estas Instituições pela existência dos trabalhos de Emilia Nogueira – Niterói; Leonor Tanuri e Reis Filho - São Paulo.

⁸⁵ Trecho do Discurso transcrito por Clodoaldo Freitas e atualizado ortograficamente pela Fundação Monsenhor Chaves no ano de 1988.

Fonseca. Cabia a três professores: Dr. Constantino Luis da Silva Moura (Diretor), Newton César Burlamaque, Capitão Joaquim de Lima e Castro e uma Professora Adjunta⁸⁶, ministrar as disciplinas assim distribuídas: 1º ano – Gramática Nacional, com exercício e leitura de prosadores e poetas, assim como de ligeira análise gramatical destas leituras, no intuito de formar o conhecimento da Etimologia e da Sintaxe; Caligrafia; Elementos de Moral e de Civilidade; Catecismo; Métodos de Ensino Elementar; regras e exercícios de Aritmética sobre as Operações Fundamentais dos Números Inteiros e dos Quebrados; noções gerais de Geografia e de História Sagrada; Trabalhos de Agulha para as alunas. 2º ano – leitura de prosadores e de poetas com exercícios minuciosos de Análise Gramatical, como Lógica e também como exercícios de escrita ditada, nos quais se recordariam as regras de construção e de ortografia; repetição do Catecismo, repetição dos Métodos; regras e exercícios sobre as operações mais complicadas da Aritmética; Sistema dos Pesos e Medidas Nacionais e Sistema Métrico Decimal; princípios de História Profana e principalmente de História do Brasil; Desenho Linear; Trabalho de Agulha para as alunas.

Percebe-se que o currículo trabalhado objetivava formar profissionais da moralização elementar, propiciar conhecimentos nas cadeiras de formação geral e, preparar de forma simplificada, professores para o exercício do magistério através da cadeira de Métodos do ensino elementar. Era uma escola de caráter conservador, haja vista o seu direcionamento estar voltado para a moralidade, instrução, vocação e técnica.

O funcionamento desta escola nos três primeiros anos foi precário em função do reduzido número de alunos: em 1865 a matrícula fora de 23 alunos; em 1866 apenas quatro matricularam-se no primeiro ano e três no segundo ano; em 1867 somente seis alunos cursaram o primeiro ano e dois o segundo ano. A reduzida procura pelo curso, provavelmente estivesse atrelada à taxa anual que era cobrada no valor de 80\$000 (oitenta mil réis). O então governador da província resolveu isentar os alunos da taxa. Com esta dispensa, a gratificação dos professores ficaria exclusivamente a cargo da província, o que era inviável aos cofres públicos. Tal situação provocou a extinção da Escola Normal através da Resolução nº 599 de 9 de outubro de 1867, de cujo enunciado extraímos os seguintes Artigos:

⁸⁶ Não foi localizado o nome da Professora Adjunta. A não referência deste nome no quadro docente, pode levar à suposição de que ou a disciplina Trabalhos de Agulha, ou a contribuição feminina eram irrelevantes.

Art.14º. Fica suprimida a escola normal creada pela resolução número 565 de cinco de agosto de 1864.

Art. 15º. Os actuaes lentes da referida escola passarão a leccionar as matérias respectivas das cadeiras novamente creadas no Lyceu.

2.2 A experiência de anexar a Escola Normal ao Liceu

O mesmo documento que extinguiu a Escola Normal reabriu o Liceu que se encontrava desativado desde 1861. O Art. 5º da Resolução nº 599 de 09 de outubro de 1867, criava anexo ao curso propedêutico, um curso especial de dois anos para os que pretendessem praticar o magistério. No 1º ano era lecionado: Língua Nacional, Aritmética, Álgebra até equações do primeiro grau, Geometria Elementar e Sistema Métrico; no 2º ano: Geografia, História principalmente do Brasil e Pedagogia. Em 1871 a Resolução nº 753 de 29 de agosto reformou o Liceu, determinando que o ensino secundário da Província ficaria sob sua competência. Assim, aquela instituição continuou oferecendo curso propedêutico em que era ministrada a matéria Pedagogia e curso destinado à formação de professores com três anos de duração, contemplando as seguintes matérias: 1º ano Língua Nacional e Pedagogia; 2º ano Aritmética, Geometria Plana e Sistema Métrico Decimal; 3º ano Geografia, História Pátria e Sagrada. Ao aluno que concluísse esse curso era conferido pela Secretaria de Governo um Título que lhe dava o direito de ser nomeado Professor do Ensino Primário, independentemente de exame ou concurso e ser ainda preferido para exercer outros cargos na Província. O que havia de extravagante nessa decisão era a multa imposta aos professores primários cujas aulas não fossem freqüentadas no mínimo por oito alunos.

Essa experiência de curso normal anexo ao Liceu permaneceu até o ano de 1874 quando foi novamente extinto pela Resolução nº 858 de 11 de julho daquele ano. Para justificar o fracasso da segunda tentativa de funcionamento do curso normal, aponto três ordens de fatores: a) Com relação ao funcionamento do curso, entendo que a junção da cadeira de Pedagogia à de Língua Nacional; a determinação de lecionar apenas as primeiras aulas de cada uma das três cadeiras do Liceu; e, a não exclusividade na dedicação dos professores por tratar-se de um curso anexo e não uma escola, fizeram com que o curso não recebesse a atenção merecida tornando, portanto, o propedêutico mais

importante e mais procurado pelos estudantes. b) Quanto às questões administrativas os governantes, por contenção de despesas, juntaram o curso normal ao propedêutico e não exigiam na contratação dos professores de primeiras letras a formação normalista, bastando para tal ofício ter cursado quatro meses da cadeira de Pedagogia ou que tivesse estudado em academias, seminários, etc., além da famosa prática da indicação política. c) Quanto à clientela pairava o mesmo desinteresse, já apontado como motivo de fracasso na primeira tentativa de criação de uma escola normal, em função do tipo de curso e do tratamento a ela concedido no momento de sua contratação para trabalhar. Assim, para que cursar o ensino normal se com o curso propedêutico poderia galgar o ensino superior e/ou ingressar no magistério?

Há ainda quem aponte outra razão desse fracasso. O curso normal, criado para alunos do sexo masculino, não era interessante, pois estudar para ser professor pouco atraía os homens. A melhor opção seria criar um curso de frequência mista e dar preferência às mulheres na contratação de professores de primeiras letras, uma vez que já se difundia a idéia de ser a mulher portadora das virtudes essenciais para o trato com crianças como podemos perceber na fala de um Presidente da Província⁸⁷ daquele período: “A experiência tem demonstrado as vantagens da admissão da mulher no ensino das crianças do sexo masculino: seria uma útil tentativa confiar-lhe uma dessas escolas (...).” A mulher da alta classe seria a ideal, visto deter os costumes, a formação religiosa e moral que atendia aos pré-requisitos do labor de ensinar e que os baixos salários não lhe causariam incômodos uma vez que estes não lhes eram indispensáveis ao seu sustento. Durante os oito anos seguintes (1874 – 1882) não se tem notícia sobre o ensino normal no Piauí. Sabe-se apenas que a aula de Pedagogia continuava agregada à Cadeira de Língua Nacional do curso propedêutico ministrado no Liceu.

2.3 O despertar das mulheres para o magistério

Uma terceira tentativa de implantação da Escola Normal teresinense ocorreu em 1882 com a Resolução nº 1.062 de 15 de julho daquele ano. Foi instalada no mesmo prédio do Liceu, porém autônoma com professores destinados exclusivamente à formação docente. Oferecia um curso misto⁸⁸ gratuito, livre e com duração de apenas dois anos,

⁸⁷ Relatório Governamental do ano de 1873.

⁸⁸ Neste período a oferta era mista, porém a frequência era exclusivamente feminina.

apresentando a seguinte estrutura curricular: 1º ano – Gramática da Língua Nacional: recitação e composição; Instrução Religiosa: Doutrina e História Sagrada, Antigo e Novo Testamento; Aritmética; Geometria Elementar limitada às noções gerais e problemas simples; Geografia Elementar; Geografia do Brasil e principalmente do Piauí; Costura usual: trabalhos de agulha e corte de roupa branca. 2º ano – continuação da Gramática: análise gramatical, lógica e etimológica; Pedagogia e Metodologia teórica e prática; conclusão do estudo de Aritmética; Metrologia; estudo das Formas Geométricas; Desenho Linear; História do Brasil e especialmente da Província do Piauí; Bordados brancos e de lã, seda e froco. Esta escola servia como garantia para o recebimento do auxílio financeiro⁸⁹, proveniente do Governo Central e como nas duas propostas anteriores, a formação específica restringia-se à Pedagogia e, no geral, seu currículo aproximava-se ao do Liceu.

A desorganização e o baixo nível dos exames escolares levaram o Presidente da Província Emigdio Adolfo Victorio da Costa (1883 – 1884) a solicitar uma reformulação do curso, sugerindo o acréscimo de disciplinas e do tempo de estudo. A modificação não trouxe resultado positivo à escola, pelo contrário, descaracterizou-a como instituição, contribuindo para a perda de sua autonomia e retorno ao esquema de curso normal anexo ao Liceu a partir de 1886⁹⁰, com três anos de duração apresentando a seguinte estrutura: 1º ano – Gramática e Língua Nacional; Pedagogia Teórica e Prática; Religião e Catecismo; Costura usual; Trabalhos de Agulha e Corte de roupa branca. 2º ano – Geografia Elementar; Geografia do Brasil; Corografia da Província; Elementos de História Sagrada; História do Brasil, especialmente do Piauí; Aritmética e Metrologia; Bordados brancos e de lã, seda e froco. 3º ano – Francês, Noções práticas de Geometria, Desenho Linear e de Imitação.

Medidas como a simplificação na matrícula, a garantia da nomeação ao término do curso e a concessão de quatro bolsas de estudo para alunos do interior, fez aumentar a frequência, principalmente do sexo feminino, no curso normal. Nesse contexto teve início a feminização no magistério. As mulheres começaram a se interessar por uma ocupação remunerada até então exclusiva dos homens. Os administradores públicos perceberam a tendência das mulheres para o magistério e modificaram as escolas de primeiras letras

⁸⁹ Auxílio financeiro concedido às Províncias que criassem Escolas Normais garantido através da Carta Ministerial de 1879.

⁹⁰ Resolução nº 1.160 de 30 de outubro de 1886.

tornando-as mistas e permitindo às mulheres nelas lecionarem. Entretanto, havia um entrave nesta oportunidade, que inibia a procura das mestras: o celibato como condição na contratação e permanência no emprego. Apesar do relativo sucesso conseguido pelo ensino normal nos seis últimos anos, o Presidente da Província decidiu extingui-lo por meio da Resolução nº 1.197 de 10 de outubro de 1888 como medida salvadora do momento de dificuldades financeiras, por que passava a administração pública. É lamentável perceber que no entendimento do então presidente Dr. Francisco José Viveiros de Castro, a manutenção do curso era um desperdício de verbas e ter “a prática demonstrado não ter ella correspondido aos intuitos de sua criação.”⁹¹ [está se referindo à implantação da Escola Normal]. Era a sua justificativa para o ato que naquela época trouxe conseqüências negativas para o desenvolvimento da Província. Aquela decisão era contrária ao pensamento do Dr. Sancho de Barros Pimentel, Presidente da Província em 1878 que defendia “... não há povo livre em consciência dos seus direitos: a qual só a instrução lhe pode dar, nem é possível que sem ela floresçam as instituições que nos regem, cujo ideal é o Governo de todos para todos.”⁹²

2.4 O perfil da primeira Escola Normal

Ao tempo em que aconteciam no Piauí tentativas de implantação da Escola Normal, outras Províncias também cuidavam desse trabalho. Em 1835 surgiu a instituição pioneira em Niterói, seguido-se as de Minas Gerais, Bahia, Pará, Maranhão, Ceará, São Paulo, Paraíba, Goiás, Pernambuco, Sergipe, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Alagoas,⁹³ enfim, elas se proliferaram em todo o território de tal modo que em 1883 havia 22 instituições desse gênero. Um aspecto comum na criação dessas escolas estava na configuração do seu perfil:

- a) confundiram-se com os Liceus e com seus cursos destinados à preparação para o ingresso no ensino superior;
- b) subordinavam-se aos ditames do poder central e das resoluções provinciais;
- c) emergiram, quase todas, no mesmo período político – Império e transição para a República;

⁹¹ Fala do Presidente da Província do Piauí no ano de 1888.

⁹² FREITAS, C., 1988, p. 81-82.

⁹³ MENDES SOBRINHO, 2002, P. 13.

- d) influenciaram na feminização do magistério de primeiras letras;
- e) adotaram uma escola modelo destinada à prática pedagógica.

Considero ter sido a vinculação aos Liceus o traço comum mais marcante no surgimento das escolas normais, pois o caráter de ensino propedêutico conservava-se mesmo nos casos em que elas se instalavam independentemente.

Os contínuos retrocessos no projeto de **surgimento da Escola Normal em Teresina** remete à conclusão de que naquele período, a sociedade piauiense não demonstrava amadurecimento político-social suficiente para lutar pela permanência de uma escola de formação de professores. Constatei que durante os quarenta e quatro anos que aqui reconstituí, a Escola Normal no período imperial esteve à mercê das decisões governamentais justificadas pelas oscilações financeiras da Província, as quais escamoteavam a inexistência de uma ideologia consistente que a mantivesse. Foram tantas as resoluções que a deixaram descaracterizada, mutilada e mais uma vez por vinte anos (1888 – 1909) ausente do contexto da instrução pública no Piauí, até que um grupo de intelectuais criou em 1908 uma instituição não governamental a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública que chamou para si a responsabilidade da formação docente no Estado e instituiu em 1909 a Escola Normal Livre, cuja história reconstituirei nos próximos capítulos. Infelizmente este período da história desta Instituição não é ilustrado com depoimentos orais, pois como nos lembra Jim Sharpe⁹⁴ “quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir as experiências das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição”.

⁹⁴ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: Burke, 1992, p. 43.

Capítulo III

CONSOLIDA-SE A ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1909 – 1946)

Este capítulo apresenta os acontecimentos que marcaram a efetivação da Escola Normal em Teresina, que para melhor entendimento contextualizei no universo cultural piauiense daquela época. A partir de então esta Escola não mais sofreu descontinuidade e se impôs como um parâmetro para as demais congêneres que foram surgindo no Estado.

1. Aspectos da História Econômica, Política e Social Piauiense

Teresina firmou-se como centro administrativo na primeira metade de século XX e obteve acentuado crescimento comercial em virtude de sua localização, sendo instalados empreendimentos como: “O Bom Mercado” (armazém, casa de moda, representação e Turismo), “Fábrica de Cigarros Condor”, “Companhia de Navegação”, Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense”, “Casa Inglesa” (armazém, casa importadora e exportadora), dentre outros. O comércio foi uma atividade econômica bastante significativa em consequência do extrativismo vegetal em plena expansão e constituiu-se na maior expressão econômica do Estado. A maniçoba, para produção de látex; a carnaúba, destinada à produção de cera; o babaçu, para fabrico de óleo comestível, foram os produtos responsáveis pela diversificação da atividade rural e o aumento da mão-de-obra. Foi o extrativismo exportador que favoreceu a acumulação de capital; fortaleceu as finanças públicas e propiciou modificações sociais. Nas primeiras décadas do século XX, o Piauí recebeu vários imigrantes Sírios e Libaneses importantes na expansão do comércio e na criação da Associação Comercial Piauiense no ano de 1903. Surgia daí a *burguesia comercial* que não se firmou como base para qualquer movimento, mas provocou uma diferenciação social e cultural nos principais núcleos urbanos, constituindo elemento de transformação por apresentar interesses múltiplos e novas aspirações. O Piauí de então participava do comércio internacional, exportando os produtos derivados do extrativismo e do cultivo do algodão, chegando a alcançar o 7º lugar dentre os Estados brasileiros, nas exportações internacionais nos anos de 1941 e 1942. A abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República coincidiram com o surto extrativista exportador, que ampliou o quadro social, mas manteve a relação caboclo-coronel inibidora de movimentos próprios dos camponeses. Como início de organizações sociais, verifica-se a formação dos sindicatos que, infelizmente, não fugiam ao caráter geral de *movimento social tutelado* voltado mais para receber benefício que para fazer reivindicação. Essa estrutura rural provocou a emigração de famílias piauienses, principalmente para o Maranhão, por ocasião das secas de 1915 e 1932 e de outras dificuldades que enfrentavam como a relação de dominação social e política e os conflitos de indivíduos ou de famílias.⁹⁵

No início do século XX, a vida do teresinense era simples, os consumidores eram pouco sofisticados e as atividades industriais desenvolviam-se com dificuldades, predominando o artesanato doméstico. Aos poucos, começou a ocorrer a valorização

⁹⁵ Dados retirados de fontes variadas, especialmente do livro: Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas, organizado pelo Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana 1995.

urbana e Teresina não ignorou este movimento. Os governantes contribuíram para o desenvolvimento do Estado, principalmente na área educacional, com a criação do Arquivo Público do Piauí, da Imprensa Oficial e do Instituto Geográfico Histórico Piauiense; a instalação da Escola de Aprendizes e Artífices e da Faculdade de Direito; a oficialização da Escola Normal e a construção do seu prédio próprio; a estruturação e ampliação do Sistema de Ensino Estadual, incluindo três reformas; a instituição do Hino, da Bandeira, do Brasão e do Dia do Piauí; a construção do prédio para a Escola Abdias Neves onde posteriormente funcionou a Faculdade de Direito e hoje abriga a Biblioteca Pública Estadual Comwell de Carvalho, da Casa Anísio Brito para funcionamento da Biblioteca, Arquivo e Museu hoje apenas Arquivo Público Estadual, de uma escola em cada sede municipal e dos prédios do Liceu Piauiense e da Escola de Aprendizes e Artífices atualmente Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET)⁹⁶.

Os primeiros anos de República mantiveram no Piauí e, em conseqüência na capital Teresina, a mesma fisionomia política adquirida no Império. O republicanismo conservou na liderança os grupos oligárquicos, cujo interesse fundamental era o de assegurar aos grandes proprietários rurais a manutenção no domínio político e social. O Estado vivia na dependência do governo central e dos coronéis, cujo poder assentava-se na propriedade da terra e nas relações de trabalho nela existentes, gerando pela subsistência, relações pessoais e clientelistas onde a massa de trabalhadores rurais era transformada em massa de manobra e de barganha para os grandes proprietários rurais. Como exemplo de dominação política, cito a eleição para Governador no ano de 1916 em que o candidato apoiado pelo governador Miguel de Paiva Rosa (1912-1916) fora eleito, possivelmente, de forma fraudulenta⁹⁷, provocando uma revolta com homens armados. Para resolver este conflito foi necessária a intervenção da Justiça, que decidiu favoravelmente ao candidato da oposição.

Um dos grupos oligárquicos do Piauí era o da Família Pires Ferreira, cujo poderio foi abalado pela deposição do Governador João de Deus Pires Leal (1928-1930), em conseqüência da Revolução de 30. Nova oligarquia no Piauí surgiu com os mandos do primeiro Interventor Federal, o Capitão-Tenente Humberto de Area Leão deposto em 1931,

⁹⁶ Dados retirados de fontes variadas, especialmente do livro: Geografia e História do Piauí para Estudantes: da Pré-História à Atualidade de autoria de Adrião Neto, 2003.

⁹⁷ ADRIÃO NETO. Geografia e História do Piauí para estudantes – da Pré-História à Atualidade. Teresina: “Edições Geração 70”, 2003, p. 140.

por um movimento chefiado pelo Desembargador Joaquim Vaz da Costa, também líder do movimento revolucionário piauiense em 1930. O Partido Republicano Piauiense (PRP) estava dividido em duas facções; quando uma assumia o poder a outra se autodenominava oposição e vice-versa, o que não representava uma reciclagem ideológica, mas demonstrava apenas oportunismo.

Em algumas ocasiões os governadores sentiram-se ameaçados de perder o mando: no governo de Mathias Olympio (1924-1928), a incursão que a Coluna Prestes⁹⁸ fez por este território, de maneira pacífica, cumprindo tão somente seu objetivo de conhecer a realidade rural brasileira, desencadeou medidas por parte do governador, que mandou efetuar a prisão do Coronel Juarez Távora e solicitou a interferência do bispo católico, Dom Severino, que aconselhou ao chefe da Coluna, retirar-se do Piauí. Em 1931, no governo de Landry Sales, um levante armado liderado pelo Cabo Amador⁹⁹ Vieira de Carvalho tencionava tomar o poder, mas foi debelado pelo líder piauiense, que também conduziu o movimento revolucionário de 1930, o Desembargador Joaquim Vaz da Costa.

Os feitos governamentais estenderam-se por todo o Estado. Teresina recebeu maior atenção por ser a capital e apresentou maior crescimento por estar ligada através de estradas aos Estados do Maranhão, Pernambuco, Ceará, Bahia e aos principais municípios piauienses. Floriano desenvolveu-se graças ao seu importante porto fluvial que servia para distribuição das mercadorias importadas e de escoamento dos produtos extraídos do sul do Estado; chegou a ser cognominada a *Princesa do Sul*. Parnaíba, município responsável pela importação e exportação no Piauí, contava com um comércio ascendente, impulsionado pela navegação no rio Parnaíba, estradas de ferro e de rodagem e pelo acesso às embarcações marítimas, sendo naqueles anos o centro mais desenvolvido no litoral piauiense. Luzilândia foi à época o núcleo polarizador da extração de carnaúba e chegou a ter linha regular de aviação duas vezes por semana. Picos, originária de fazendas de gado, evoluiu face à sua localização no entroncamento com outras regiões do país e pela produção de alho e cebola. São Raimundo Nonato, no extremo sul piauiense, progrediu em função da excelente produção de maniçoba.

⁹⁸ Ibidem, p. 143.

⁹⁹ Ibidem, p. 146.

Paralelo às ações governamentais, a sociedade civil teresinense contribuía com o progresso, sendo iniciativas suas, dentre outras: a) criação do Clube dos Diários (1922) destinado à promoção dos bailes que eram realizados em residências, a Associação Náutica (1921), agremiações de futebol (1918) e a Agência dos Correios, que ao lado da implantação do Serviço de Telefonia Automática (1937), inauguração do tráfego ferroviário para São Luis (1921), do aumento da malha rodoviária e da circulação dos primeiros automóveis (1923) e Bonde a motor (1926) que ampliaram a rede de comunicação e transporte no Piauí; b) disseminação da imprensa jornalística (Diário do Piauí, Gazeta, O Comércio, O Monitor, e outros); c) promoção do lazer em festas religiosas como a do São João, que embora vista pela elite como festa *incivilizada*¹⁰⁰ nos anos vinte, foi perpetuada pelas camadas populares, mantendo os folguedos e suas atrações, e nos palcos do Teatro 4 de Setembro onde se realizavam lutas de boxe, shows, recitais, bailes, concursos de *misses*, reuniões políticas, sessões cinematográficas, conferências como a de Coelho Neto que em 1899 nomeou Teresina de *Cidade Verde* e peças teatrais a exemplo das de autoria do piauiense Jônatas Batista.

Na efervescência dos primeiros anos da República, foi fundada em Teresina a Academia Piauiense de Letras (APL – 1917), que congregou os intelectuais, dentre eles: Abdias Neves, autor de *Um Manicaca*, romance que retratou Teresina no começo do século; Renato Castelo Branco escritor do romance *Teodoro Bicanca* de ficção regionalista; o poeta Lucídio Freitas, uma das mais fascinantes personalidades da vida intelectual piauiense; a poetisa Maria Isabel Gonçalves de Vilhena autora de *Seara Humilde*, composto de versos do mais puro lirismo e *Da Costa e Silva*, autor da letra do Hino do Piauí e do soneto *Saudade* um dos mais belos trabalhos do poeta:

Saudade

Da Costa e Silva

Saudade! Olhar de minha mãe rezando,
e o pranto lento deslizando em fio...
Saudade! Amor da minha terra... O rio
cantigas de águas claras soluçando.

¹⁰⁰ CASTELO BRANCO Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996, p. 21.

Noites de junho... O caboré com frio,
ao luar, sobre o arvoredado, piando, piando...
E, ao vento, as folhas lívidas cantando
a saudade imortal de um sol de estio.

Saudade! Asa de dor do pensamento!
Gemidos vão de canaviais ao vento...
As mortalhas de névoa sobre a serra...

Saudade! O Parnaíba – velho monge
as barbas brancas alongando... E, ao longe
o mugido dos bois da minha terra.

Os emergentes grupos sociais do começo do século XX foram responsáveis pela disseminação de idéias e comportamentos novos. O grupo maçônico, auto-intitulado como *supremo bem*, contribuiu dentre outras ações de caridade, com a educação, apoiando a criação da Escola Normal Livre que deveria veicular valores opostos ao do ensino clerical. A professora formada naquela instituição seria difusora de uma educação patriótica contrária, segundo Clodoaldo Freitas, “à teoria imoral do jesuitismo”.¹⁰¹ Esta postura maçônica desencadeou um enfrentamento entre a Igreja Católica e o Estado (governado na época, 1912-1916, por Miguel de Paiva Rosa, um ferrenho líder anticlerical), resultando, por parte da Igreja, na transferência do Bispo e por parte do Estado no empastelamento dos jornais *O Apóstolo* e *Cidade de Teresina*, veículos de comunicação e instrumento propagador da reação religiosa contra a maçonaria.

Até a República, pouco foi divulgado sobre a atuação da mulher na sociedade, apenas a Guerra do Paraguai trouxe a história de Jovita Feitosa. O progresso do século XX projetou sobre a mulher influências que a levaram assumir papéis extra-domésticos. Amélia de Freitas Bevilacqua, primeira representante feminina a integrar-se à Academia Piauiense de Letras, fundou a *Revista Lírio* no ano de 1904 em Recife e tornou-se um exemplo seguido por suas conterrâneas que fundaram em Teresina a *Revista Borboleta*

¹⁰¹ Queiroz, In: SANTANA, 1995, p. 422.

divulgadora das idéias femininas. Luisa Amélia de Queiroz, uma grande poetisa do começo do século rompeu com as estruturas sociais da época, amargurando momentos de dificuldades por enfrentar uma sociedade patriarcal, passiva às mudanças e que considerava uma ousadia a sua atuação no meio social.

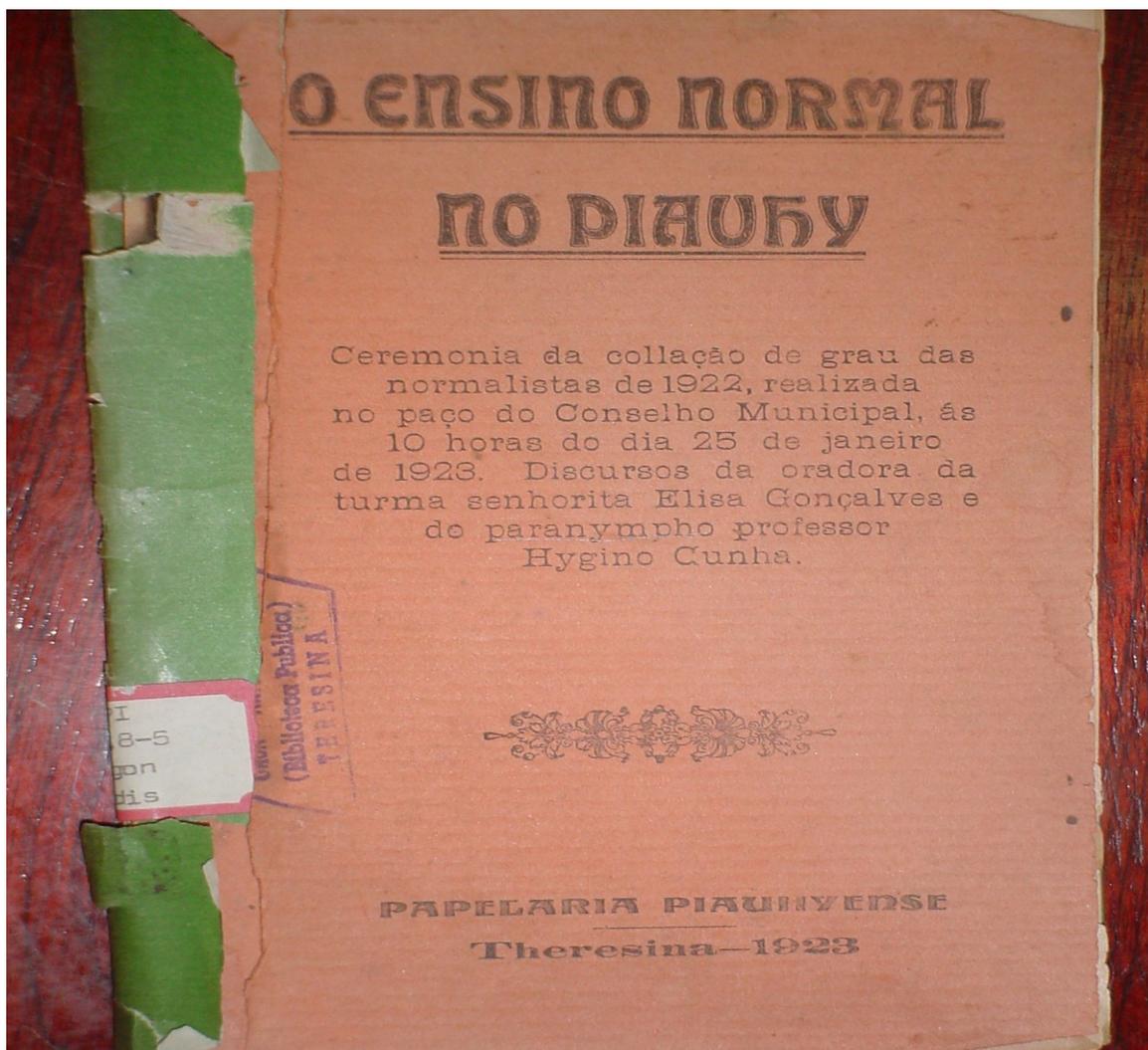
A importante Escola Normal em Teresina exerceu forte influência na formação de muitas donzelas. Os jornais da época divulgavam as festas culturais, onde participavam as normalistas daquela escola que se adiantavam no ideário de progresso e evolução. Tão grande era o valor atribuído à educação praticada naquela Escola que os discursos proferidos em suas solenidades eram publicados pela imprensa local, a exemplo do de Elisa Gonçalves e Hygino Cunha em 1922, como ilustra a foto da página seguinte:

Foto 01 – Foto Firmina Sobreira



Firmina Sobreira Cardoso, considerada espiritualmente bela, inteligente, professora ilustre, prestou inestimáveis serviços à instrução pública no Piauí. A convite de Antonino Freire organizou e dirigiu a Escola Modelo; introduziu novos métodos, programas e orientação pedagógica; humanizou o ensino normal, foi a primeira professora de Pedagogia da Escola Normal Oficial e posteriormente sua diretora. Compôs a música do Hino do Piauí em parceria com o cônego Leopoldo Damasceno.

Elisa Gonçalves – Oradora e Hygino Cunha – Paraninfo das Normalistas Concludentes de 1922



Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito

No ano de 1925, outra professora integrante da Escola Normal Oficial, Jandira Campelo, em discurso proferido naquela instituição, conclamou as mulheres para o novo papel que deveriam exercer na sociedade. A Escola lhes daria o suporte e o ideal feminino aliado à fibra da mulher; desmistificaria o preceito de que à mulher cabia apenas o matrimônio:

... a frase do sábio que as dificuldades foram feitas precisamente para sofrerem solução. Se daqui não saíssemos aparelhadas para lutar e vencer... Outro intuito, aliás, não tem esta escola.

O *casamento* é uma hipótese.¹⁰²

No que se refere à educação no período em estudo (1909-1946), parto da informação que existiam no ano de 1908 cento e uma escolas no Estado com 3.944 alunos

¹⁰² CASTELO BRANCO, Nerina; MORAES, Herculano, In: SANTANA, 1995, p. 396.

freqüentando, quando a demanda era de 80.000 crianças e jovens em idade escolar, o que representava o baixo percentual de 4.93% de escolarização da população. Neste mesmo ano fora criada a Sociedade Auxiliadora da Instrução, uma entidade não governamental, que impulsionou iniciativas do governo para com a educação. Assim, em 1910 através da Lei nº 548¹⁰³ de 30 de março a Instrução Pública foi reformada por Antonino Freire (Governador do Estado) e Mathias Olympio (Secretário de Estado do Governo), ambos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução. Estes elaboraram o Regulamento Geral da Instrução Pública no Estado do Piauí com seis Títulos: I – Da Organização do Ensino Público; II – Do Ensino Primário; III – Do Ensino Normal; IV – Do Ensino Secundário; V – Do Ensino Particular; e VI – Do Código Disciplinar. Pelo Decreto nº 434¹⁰⁴ de 19 de abril de 1910 ficou determinado que o ensino ministrado pelo Estado seria leigo, gratuito e dividido em primário, normal, profissional e secundário. Cabia ao Governo e Secretário de Estado a direção e inspeção suprema do ensino e competia ao Diretor Geral da Instrução Pública a imediata direção e inspeção do ensino. Assim como Itamar Brito¹⁰⁵, considero o Regulamento de 1910 “um documento histórico da mais alta relevância para a educação piauiense não só pelo longo período de sua vigência, que se estende praticamente até 1930 como pelas mudanças que operou na estrutura dos diversos ramos de ensino mantidos pelo Estado”.

Com a oficialização da Escola Normal em 1910, o Liceu Piauiense ajustou-se à sua verdadeira finalidade de ministrar o ensino propedêutico, tendo sido equiparado ao Colégio Pedro II no ano de 1916. Ainda em 1910 foi criada a Escola de Aprendizes Artífices, escola profissionalizante de nível médio (em alguns momentos de competência federal), hoje CEFET, que atualmente oferece além do nível médio profissional, ensino superior.

O baixo índice de escolaridade no Piauí, no início da Primeira República, preocupava os governantes que chegaram a determinar a obrigatoriedade do ensino primário, penalizando os pais que não enviassem seus filhos à escola com multa ou prisão. Os Governadores de 1917 e 1921 colocaram em discussão tal medida, pois sabiam que não havia escolas nem professores suficientes. Daí a criação de cinco escolas em 1919, a reforma do ensino em 1921 e a realização do I Congresso das Municipalidades em 1922

¹⁰³ Lei Estadual nº 548 de 30/03/1910.

¹⁰⁴ Decreto Estadual nº 434 de 19/04/1910.

¹⁰⁵ BRITO, 1996, p. 45-46.

que dentre outras decisões determinou para cada município: a) a obrigatoriedade de destinar 20% de sua receita para a instrução primária; b) a realização do censo escolar de cinco em cinco anos para determinar a criação de novas escolas; c) a responsabilidade pelas despesas escolares referentes aos vencimentos dos professores e material. Caberia à Diretoria Geral da Instrução Pública as determinações técnicas e administrativas do ensino, ficando desta maneira firmada a efetiva participação dos municípios na condução do sistema educacional do Estado.

A expansão do ensino, não só na capital, mas em todo o Estado exigiu nova reforma educacional, sendo esta realizada em 1921 por solicitação do Governador João Luis Ferreira e estruturada por Mathias Olympio (autor da reforma de 1910). Como resultado destaca-se a criação da Inspeção Técnica do Ensino composta pelo Conselho Superior da Instrução Pública e por dois inspetores, a permissão aos professores do Estado de ocuparem outras funções compatíveis ao magistério e a exigência do celibato feminino. Esta exigência foi revogada pela Lei nº 1.027¹⁰⁶ do ano seguinte porque significava um entrave na procura das mulheres para a função docente. A reforma de 1921 resultou na elaboração de um Regulamento efetivado pelo Decreto-Lei nº 771¹⁰⁷ de 05 de setembro de 1922 que apresentou tão somente algumas alterações e manteve em linhas gerais o Regulamento expedido em 1910.

Em 1931, de forma emergencial, foi elaborado novo Regulamento Geral do Ensino efetivado pelo Decreto nº 1.301¹⁰⁸ de 14 de setembro. Teve vida efêmera, pois a 31 de janeiro de 1933 o Decreto nº 1.438¹⁰⁹ o modificou, apresentando outro Regulamento Geral do Ensino assim constituído: Primeira Parte – Dos Serviços Técnicos e Administrativos, compreendendo dois Títulos: Da Organização Geral e Do Município e sua Contribuição; Segunda Parte – Do Ensino Primário, tratado em seis Títulos: Da organização do Ensino Primário, Do Funcionamento Escolar, Do Regime Didático em Geral, Das Instituições Complementares da Escola, Do Pessoal Docente e Administrativo do Ensino Primário e Do Ensino Particular Primário; Terceira Parte – Do Ensino Normal, dividido em cinco Títulos: Da sua Organização no Estado, Das Atividades Escolares de das Instituições

¹⁰⁶ Lei Estadual nº 1.027 de 03/07/1922.

¹⁰⁷ Decreto-Lei Estadual nº 771 de 05/09/1922.

¹⁰⁸ Decreto Estadual nº 1.301 de 14/09/1931.

¹⁰⁹ Decreto Estadual nº 1.438 de 31/01/1933.

Complementares da Escola, Das Reuniões de Professores, Do Funcionamento Escolar e Dos Estabelecimentos Equiparados; Quarta Parte – Do Ensino Secundário; Quinta Parte – Do Código Disciplinar; Sexta Parte – Das Disposições Gerais e Transitórias.

A Constituição Estadual de 1935¹¹⁰ substituiu a Diretoria Geral do Ensino pelo Departamento de Ensino que manteve esta nomenclatura até 1946 quando foi alterado para Departamento de Educação, através do Decreto nº 1.222 de 21 de junho.

De grande valia nesse período foi a criação do Serviço de Inquérito e Pesquisa Pedagógica (SIPP) que favorecia a permuta cultural infantil “em vista do qual os estudantes de nossas escolas escrevem a colegas de quaisquer Estados e mantêm com êles a permuta de indagações sôbre as coisas da terra”¹¹¹; orientava a criação de instituições auxiliares do ensino que tinham como finalidades: a) fazer a propaganda do Ensino; b) amparar os alunos pobres; c) despertar o sentimento de amor à Pátria e intermediar a cooperação entre a escola e a família. Posteriormente o SIPP manteve correspondência com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que recolhia, mensalmente, a contribuição piauiense para a construção da História da Educação Brasileira. Os relatórios continham informações referentes à legislação estadual, administração educacional e situação do ensino propriamente dito.

O Decreto Federal nº 8.585¹¹² de 08 de janeiro de 1946 determinava aos Estados adaptarem seus serviços de ensino às Leis Orgânicas do Ensino Primário, Normal, Industrial, Secundário, Comercial e Agrícola. O Piauí apressou-se em cumprir essa determinação e a 02 de setembro de 1946 baixou o Decreto-Lei nº 1.306/46¹¹³ determinando nova estrutura para o ensino primário e a 27 de janeiro de 1947 pelo Decreto-Lei nº 1.402¹¹⁴ organizou o ensino normal uma vez que apenas estes dois ramos eram de competência estadual. Tais Decretos consolidaram a educação neste Estado, em especial a Escola Normal.

¹¹⁰ Constituição do Estado do Piauí (18/07/1935). In: REGO NETO, 1986.

¹¹¹ Mensagem do Governador Leônidas Mello, 1943.

¹¹² Decreto Federal nº 8.585 de 08/01/1946.

¹¹³ Decreto-Lei Estadual nº 1.306 de 02/09/1946.

¹¹⁴ Decreto-Lei Estadual nº 1.402 de 27/01/1947.

Durante todo esse período, era evidente a preferência¹¹⁵ dos governantes pelo magistério feminino para solucionar a carência de professor no ensino primário. Entendiam que as mulheres teriam características essenciais para o trato com as crianças, principalmente a mulher de classe alta, pois seriam detentoras de bons costumes, de formação moral e religiosa, aspectos estes que atenderiam aos requisitos do labor de ensinar. Além disso, os baixos salários não lhes causariam incômodo uma vez que estes não eram indispensáveis ao seu sustento. As mulheres por sua vez, viam na educação a porta para sua emancipação. Casavam-se assim o ideal social do Estado e os ideais das mulheres resultando na expansão e melhoria da educação através do curso de formação de professores oferecido pela Escola Normal Oficial.

2. A Escola Normal Oficial de Teresina: seu Processo de Consolidação

O começo do século XX foi marcado por um fervilhar de mudanças sociais onde a educação começa a se firmar como um valor positivo de fundamental importância para a sociedade piauiense.

Estava o Piauí desde 1888 sem curso normal. Exatamente aos 30 de dezembro de 1908 um grupo de pessoas interessadas pelo ensino do Piauí, dentre elas o Cel. Emílio Burlamaqui e os Drs. Antonino Freire, Honório Parentes, Francisco Parentes, João Santos, Gonçalo Cavalcanti, Abdias Neves, Miguel Rosa e Brandão Júnior, reuniu-se na casa de Mathias Olympio e fundou em Teresina a Sociedade Auxiliadora da Instrução, entidade não governamental, entre cujas finalidades se destaca o restabelecimento¹¹⁶ da antiga Escola Normal com a denominação de Escola Normal Livre, destinada à formação de professoras tendo sido inaugurada em 1º de janeiro de 1909 e seu estatuto publicado juntamente com o da Sociedade Auxiliadora da Instrução. A Escola Normal em Teresina, criada em 1909, para formar professoras primárias em função de sua carência no Estado, optou pela exclusividade da educação feminina, porque seus fundadores entendiam ter a

¹¹⁵ Sobre a atuação masculina no magistério piauiense confira ABREU, Homens no magistério primário de Teresina (PI): 1960 a 2000, 2003.

¹¹⁶ O termo restabelecimento foi usado de acordo com o original A Instrução Pública no Piauí publicado pela Sociedade Auxiliadora da Instrução, no ano de 1922 e dedicado ao Governador do Estado Sr. Dr. João Luis Ferreira: “... um grupo de pessoas interessadas pelo progresso do ensino *restabeleceu* em 1908, com a denominação de Escola Normal Livre, a antiga escola normal que havia existido no Estado e, por tres vezes, tinha sido extincta”. Fica então ratificado o uso da expressão que embora referindo-se a inauguração da Escola, traz a idéia de que esta era uma continuação da experiência vivida em décadas passadas.

mulher vocação para lidar com crianças, ser uma mão-de-obra acessível aos cofres públicos e não haver uma escola pública secundária para mulheres. A iniciativa destes piauienses ao criarem a Sociedade Auxiliadora da Instrução e através dela a Escola Normal Livre representou um marco na educação do Piauí, que a partir daquele momento contou com uma escola de formação de professores de forma sistemática e contínua. Assim, o sistema educacional piauiense passou a dispor de professoras primárias capacitadas que melhoraram seu nível e ficou garantida a continuidade do Ensino Normal.

A Escola Normal Livre funcionou inicialmente em um dos salões da Assembléia Legislativa Estadual, destinando-se exclusivamente ao sexo feminino e matriculou 17 alunas no primeiro ano. O curso de caráter laico foi programado para dois anos de duração, pela urgente necessidade de diplomar normalistas. Sendo que no primeiro ano foram oferecidas as cadeiras de: Português (Mathias Olympio), Aritmética (Antonino Freire), Geografia Geral e Noções de Cosmografia (Francisco Parentes), Francês (Abdias Neves), Costura (Flora Burlamaqui) e Ginástica Sueca (Brandão Júnior), esta de caráter facultativo. Os professores “num gesto de louvável desprendimento, lecionavam gratuitamente”.¹¹⁷

Em dezembro de 1909, um dos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução e Professor da Escola Normal Livre, Dr. Antonino Freire da Silva, foi nomeado Governador do Estado (1909 – 1912) e uma de suas primeiras medidas foi oficializar o Ensino Normal, transformando a Escola Normal Livre em Escola Normal Oficial. Tal medida fez parte da estruturação da Instrução Pública Estadual implantada através da Lei nº 548 de 30 de março de 1910 que dentre suas determinações destacam-se:

- a) o estabelecimento do ensino de forma livre, leiga e gratuita, dividido em primário, normal e profissional;
- b) a criação da Escola Normal destinada exclusivamente ao sexo feminino para o preparo das candidatas ao magistério público primário;
- c) a nomeação, preferencialmente, de professoras normalistas;
- d) a permissão para professoras interinas freqüentarem a Escola Normal Oficial com o fim de se efetivarem.

¹¹⁷ BRITO, 1996, p. 35.

O Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910 regulamentou a Instrução Pública apresentando um Título para cada especificidade do ensino, como já fora descrito no item 1 deste capítulo. Quanto ao ensino normal ficou estabelecido que:

- a) ofereceria uma educação científica (conjunto das matérias ensinadas nas escolas primárias para ampliar, consolidar e completar a instrução elementar nelas recebidas) e uma educação técnica (para instruir e adestrar o professorando no uso dos métodos e processos de cultura física, mental e moral da mocidade);
- b) o curso seria de três anos;
- c) seria criada, anexa à Escola Normal, uma Escola Modelo, destinada à prática das professorandas, com currículo semelhante ao do ensino primário (quatro anos) e matrícula para ambos os sexos;
- d) para o ingresso na Escola Normal Oficial seria necessário o pagamento de uma taxa de 20\$000 réis, certidão de ensino primário (caso não o tivesse a candidata seria submetida a um exame de admissão), ter mais de doze anos e não sofrer de doença contagiosa;
- e) o corpo docente contaria com três professoras para lecionar Música, Desenhos e Trabalhos de Agulha e nove lentes para as demais disciplinas (as cadeiras vagas seriam preenchidas por concurso ou por lentes do Liceu Piauiense)¹¹⁸;
- f) existiriam gabinetes e laboratórios para o ensino prático;
- g) as matérias de ensino da Escola Normal seriam trabalhadas em dezoito cadeiras.

A partir deste Decreto, acompanharemos como funcionou a Escola Normal em Teresina no período de 1910 a 1946 nos seguintes aspectos:

2.1 Da organização administrativa da Escola

A Escola Normal em Teresina foi aberta em 1910 sob regime de externato e assim se mantém. Destinada a priori, exclusivamente ao sexo feminino, habilitava os homens que pretendessem o magistério, através de exames de todas as matérias que constituíam o curso normal como foi o caso do Prof^o Felismino Freitas Weser em 1917. A frequência mista foi

¹¹⁸ Nota-se pelo texto que *as professoras* eram requisitadas para ministrar apenas disciplinas relacionadas ao campo artístico, enquanto *os professores* responsabilizavam-se com as cadeiras que diziam respeito ao desenvolvimento da intelectualidade.

legalizada em 1933 pelo Decreto nº 1.438. Apesar dessa regulamentação, a Escola continuou predominantemente feminina como afirma o Sr. João Mendes¹¹⁹ “nós éramos três rapazes”. Está se referindo à turma de concludentes de 1940 como ilustra a foto abaixo:

Foto 03 – Formandos de 1940



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. João Carvalho Mendes

Desde sua criação a Escola Normal funcionava apenas em horário diurno, tendo sido criado o terceiro turno (noturno) a partir de 1960 para atender a demanda da matrícula dos pretendentes que trabalhavam durante o dia. Os critérios para matrícula estabelecidos no ano de 1910 foram alterados em 1933 quando passou a exigir além dos determinados naquele ano:

- a) diploma do curso complementar;
- b) aprovação no teste de idade mental;
- c) atestado de vacinação, bem como de que não possui defeito físico;
- d) certidão de idade, provando ser maior de 14 e menor de 30 anos de idade.

Estes critérios mantiveram-se até o ano de 1947 quando recebeu nova regulamentação.

¹¹⁹ João Carvalho Mendes concludente de 1940. Depoimento concedido em sua residência no dia 19 de outubro de 2003.

De 1910 a 1946 a Escola Normal Oficial considerava aprovado o aluno que obtivesse média mínima de seis pontos nos dois tipos de exames: o de promoção que possibilitava matrícula do ano seguinte e o final que conferia capacidade para exercer o magistério, além da frequência obrigatória nas atividades do curso.

Por ocasião da abertura, a Escola Normal era administrada pelo Diretor (que também dirigia o Liceu e a Instrução Pública), um Porteiro e um Secretário; em 1933 este quadro fora ampliado com a contratação de um Conservador-preparador, quatro Inspetoras de alunos, um Servente e uma Zeladora. Durante todo esse período em estudo, o corpo docente foi constituído por professores catedráticos nomeados, vitaliciamente, em virtude de concurso e constituíam a Congregação da Escola Normal. Em 1910, o ano letivo se estendia de 15 de abril a 15 de dezembro e as aulas tinham a duração de 60 minutos. Em 1933 o período letivo foi alterado, ficando de 01 de março a 15 de novembro e a aula passou a ter apenas 50 minutos. Dispunha a Escola desde a sua criação de Gabinetes e Laboratórios para as aulas que os necessitassem, além de uma Biblioteca Pedagógica.

A princípio a Escola adotou a metodologia de aulas teóricas, seu currículo era constituído por disciplinas que o aproximava do ensino propedêutico e ocorreu grande procura por candidatas que a buscavam apenas para a aquisição de saber, sem a intenção de exercerem o magistério. Esta situação reverteu-se a partir da criação da Escola Modelo, espécie de escola primária, destinada à prática pedagógica das normalistas (o tirocínio); da inclusão progressiva das cadeiras de Didática, Metodologia Específica, Psicologia e História da Educação e, da fundação da Escola de Adaptação na qual os estudantes aprofundavam os conhecimentos básicos adquiridos na escola primária e eram submetidos a testes de sondagem para serem encaminhados à Escola Normal apenas os vocacionados para o magistério. Foram estas as medidas utilizadas para garantir o perfil profissionalizante do curso normal.

2.2 Do currículo

Em 1910, com duração de três anos, o curso concentrava o núcleo específico, profissionalizante, nas cadeiras de Pedagogia, Metodologia e Educação Moral e Cívica (EMC) no último ano. E em todo o curso as cadeiras de Desenho, Música e Trabalhos de

Agulha completavam os conhecimentos necessários à arte de ensinar de então. A cadeira de EMC substituiu o ensino de Religião, determinando ao curso o seu caráter laico e moralizador. Veja o quadro abaixo.

Quadro III
Grade Curricular de 1910

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Português	Português	Literatura Portuguesa
Francês	Francês	EMC
Aritmética	Geometria	Noções de Física, Química e Meteorologia
Geografia e Cosmografia	História Universal e do Brasil	Noções de Hist. Natural, Agronomia e Higiene
Desenho	Desenho	Desenho e Caligrafia
Música	Música	Música
Trabalhos de Agulha	Trabalhos de Agulha e Cartografia	Trabalhos de Agulha e Cartografia
		Metodologia
		Pedagogia

Fonte: Decreto nº 434 de 19/04/1910

No ano de 1911 o curso fora ampliado para quatro anos, incluídas novas cadeiras. Neste currículo que apresento no quadro a seguir, a preocupação metodológica foi contemplada com a introdução de Metodologia no 2º, 3º e 4º ano. A inclusão de Economia Doméstica ratificou a exclusividade do curso para mulheres e a preocupação com o ensino na zona rural fez com que o curso criasse as cadeiras de Meteorologia, Arboricultura, Horticultura e Economia Rural.

Quadro IV
Grade Curricular de 1911

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	Economia Doméstica
Aritmética	Aritmética e Álgebra	Geometria e Trigonometria	Hist. da Civilização e do Brasil
Geografia	Geografia e Cosmografia	História Natural, Zoologia e Botânica	Hist. Natural, Mineralogia e Geologia
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Música	Música	Música	Música
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
Ginástica		EMC	EMC
	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia e Metod.
	Metodologia	Metodologia	
	Fís. e Meteorologia	Fís. Química Meteor.	
		Arboricultura Horticultura e Jardinagem	Economia Rural e Higiene

A proposta curricular de 1916 que excluía as cadeiras de Metodologia, EMC e as relacionadas com a atividade rural, teve vida efêmera, pois em 1918 o Decreto nº 708 de 02 de outubro restabeleceu a estrutura curricular de 1911 com alteração na Cadeira de História do Brasil que passaria a ser lecionada no terceiro ano e as de Música e Trabalhos Manuais apenas nas primeiras e segundas séries, como pode ser constatado no quadro abaixo:

Quadro V
Grade Curricular de 1916

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	Português	Português	Português
	Álgebra		Literatura
Francês	Francês	Francês	
Aritmética	Aritmética	Geom. Noções de Trigonometria	Noções de Física e Química
Geografia	Geografia e Noções de Cosmografia	História Natural – Zoologia	Hist. Natural – Botânica e Noções de Geologia
Desenho	Desenho	Desenho	História Geral
Música	Música	Música	História do Brasil
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	
	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia

Fonte: Lei nº 868 de 24/06/1916

Em 1921 foi retirada do currículo a cadeira de Metodologia sendo que a de Pedagogia passou a ser trabalhada nos três últimos anos subdivida em Prática, Psicologia e Pedagogia propriamente dita. Posteriormente, em 1922 a cadeira de Pedagogia passou a ser trabalhada sob três aspectos: o Teórico, o Psicológico e o Prático, como pode ser conferido nos quadros abaixo. Esta alteração fazia parte da Reforma Geral do Ensino no Estado que pouco alterou o Regulamento de 1910. Mantinha o currículo que enfatizava a cultura geral na formação das professoras, promovendo a elitização cultural das mulheres de poder econômico, que nem sempre exerceriam o magistério, mas que procuravam a Escola em busca de saberes que as permitissem participar de atividades sociais, como os *bailes*¹²⁰ da época, no mesmo patamar dos homens. Percebe-se que naqueles anos, as mulheres piauienses militavam o *feminismo*, procurando na formação intelectual a possibilidade de igualar-se aos homens que detinham até aquela época o privilégio da cultura letrada.

Quadro VI

¹²⁰ Para mais informações confira CASTELO BRANCO, P.V., 1996.

Grade Curricular de 1921

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	
Aritmética	Álgebra	Geometria	
Geografia e Cosmografia	Corografia do Brasil – espec. do Piauí	História Natural	História Natural
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia
Ginástica	Ginástica	Música Vocal	Música Vocal
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e Cartografia	
	Pedagogia prática	Pedagogia/Psicologia	Pedagogia
História do Brasil	Física e Meteorologia	Química	História Universal

Fonte: Decreto nº 771 de 06/09/1921

A Lei nº 1.027 de 03 de julho de 1922 pouco alterou o currículo que vinha sendo trabalhado desde o ano anterior, como pode ser comprovado no quadro a seguir. Sabe-se, contudo, que foi criada a quinta série destinada exclusivamente à prática pedagógica, podendo ser diplomadas na quarta série as alunas que quisessem apenas cultivar o espírito, ficando sem direito à nomeação efetiva no quadro de professores do Estado para qualquer cadeira.

Quadro VII
Grade Curricular de 1922

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	Hist. Nat. e Higiene
Aritmética	Aritmética e Noções de Álgebra	Física e Meteorologia	Química
Geografia e Cosmografia	Corografia espec. do Brasil	História do Brasil	História Universal
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e Cartografia	
Ginástica	Ginástica	Música Vocal	Música Vocal
	Pedagogia Teórica	Pedagogia/Psicologia	Pedagogia Prática

Fonte: Lei nº 1.027 de 03/07/1922

O Decreto nº 1.139¹²¹ de 02 de janeiro de 1931 reformou o ensino normal, contudo em fevereiro do mesmo ano o Decreto nº 1.145¹²² determinou que aquele ensino continuaria a ser regido pelo Regulamento de 1910 alterado em 1921 e 1922. Em setembro do mesmo ano foi estabelecido novo currículo para a Escola Normal onde o curso passou a ter cinco anos de duração e carga profissionalizante concentrada no quarto e quinto ano

¹²¹ Decreto Estadual nº 1.139 de 02/01/1931.

¹²² Decreto Estadual nº 1.145 de 02/02/1931.

através das disciplinas Psicologia Educacional, Didática, Metodologia Geral e Específica. Tais modificações podem ser percebidas no quadro VIII. Comparando-se este currículo com o da década anterior observa-se a tendência de uma abordagem mais voltada para o exercício do magistério. O retorno da cadeira de Metodologia e a criação da cadeira de Didática que incluía o Tirocínio passaram a oferecer melhor preparação para o trabalho docente, possibilitando às normalistas praticarem a docência com mais experiência. Este currículo retrata uma nova concepção do ensino normal que sai da elitização cultural em busca da competência profissional, favorecendo a entrada de camadas *menos ricas* que buscavam o ensino normal como um curso de preparação para um trabalho para o qual já possuíam supostamente aptidão latente. Outro aspecto interessante nesse currículo foi a introdução das cadeiras de Educação Cívica e Educação Física como requisitos necessários à formação patriótica que deveriam ter as futuras mestras como discursou o Prof^o James de Azevedo, no Palácio da Escola Normal em Teresina, em comemoração ao Dia da Pátria “deixai a escola repleta de ardor para formar gerações convictas de seus deveres para com a Pátria querida”.¹²³

Quadro VIII
Grade Curricular de 1931

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE
Português	Português	Português	Lit. Brasileira	
Francês	Francês	Bio. E Higiene	Hig. Esc. e Pueric.	
	Inglês	Inglês	Psic. Educa.	Psic. Educa.
Mat. / Aritmética	Mat. / Arit.	Mat./Alg./Geom.	Metod. Geral	Metod. Específica
Geografia	Hist. Natural	Física e Química	Física e Química	
Desenho	Desenho	Desenho	Didática	Didática
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e Econ. Doméstica		
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
História do Piauí	Corog. do Brasil E Cartografia	Hist. da Civilização		Hist. da Educ. e Educação Cívica
	Hist. do Brasil			
Música	Música		Música	

Fonte: Decreto nº 1.301 de 14/09/1931

O Regulamento Geral do Ensino, publicado através do Decreto nº 1.438¹²⁴ de 31/01/1933 modificou o currículo, ilustrado no quadro seguinte, retirando a matéria Educação Física e incorporando Física, Química e Noções de Agricultura. Isto pouco alterou o perfil do curso, que continuou com cinco anos de duração. Sem grandes efeitos também nos anos de 1934 e 1938 voltou o currículo a sofrer adaptações através dos

¹²³ AZEVEDO, James. A Pátria. Educação. Teresina: Imprensa Oficial, 1936, p. 04.

¹²⁴ Decreto Estadual nº 1.438 de 31/01/1933.

Decretos nº 1.522¹²⁵ de 28/02/1934 e 111¹²⁶ de 02/08/1938 respectivamente. Com esta estrutura o curso se manteve até 1947 quando se adaptou à Lei Orgânica do Ensino Normal, de âmbito Federal.

Quadro IX
Grade Curricular de 1933

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE
Português	Português	Português	Português	
Francês	Francês			
	Inglês	Inglês		
Aritmética	Aritmética	Matemática		
	Física e Química	Física e Química	Física e Química	
		Biologia	Higiene	
Geografia	Geografia		Didática	Didática
			Psicologia	Psicologia
			Metodologia	Metodologia
Desenho	Desenho	Desenho		Desenho
Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos		
Música	Música	Hist. da Civil.	Música	
História do Piauí	História Natural	História Natural		Hist. da Educ.
	Hist. do Brasil	Hist. do Brasil	Hist. do Brasil	Noções de Agric

Fonte: Decreto nº 1.438 de 31/01/1933

2.3 Da matrícula e concludentes

Na primeira década de funcionamento da Escola Normal, a procura pelo curso apresentou ano a ano acréscimo constante com tendência contrária apenas em 1911, pois a matrícula da primeira série fora de 74 alunas, enquanto apenas 6 ingressaram no ano anterior e 13 no posterior. Nesta mesma década a Escola diplomou 79 professoras, sendo que 20 formaram a primeira turma de concluintes em 1912. Comparando o número de concludentes e matrícula inicial, no quadro abaixo, é possível constatar que houve nesse espaço de anos elevada desistência pela falta de entusiasmo das normalistas provocada provavelmente, pelo clientelismo político adotado na contratação que negligenciava o critério da qualificação ou pela pouca importância que era atribuída ao magistério como disse o próprio Governador em 1913: “a cadeira do ensino publico era o refugio dos desherdados de fortuna.”¹²⁷

Quadro X
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1909 a 1919

¹²⁵ Decreto Estadual nº 1.522 de 28/02/1934.

¹²⁶ Decreto Estadual nº 111 de 02/08/1938.

¹²⁷ Mensagem governamental publicada na Imprensa Oficial em 01/06/1914.

ANO	1ª SÉRIE	2ªSÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1909	17	-	-	-	-	17	-
1910	06	10	-	-	-	16	-
1911	74	23	*	-	-	97	-
1912	13	18	21	*	-	52	20
1913	35	10	17	*	-	62	16
1914	24	20	08	*	-	52	06
1915	10	13	15	02	-	40	02
1916	29	09	13	15	-	66	10
1917	16	16	08	11	-	51	11
1918	22	15	10	05	-	52	05
1919	33	15	10	09	-	67	09

Fontes variadas¹²⁸ * Dados não localizados - Série não existente

De 1920 a 1929 ocorreu um aumento de matrícula na mesma proporção da década anterior, conforme demonstram os dados do quadro seguinte. Considerando ter sido este um período regular, sem grandes alterações, é possível afirmar que a elevação na procura, durante os dez primeiros anos, é mais significativa, pois o início foi marcado por adaptações curriculares, alterações na duração do curso, acomodação em prédio adequado e incerteza da comunidade sobre a continuidade da Escola. A evasão verificada durante esse período também foi acentuada apesar da medida governamental que vinculou a nomeação efetiva do professor primário ao diploma de normalista formado pela Escola Normal a exemplo da concludente de 1923, Ana Rosa de Lima Brito, que gentilmente aceitou relatar sobre o ensino na Escola Normal daqueles anos.

Quadro XI
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1920 a 1929

ANO	1ª SÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1920	25	18	17	05	-	65	08
1921	21	19	19	06	-	65	06
1922	36	17	14	16	-	82	16
1923	54	22	11	10	-	97	09
1924	58	45	13	11	-	127	11
1925	71	48	30	09	-	158	10
1926	69	40	48	17	-	174	21
1927	76	46	35	21	-	178	24
1928	80	48	50	22	-	200	25
1929	105	*	*	*	-	253	36

Fontes variadas¹²⁹ * Dados não localizados - Série não existente

¹²⁸ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

¹²⁹ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

O início do processo de consolidação ocorreu nessa década quando a Escola passou a ser utilizada como parâmetro para a criação de outras similares no interior do Estado, a exemplo de Parnaíba em 1928 e Floriano em 1930 e ganhou em Teresina, no ano de 1925, prédio próprio edificado e aparelhado de modo a satisfazer plenamente a sua finalidade.

No decorrer da década de 30, a Escola Normal enfrentou duas adversidades: primeiro o curso normal foi ampliado para cinco anos e modificada a forma de seleção dos novos normalistas, que passou a incluir teste vocacional aplicado nos dois anos do curso complementar, de frequência obrigatória, na Escola de Adaptação; segundo: a abertura do curso normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus (CSCJ) em 1931 que atraiu muitas pretendentes. Tais acontecimentos fizeram a matrícula, na primeira série, cair vertiginosamente de 138 alunos para 21 no ano de 1933, voltando a crescer gradativamente nos anos subseqüentes. Contudo a desistência foi insignificante, pois nestes dez anos foram formados 342 professores, como pode ser constatado no quadro a seguir. A concorrência com o CSCJ, na disputa pela melhor colocação no conceito da comunidade, motivou a administração da Escola seu corpo docente e discente a aperfeiçoar cada vez mais o ensino, garantindo dessa forma o seu espaço no sistema de educação do Estado.

Quadro XII
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1930 a 1939

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1930	153	58	58	26	-	295	23
1931	*	*	*	*	*	*	31
1932	138	84	66	43	07	338	19
1933	21	39	58	33	16	167	25
1934	30	23	31	53	29	166	34
1935	44	39	24	30	52	189	41
1936	58	67	41	34	31	231	29
1937	63	57	58	49	32	259	32
1938	62	72	41	61	51	287	50
1939	80	67	55	37	59	298	58

Fontes variadas¹³⁰ * Dados não localizados - Série não existente

A mudança na mentalidade da sociedade que passou a valorizar a mulher culta (professora), o interesse dos homens em frequentar a Escola Normal e o favorecimento às camadas menos abastadas proporcionado pela retirada da taxa de matrícula, me asseguram dizer que a Escola finalmente correspondeu às expectativas da sociedade, contribuindo para formar o educador da época, cujo reflexo se sentiria nos anos seguintes.

¹³⁰ Idem.

Nos sete últimos anos que compõem esse período, ou seja, de 1940 a 1946, constata-se uma acentuada queda na matrícula a partir de 1943 (confira quadro abaixo). Mas tal fato não repercutiu negativamente na frequência geral que se manteve praticamente inalterada bem como no número de formandos uma vez que nesses anos a Escola diplomou 345 novos professores.

Quadro XIII

Quadro de Matrículas e Concludentes de 1940 a 1946

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1940	88	81	65	34	36	304	35
1941	98	92	70	42	33	335	33
1942	110	93	74	42	40	359	43
1943	62	68	81	70	40	321	38
1944	38	65	89	74	79	345	62
1945	46	48	50	81	63	288	60
1946	39	*	*	-	-	*	74

Fontes variadas¹³¹ * Dados não localizados - Série não existente

2.4 Dos cursos anexos à Escola Normal

Neste período (1909 – 1946) a Escola Normal funcionava com os seguintes anexos: a Escola Modelo e a Escola de Adaptação.

A Escola Modelo teve sua criação gestada no Decreto nº 434 de 1910 que determinava em seu Art. 188º:

Annexa à Escola Normal e sob jurisdição do Diretor deste instituto, funcionará uma Escola Modelo de aplicação, os alumnos mestres da Escola Normal, obrigatoriamente, e os professores primários que o requererem, observem e pratiquem a ministração do ensino primário.¹³²

Sua instalação, entretanto, só veio a ocorrer aproximadamente em 1912, pois na mensagem daquele ano o Governador relatou que seria criada no mês de maio a Escola Modelo e no ano seguinte ressaltou o seu bom funcionamento e concluiu dizendo que a grande frequência revelava a confiança que era creditada à casa, e era tanta a sua, que lá

¹³¹ Idem.

¹³² Decreto Estadual nº 434 de 19/04/1910.

estudavam suas filhas¹³³. Esta Escola que recebeu o nome Artur Pedreira teve atividade regular até o ano de 1955, segundo dados localizados no Arquivo do Instituto de Educação “Antonino Freire”.

A Escola de Adaptação foi criada e regulamentada no ano de 1933 através do Decreto nº 1.438. Sua finalidade era ministrar um curso complementar especial, com duração de dois anos, para aprofundar os conhecimentos fundamentais adquiridos na escola primária e realizar testes vocacionais. Seriam encaminhados à Escola Normal apenas os candidatos que revelassem ter vocação para o magistério durante este curso.

A exposição dos dados acima remete o leitor deste trabalho à história do período de consolidação da Escola Normal, a partir das decisões de quem esteve em seu comando. Mas, de igual forma, precisei ouvir pessoas comuns e suas experiências naquela instituição para reconstituir a sua história também pela fala do povo, pelos depoimentos de quem a vivenciou, pois para a História Cultural, fundamento desta pesquisa, tudo o que o homem constrói na sua relação com os outros homens faz parte da reconstituição de um fato. Assim, além das várias fontes consultadas, ouvi os egressos: Ana Rosa de Lima Brito, João Carvalho Mendes e Palmira Luzia Soares, que participaram da vida da Escola nos anos de 1920, 1930 e 1940, respectivamente. Os relatos de suas memórias são fontes importantes para a compreensão do cotidiano daquela instituição e proporcionaram “presença histórica cujos pontos de vista e valores são descartados pela ‘história vista de cima’ (...)”.¹³⁴ Além de o testemunho oral ser “a substância daquilo que possuímos para reconstruir o passado de uma sociedade com uma cultura oral”. Ultimamente a tradição oral tem se tornado cada vez menor pronunciada, à medida que a cultura se move para a alfabetização maciça. Mesmo assim a tradição oral pode persistir num ambiente predominantemente alfabetizado.

Para Ana Rosa Brito¹³⁵ a Escola Normal

considerada muito importante para a sociedade daquela época” era também muito disciplinada e rigorosa, pois “no terceiro ano eu fiquei, eu perdi o ponto de Português, fiquei

¹³³ Mensagem governamental publicada na Imprensa Oficial em 01/06/1913.

¹³⁴ PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, 1992, p. 165.

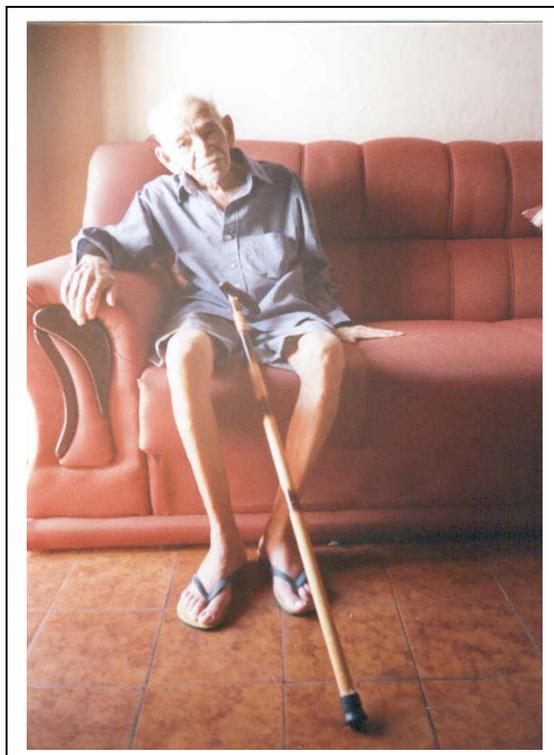
¹³⁵ Ana Rosa de Lima Brito (Dada). Concludente do ano de 1923. Depoimento concedido em sua residência no dia 10 de setembro de 2003.

reprovada, o diretor disse que era conveniente cursar apenas o Português e no ano seguinte fazer o quarto ano para evitar assim que eu ficasse uma professora relapsa”. Emocionada a depoente conclui “A Escola Normal foi tudo para mim, lá eu enxerguei o mundo, ela abriu assim a minha cabeça para o mundo, eu sou o que sou por causa dela.

Foto 04 – Depoente Ana Rosa



Foto 05 – Depoente João Mendes



O Sr. João Mendes¹³⁶, um dos poucos homens a estudar na Escola Normal na década de 30 relembra da Escola

como se fosse uma faculdade (...). Os professores eram preparados, não eram de subúrbio, não eram arranjados. Na Escola Normal só entrava para ser professor quem tivesse gabarito e não pistolão, só mesmo a influência da cultura dos professores, se não tivesse cultura, conhecimento, não ensinava, tanto que era um tipo se faculdade (...) lá só tinha pessoas da elite”. [O que o Sr. João fala pode ser comprovado ao examinar as provas de cátedra, existentes no Arquivo do IEAF]. “A Escola ficou famosa por causa do tratamento dos professores com os alunos e com a formação mesmo dos professores”. O depoente encerra lamentando terem transferido a Escola do prédio situado à Praça Marechal Deodoro. “Porque se a Escola [está se referindo ao prédio] foi criada para aquilo, pra que tomar e desprezar a Escola? (...). O prédio era uma beleza! Muito bom, muito bem construído, muito aceito. Você tinha orgulho em estudar naquele local.

A compromissada Palmira Soares¹³⁷ retrata a Escola Normal como aquela que

despertava você para o outro, uma abertura para as pessoas, uma solidariedade (...) eu me encontrei na Escola. Parece que eu tinha assim uma luz apagada na minha cabeça. Ela [a

¹³⁶ João Carvalho Mendes, concludente de 1940. Depoimento concedido em sua residência no dia 19 de outubro de 2003.

¹³⁷ Palmira Luzia Soares, concludente de 1944. Depoimento concedido em sua residência no dia 16 de setembro de 2003.

Escola Normal] acendia, e acendia dum jeito de ascensão, de procurar o melhor. A Escola Normal era meio de vida não material, mas de aprender com o coletivo (...) a gente tinha mais compromisso, (...) o professor tinha que saber e o relacionamento entre alunos e professor era de igual pra igual (...) quem ia para lá eram justamente as moças que estudavam (...). As de outrora eram moças com uma formação melhor. Hoje ela [Escola Normal] perdeu o *élan*, perdeu em formação, mas ganhou em abertura popular – valorização do ser! [está se referindo à possibilidade de frequência de pessoas de baixa renda].

Utilizei a história oral seguindo a mesma linha de pensamento de Jim Sharpe¹³⁸ “estudar a experiência de pessoas comuns” e recorrendo a depoimentos de pessoas que fizeram parte do cotidiano da Escola Normal em Teresina, visando proporcionar um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado, para “tornar claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que puderam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas”¹³⁹ e na intenção de explorar experiências históricas de homens e mulheres, cuja experiência é tão freqüentemente ignorada ou apenas mencionada de passagem.

Nos 37 anos (1909 – 1946), período que denomino de Consolidação, vimos a Escola Normal exercer um papel esclarecedor e humanizador pelos seus exímios professores, adaptar-se às duas grandes Reformas da Instrução Pública no Estado (1910 e 1933), e às alterações ocorridas em 1911, 1916, 1921, 1922, 1931, 1934 e 1938 nas quais o curso se ajustava ao objetivo de capacitar professores primários e procurava atender às necessidades locais como foi o caso da duração inicial de dois anos estabelecida para suprir a urgente necessidade de professores e a ampliação para três, quatro e cinco anos visando melhorar a qualidade do ensino e retardar a oferta de mão-de-obra. Durante algum tempo o curso perdeu sua característica profissionalizante¹⁴⁰, sendo recuperada a partir de 1931 vindo firmar-se como a melhor instituição na formação de professores no Estado do Piauí afirmação que faço embasada nos textos consultados e aferida nos depoimentos que tive a oportunidade de ouvir. A implantação da Lei Orgânica do Ensino Normal, que marca o término deste capítulo, foi considerada por alguns educadores um retrocesso em função da centralização de diretrizes. Para esta pesquisadora aquela Lei significou o reconhecimento, a regulamentação e a uniformidade federal do Ensino Normal, em suma, a consolidação das Escolas Normais.

¹³⁸ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, 1990, p. 48.

¹³⁹ Ibidem, p. 62.

¹⁴⁰ Para outros esclarecimentos ver Mensagem Governamental de 1930

Capítulo IV

CHEGA AO APOGEU A ESCOLA NORMAL TERESINENSE (1947 – 1972)

No presente capítulo abordo o Apogeu da Escola Normal em Teresina, objetivando reconstituir sua trajetória entre 1947 e 1972. Neste intento, apresento os dados numéricos que revelam sua marcha ininterrupta/crescente e os relatos que confirmam o termo escolhido, haja vista o que se ouve de forma recorrente:

os diplomados naquele período educaram os doutores de hoje, os homens que fizeram história no Piauí; foi um período que ser da Normal era orgulho para família, pra comunidade e principalmente pra nós normalistas, pois éramos tão importante quanto um médico hoje!¹⁴¹

O recorte estabelecido justifica-se pela implantação em 1947 do Decreto–Lei Estadual nº 1.402 de 27 de janeiro que adaptou o ensino normal do Piauí à Lei Orgânica do

¹⁴¹ Informação obtida em conversa informal com depoente que recusa identificar-se.

Ensino Normal de âmbito Federal, regulamentadora deste ramo de ensino, fixando suas normas, finalidades, estrutura e currículo em todo o território nacional. O ano de 1972 foi escolhido como término deste capítulo porque em 1973 a Escola sofreu nova adaptação regulamentar, modificando sua estrutura, currículo e nomenclatura, tendo sido inclusive transferida para outro prédio.

Semelhante aos dois capítulos anteriores, encontra-se este subdividido em duas partes. Na primeira, apresento alguns aspectos da cultura teresinense/piauiense que ajudam a compreender por que e como o objeto deste estudo atingiu o seu apogeu e, na segunda, mostro exclusivamente o desempenho da Escola Normal em Teresina nos áureos anos de sua história.

1. Teresina-Piauí: Aspectos Históricos, Políticos, Econômicos e Sociais

Neste período, especialmente de 1940 a 1970, o Piauí criou 67 municípios e passou a contar com 114 cidades.¹⁴² Dentre elas, Teresina, foi a que mais se beneficiou com o progresso que o Piauí conquistou nesse período; principalmente por ser a capital e requisitar uma estrutura condizente para esta função e depois por ter sido alvo dos investimentos empresariais. O planejamento ou execução de qualquer empreendimento ocorrido neste Estado, necessariamente passou por Teresina, intensificando sua urbanização e atraindo a população que a ela se dirigia em busca de trabalho, estudo e saúde. A cidade cresceu, mas não absorveu a mão-de-obra que veio do meio rural. Caiu a produção no setor primário e cresceu o secundário e terciário, estratificando a sociedade em cinco classes: inferior, operária, média inferior, média superior e superior. Se em 1940 a população rural representava 95% do total do município, em 1960 não passava dos 44,7%.¹⁴³ O ritmo de crescimento transformou Teresina no macro-centro do Estado, mas contribuiu para a produção desordenada do lixo que poluiu o solo e os rios, da fumaça e de resíduos tóxicos que contaminaram o ambiente. A intensa crítica ao modelo de desenvolvimento fez surgir nos anos 60 uma teoria de eco-desenvolvimento que buscava o equilíbrio entre o homem e a natureza, mas que veio a ser praticada apenas a partir de 1970, quando não apenas na capital, mas em todo o Estado, começaram a ser implantados projetos de irrigação, reflorestamento, cultivo planejado de arroz e soja, modernizações na

¹⁴² ADRIÃO NETO, 2002, p. 19.

¹⁴³ Lima In: SANTANA, 1995, p. 451.

criação de gado, enfim, procedimentos que inauguraram um período novo para a história da relação homem X natureza.

O Plano Rodoviário Nacional de 1944 não incluía o Piauí na malha rodoviária que esboçava, por isso provocou um impasse no progresso piauiense, uma vez que a navegação no Rio Parnaíba entrava em declínio face à diminuição das exportações após a Segunda Guerra Mundial. A queda vertiginosa nos preços da cera de carnaúba e da amêndoa de babaçu deu início a uma progressiva decadência da cidade de Parnaíba e ascensão de Teresina. Era grande a dificuldade de comunicação entre o sul e o norte do Piauí, mas a *ideologia do planejamento* implantada na década de 50 na esfera federal, contribuiu em parte para o progresso piauiense com a construção de estradas incluídas no Plano de Metas do Governo Federal (1956-1961). Essas rodovias proporcionaram um grande impulso nos transportes – *era dos caminhões* –, favorecendo o dinamismo da circulação de mercadorias no Estado e principalmente na capital Teresina. Mesmo assim, os piauienses não ganharam o Porto de Luis Correia nem as ferrovias tão necessárias e orçadas naquele projeto. O Plano de Metas fez circular bens e idéias como jamais ocorrera no Brasil, dentre elas: o populismo que evoluiu rumo ao nacionalismo reformista, o debate sobre a reforma agrária e organização sindical dos trabalhadores rurais, a postura ideológica da Igreja e o movimento estudantil.

O Piauí participou ativamente desse momento, elegendo um governador petebista em 1958, que governou com o apoio dos operários sindicalizados e em 1962, um udenista-reformista que reuniu a burguesia comercial e as classes médias e populares. A ação renovadora da Igreja Católica liderada pelo arcebispo D. Avelar Brandão Vilela implantou aqui, uma proposta de humanização e evangelização, organizando grupos como a JEC, JOC, JUC (Juventude – Estudantil / Operária / Universitária / Católica, respectivamente) e o Movimento de Educação de Base (MEB) que trabalhava com os camponeses. O movimento estudantil que no contexto da mobilização reformista organizou-se na União Piauiense de Estudantes Secundários (UPES), filiada à União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), e nos Centros Acadêmicos de cada Faculdade, articulados à União Nacional dos Estudantes (UNE). A emergência social e política dos trabalhadores rurais não como uma nova área de expansão do populismo, mas como um movimento sindical e

reformista que se radicalizou, criou até 1964, 45 sindicatos rurais¹⁴⁴ no Estado, cuja motivação principal era a luta pela reforma agrária.

Até os anos 50, grande parte da renda vinha do setor primário. A indústria, ao contrário de São Paulo que desde os anos 30 recebia um vigoroso progresso, aqui era restrita a pequenas unidades artesanais. Mas a crise no ciclo agro-exportador redirecionou a economia, fez surgir as indústrias de babaçu a exemplo da Gervásio Costa Sociedade Anônima (GECOSA) e da Usina Livramento e expandir o setor comercial, substituindo os grandes atacadistas pelos varejistas que começaram a desenvolver vendas a crediário em troca das *cadernetas de bons clientes*. A intensa entrada de produtos industrializados aumentou a pressão por reformas econômicas e sociais, em especial a reforma agrária e por transferências de recursos por parte do governo federal. Entretanto, o Piauí estava distanciado desses benefícios; nem a própria Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criada em 1959, nem o Banco do Nordeste fundado em 1952¹⁴⁵ conseguiram carrear recursos, pois este Estado estava incluído numa divisão sub-regional chamada Meio-Norte.

Após a deposição de Vargas em 1945, sete interventores federais administraram o Piauí, até que em 1947, tomou posse um governador eleito que, dentre outras realizações, promulgou a Constituição Estadual de 1947 e por meio dela encampou, embora tardiamente, as fazendas dos Jesuítas, então com as terras arrasadas, ao patrimônio do Estado e inaugurou caldeiras da Usina Termelétrica de Teresina. As administrações seguintes também voltaram para a realização de feitos que contribuíram para o progresso do Estado como: a instalação da *Faculdade de Odontologia do Piauí* e do Banco do Estado do Piauí (BEP); a construção da primeira ponte de concreto sobre o rio Poti; a criação da Companhia de Desenvolvimento do Estado (CODESE) que propiciou uma nova fase na História do Piauí, das Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA), da Empresa de Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA), do Instituto de Aposentadoria e Previdência do Estado do Piauí (IAPEP), da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE) que se encarregou na esfera estadual dos assuntos concernentes à Usina de Boa Esperança, construída na Barragem do mesmo nome e que solucionou o problema de energia do Estado, do Conselho Estadual de Educação e Cultura, da *Faculdade de Medicina*, do

¹⁴⁴ Medeiros, In: SANTANA, 1995, p. 175.

¹⁴⁵ Mendes, In: SANTANA, 1995, p. 77.

Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI) que assentou o Distrito Industrial numa área de 196 hectares ao sul de Teresina e a fundação da *Universidade Federal do Piauí*¹⁴⁶.

Dois episódios marcaram a História do Piauí durante estes vinte e cinco anos de trajetória (1947 – 1972). Um deles foi a revolução em nível nacional de 1964 que eclodiu com o Golpe Militar, suprimindo mobilizadores e lideranças dos trabalhadores e tentando inibir a questão agrária e todos os movimentos de reformas de base. Aquele militarismo autoritário não conseguiu reprimir o movimento estudantil que se manteve *organizado*. Do ponto de vista econômico o regime imposto em sessenta e quatro implantou uma profunda reestruturação produtivo-financeira associando o Estado/Capital Estrangeiro/Grande Capital Nacional em todo o território brasileiro, favorecendo os Estados menos desenvolvidos como o Piauí através da estratégia de integração nacional. O outro episódio foi a chegada do Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela, um dos homens públicos mais populares do Piauí. Ao chegar, envolveu-se em grandes projetos na área social, pastoral e educacional. Dentre suas realizações destacam-se a fundação da Ação Social Arquidiocesana (ASA) e da Rádio Pioneira de Teresina; a criação da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI); a implantação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) que instalou a princípio 30 ginásios por todo o Estado e a realização do Congresso Eucarístico Nacional em Teresina. Dom Avelar terminou o seu apostolado nesta cidade no ano de 1971, quando foi nomeado Arcebispo Primaz do Brasil.¹⁴⁷

A vida artística e cultural de Teresina foi bastante movimentada nesse período. O teatro, na década de 50, passou a ter maior constância, surgiram os nomes de Antonio Santana e Silva, líder de um grupo de artistas amadores participantes do I Festival Nacional de Teatro de Estudantes, realizado em 1958 na cidade de Recife e criador do Grupo de Teatro Experimental (TEEX) responsável pela montagem de diversos espetáculos. José Gomes Campos, organizador de um grupo de teatro ligado à União dos Moços Católicos (UMC), mais tarde denominado de Teatro Estudantil Teresinense (TESTE), foi autor de várias peças como: “O Auto do Lampião no Além”, “O Cabeça de Cuia” dentre outras. Tarcísio Prado, revelado no Grêmio Teatral Ranulfo Raposo em Parnaíba, veio para Teresina e criou em 1966 o Teatro de Amadores do Piauí (TAP), responsável pela direção de várias peças. Ary Sherlock dirigiu o “O Auto do Lampião no

¹⁴⁶ Dados retirados de fontes variadas, especialmente de ADRIÃO NETO, 2003, p.148.

¹⁴⁷ Dados retirados de fontes variadas, especialmente de Adrião Neto, 2003, p. 150.

Além” e foi premiado com o troféu Negrão de Lima ao se apresentar no V Festival Nacional de Teatro de Estudantes no Rio de Janeiro. Esta peça recebeu inúmeras montagens, chegou a ser exibida nas cidades de Colorado e Denvís nos Estados Unidos e foi traduzida para o Inglês e o Espanhol. Todo este dinamismo do teatro teresinense deveu-se em parte ao estímulo dado pelo Prefeito de Teresina (Dr. Petrônio Portella Nunes) que criou na década de 60 o Serviço Municipal de Teatro (SMT) e posteriormente no cargo de governador o Serviço de Teatro do Estado do Piauí (STEP).¹⁴⁸

A produção literária foi bastante significativa. O romantismo da década de 40 teve nas pessoas de Alvina Gameiro, José Newton de Freitas, Permínio Asfora, Renato e Carlos Castelo Branco os seus principais representantes. O Movimento Meridiano surgido em torno da revista Caderno de Letras Meridiano foi protagonizado por O. G. Rego de Carvalho e H. Dobal, ganhador do prêmio Jorge de Lima¹⁴⁹ do Instituto Nacional do Livro promovido pelo MEC, em 1969, com o livro “O Dia sem Presságios”. Ao lado destes escritores, figuram ainda Odilon Nunes e o Padre Joaquim Chaves na condição de historiadores, além do jornalista A Tito Filho autor de inúmeras crônicas. Em 1966, jovens idealistas criaram o Círculo Literário Piauiense (CLIP),¹⁵⁰ que agitou o ambiente cultural de Teresina, promovendo reuniões semanais e colaborando na imprensa. Participaram das produções literárias daquele Círculo escritores como Hardi Filho e Francisco Miguel de Moura. Os vanguardistas Assis Brasil, Mário Faustino, Fontes Ibiapina, Álvaro Pacheco, Esdras do Nascimento e Torquato Neto promoveram uma renovação estética, dando um novo tratamento à linguagem como podemos constatar no belo poema:

Cogito

Torquato Neto

Eu sou como eu sou
pronome
pessoal intransferível
do homem que iniciei
na medida do possível

¹⁴⁸ Dados retirados de fontes variadas, especialmente de Campelo, In: SANTANA, 1995, p 259-280.

¹⁴⁹ Nunes, M. P. In: SANTANA, 1995, p. 204.

¹⁵⁰ ADRIÃO NETO, 2003, p. 170.

eu sou como eu sou
agora
sem grandes segredos dantes
sem novos secretos dentes
nesta hora

eu sou como eu sou
presente
desferrolhando indecente
feito um pedaço de mim

eu sou como eu sou
vidente
e vivo tranqüilamente
todas as horas do fim.

A imprensa falada foi inaugurada com a Rádio Difusora de Teresina em 1948, sendo seguida pela Rádio Clube de Teresina em 1960 e pela Rádio Pioneira de Teresina em 1962. Até o ano de 1970, a capital recebia o sinal da TV Ceará e em 1972, o Complexo Clube inaugurou a Primeira Estação de Televisão do Piauí - a TV Rádio Clube. A imprensa jornalística foi ampliada nesse período com a criação dos jornais “O Dia” no ano de 1951 e “O Estado” em 1969.¹⁵¹

O Estado do Piauí e, Teresina, como centro disseminador da educação só oferecia até meados da década de 50 o curso superior de Direito. Portanto, falar em educação significava reportar-se aos ensinamentos primário, ginásial e profissional. Estes ramos de ensino mantiveram até 1946 uma organização própria ao Estado, mas com a implantação das Leis Orgânicas Federais todos eles sofreram processos de adaptação. Com relação ao Ensino Primário houve um acréscimo no número de unidades escolares e de professores, contudo a matrícula caiu, o que representou um déficit escolar. A zona rural era a mais afetada, pois a insuficiente rede escolar concentrava-se nas sedes municipais, principalmente na Capital do Estado. Visando reduzir o índice de analfabetismo o Governo Federal enviou recursos

¹⁵¹ Santos, In: SANTANA, 1995, p. 371-389.

para construção de prédios escolares nas zonas rurais, totalizando 230 em 1949,¹⁵² além de duas grandes escolas normais rurais, a de Piripiri e a de Campo Maior que chegaram a ser construídas, mas não foram utilizadas para aquela função.

Em obediência ao Decreto-Lei Federal nº 8.585¹⁵³ de 08 de janeiro de 1946 o Estado do Piauí criou o Decreto-Lei Estadual nº 1.306/46,¹⁵⁴ praticamente transcrevendo aquele. O ensino primário deveria ser estruturado da seguinte forma:

- ensino primário fundamental, contendo o curso elementar de quatro anos e o curso complementar de um ano;
- ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado aos jovens e adultos sem escolaridade no período regular.

Na década de 60 o Piauí celebrou convênios com órgãos internacionais de cooperação para planejamento e execução de projetos na área da educação, tendo o Acordo, SUDENE/MEC/USAID/Estado do Piauí, contribuído para o desenvolvimento do ensino. Uma das metas deste Acordo era a melhoria do ensino primário favorecida pela criação do Curso de Emergência, que era um curso normal ministrado em caráter intensivo com duração de apenas um ano, orientado pelo curso normal convencional do Rio Grande do Sul em que priorizava as disciplinas pedagógicas (Metodologias específicas das disciplinas do ensino primário); os professores auxiliares concludentes daquele curso eram nomeados efetivamente pelo Estado. O Estado recebeu a colaboração da CNEC que passou a oferecer o Curso Ginásial em diversos municípios, do MOBREAL que aqui desenvolveu um amplo programa de alfabetização de adultos e do Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAE), no sentido de formar Supervisores de Ensino. Contudo, sua sistemática de capacitar especialistas em áreas específicas do currículo, acarretava ônus para o Estado que necessitava de vários supervisores numa mesma escola; isto levou o Estado a optar pela parceria com o INEP que formava o supervisor polivalente.

Foto 06 – Encerramento do Curso de Supervisão realizado em Colatina (ES)

¹⁵² BRITO, 1996, P. 95.

¹⁵³ Decreto-Lei Federal nº 8.585 de 08/01/1946.

¹⁵⁴ Decreto-Lei Estadual nº 1.306 de 02/09/1946.



Fonte: Arquivo pessoal Profª Raimunda Carvalho (Mundoca)

No período de 1947 a 1972 destacou-se no setor educacional piauiense a atuação do INEP¹⁵⁵ que através de convênio com o Estado exerceu a função docente, irradiando as novas idéias pedagógicas, objetivando expandir e melhorar qualitativamente o ensino. Os cursos do INEP, a princípio, concentravam-se nas áreas de Direção e Inspeção do Ensino Primário, Administração Escolar, Avaliação e Medidas Educacionais. Por solicitação do pessoal que neles se especializavam, o INEP realizou em Teresina cursos de férias para os professores primários da rede estadual. O primeiro ocorreu em 1956 sob a coordenação de Consuelo Pinheiro (enviada pelo INEP) e Itamar Brito (educador piauiense). No encerramento deste curso, organizaram o Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense (CERMAP), instituição que congrega professores de todo o Estado e ainda hoje atua como pólo irradiador de idéias pedagógicas e valorização profissional.

O INEP também contribuiu, a partir de 1961, com a formação de pessoal na área de Artes Industriais. Chegou a implantar três oficinas em Teresina e uma em Parnaíba,

¹⁵⁵Sobre a atuação do INEP no Piauí confira BRITO, 1996, p.106-109.

redimensionando o currículo escolar, ocupando o aluno o dia inteiro na escola e preparando, desde cedo, mão-de-obra qualificada, o que atenderia aos objetivos dos programas de governo de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Concomitantemente aos cursos oferecidos pelo INEP a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) iniciou um processo de qualificação de professores para o ensino ginásial no Piauí. Eram cursos que aconteciam durante o mês de janeiro de cada ano, para capacitar os professores das diversas matérias, dentre elas: Português, Matemática, História, Geografia, sendo que no final de três períodos, o cursista se submetia a um exame de suficiência que lhe conferia um Certificado e assegurava o direito de lecionar nos Ginásios do Estado.

Resultante de inúmeras conferências acerca do sistema educacional o INEP motivou o Estado para promover uma reforma educacional, especialmente no ensino primário e normal. Por esse motivo, o Estado enviou à Assembléia Legislativa, ainda em 1958, um antiprojeto de reforma referente aos tipos de ensino acima citados. Contudo, o antiprojeto foi protelado em razão de vários fatores, sendo finalmente posto em prática em 1966, após a implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN de 1961) que disciplinou a educação brasileira e possibilitou o esboço de um Sistema Nacional de Educação.

Fundamentado pela Lei Federal nº 4.024/61, o Estado do Piauí criou o Conselho Estadual de Educação (CEE) por intermédio da Lei nº 2.489¹⁵⁶ de 20 de novembro de 1963. No ano de 1966, o Parecer nº 03/66 do CEE criou o regime departamental no ensino normal e reestruturou a grade curricular do ciclo colegial piauiense. Dois anos mais tarde foi sancionada a Lei nº 2.887/68 que instituiu “legal e oficialmente o Sistema de Ensino do Estado do Piauí, incluindo todos os graus e ramos de ensino; do pré-escolar ao curso superior.”¹⁵⁷ Esta Lei organizou o ensino piauiense, uma vez que: a) recomendou variedade de métodos; b) identificou os estabelecimentos pertencentes ao Sistema de Ensino do Estado do Piauí; c) determinou as condições para o reconhecimento de estabelecimentos de ensino; d) estabeleceu a estrutura organizacional e curricular dos três graus de ensino; e) prescreveu o registro na Secretaria de Educação como condição ao exercício docente; f)

¹⁵⁶ Lei Estadual nº 2.489 de 20/11/1963.

¹⁵⁷ BRITO, 1996, p. 126.

exigiu a prestação de concurso público de provas e títulos para o professor do ensino médio, bem como a qualificação necessária ao professor do ensino primário; g) fixou o mínimo de 20% da receita do Estado e dos Municípios para a manutenção e desenvolvimento do ensino e atribuiu as responsabilidades do CEE.

Como parte do planejamento educacional brasileiro motivado pela Conferência de Lima (1956), o Piauí no ano de 1962 apresentou o melhor plano do Programa de Emergência, satisfazendo a todas as exigências da Secretaria Geral do Ministério da Educação, “merecendo ser copiado e distribuído como modelo aos demais Estados.”¹⁵⁸ Assim como este, vários outros projetos piauienses foram tidos como inovadores, dentre eles o PI-03-MEC que tratava da organização de classes especiais para a regularização das matrículas; o PI-05-MEC referente à construção e instalação em Teresina de uma Escola Primária Experimental; o PI-06-MEC que dizia respeito à instalação de um Centro de Educação Primária Integral, além de outros.

Com relação ao ensino superior, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou, através do Parecer nº 446/69,¹⁵⁹ o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) criada em 1968 e instalada solenemente em 1971. A Fundação contava a princípio, com os cursos de Odontologia, Medicina, Direito, Engenharia, Ciências Econômicas e Contábeis, além dos oferecidos pela FAFI que se incorporou ao grupo de Faculdades isoladas gestoras da Universidade Federal.

A década de 70, iniciada com o *Ano da Educação*, fora marcada por estudos, questionamentos, debates e planejamentos em torno da educação visando a sua melhoria. Um dos principais focos de discussão foi a profissionalização no segundo grau, pois a época do *milagre brasileiro* e dos empréstimos exteriores exigia mão-de-obra qualificada. Por essa razão foi elaborado um antiprojeto que provocou acirrados debates e resultou na Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 que aprovou a compulsoriedade da profissionalização ao nível do segundo grau. Em razão do otimismo do Profº Raimundo Wall Ferraz (Secretário de Educação), o Piauí foi o segundo Estado brasileiro a implantar a reforma educacional decorrente da Lei nº 5.692/71. Para tanto foi necessário o treinamento

¹⁵⁸ Ibidem, p. 133.

¹⁵⁹ Parecer Estadual nº 446/69.

de todo o pessoal docente, técnico e administrativo, envolvido no processo, isto foi possível com o apoio da FUFPI conveniada com o Estado.

2. Os Áureos Anos da Escola Normal “Antonino Freire”

Até 1946 o ensino normal era assunto da alçada dos Estados. Somente com o Decreto-Lei nº 8.530¹⁶⁰ de 02 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal, este ramo de ensino passou a dispor de diretrizes nacionais que o articulou em todos os Estados validando os diplomas conferidos por estes em todo o território brasileiro. Aquele Decreto possibilitou ainda a criação dos Institutos de Educação que abrigariam além dos cursos normais de 1º e 2º ciclos, o jardim de infância, escola primária e curso de habilitação de administradores escolares. Baseado no Decreto-Lei nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947 que adaptou a Lei Orgânica ao Estado do Piauí, acompanharemos os desdobramentos do ensino normal e conseqüentemente da Escola Normal em Teresina como centro irradiador das medidas implantadas.

2.1 Da finalidade e estrutura

O ensino normal no Piauí objetivava prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância e habilitar, quando possível, administradores escolares do grau primário. Finalidades estas mantidas pelo Parecer nº 03/66¹⁶¹ do CEE que alterou a estrutura curricular até então oferecida em forma de disciplinas isoladas para o modelo departamental.

A partir de 1947 o ensino normal desdobrou-se em dois ciclos: o primeiro, com duração de quatro anos formava o Regente de Ensino e era ministrado exclusivamente nas Escolas Normais Regionais localizadas no interior do Estado; o segundo ciclo, com três anos de duração, formava o Professor Primário e era ministrado na Escola Normal “Antonino Freire” ou nos estabelecimentos que apresentassem outorga de mandato expedido pelo Ministério da Educação e Saúde satisfazendo às seguintes exigências:

¹⁶⁰ Decreto-lei Federal nº 8.530 de 02/01/1946.

¹⁶¹ Parecer Estadual nº 03/66.

- prédio e instalações didáticas adequadas;
- organização do ensino de acordo com o Decreto-Lei em referência;
- corpo docente com necessária idoneidade moral e técnica;
- ensino de Português, Geografia, História do Brasil ministrado por brasileiros natos;
 - manutenção de um professor fiscal designado pela autoridade de ensino competente;
- existência de escola primária anexa para demonstração e prática de ensino;
- manutenção, pelo outorgado, de ginásio oficialmente reconhecido, em se tratando do ensino normal de 2º ciclo.¹⁶²

Para ingresso em qualquer dos cursos do Ensino Normal era necessário ser brasileiro, apresentar sanidade física e mental, ter bom comportamento social e ser aprovado no exame de admissão. Para o Curso de Regente a idade mínima de 13 anos, para o Curso de Professor Primário a idade mínima de 15 anos e comprovação de conclusão do curso ginásial ou do curso de regente de ensino. Não seriam admitidos em quaisquer dos dois cursos candidatos maiores de 25 anos. Quanto à promoção anual era necessária nota não inferior a 50 pontos (numa escala de 0 a 100) obtida nos exercícios anuais, nas provas parciais e nos exames finais. Aos diplomados no 2º ciclo era assegurado ingresso na Faculdade de Filosofia, o que se tornou realidade apenas em 1957 quando aquela instituição foi criada em Teresina.

Mantendo o regime de externato, a Escola Normal habilitava mulheres e homens que quisessem se dedicar ao magistério. A partir de 1960 facultou o ensino noturno que absorveu, principalmente, uma clientela de comerciários que aspiravam à nova atividade profissional. Contudo, uma de suas necessidades era a prestação do Serviço de Orientação Educacional, funcionando em quase todos os estabelecimentos congêneres do país, com a finalidade de auxiliar na formação moral dos alunos e na solução de seus problemas escolares e pessoais.

O corpo docente da Escola Normal em Teresina vinha sendo constituído por professores catedráticos, registrados no Ministério da Educação e Saúde, efetivados mediante concurso público, em regra, de nível superior, mas em alguns casos sem formação específica para o magistério em função da inexistência de Cursos de

¹⁶² BRITO, 1996, p. 105.

Licenciaturas¹⁶³ no Estado, o que gerou a princípio certa incompatibilidade no cumprimento da Lei que regulamentou o ensino normal em 1947. Para D. Enid Veloso,¹⁶⁴ o corpo docente

era a fina flor [grifo nosso] da intelectualidade piauiense (...). A gente saía preparada para a vida (...). Havia uma turma de professores de Pedagogia que preparavam realmente a gente para ser professor (...) mesmo que a pessoa não tivesse pendores para aquilo [está se referindo à tendência ao magistério] eles insinuavam.

A professora de Didática Raimunda Carvalho¹⁶⁵ era considerada uma referência na docência da Escola Normal nos anos de 1960. Para ela o reconhecimento do seu trabalho acontecia porque:

Eu era muito íntima das alunas, as atendia a qualquer hora, tirava dúvidas, orientava na construção dos materiais mesmo que não fossem minhas alunas (...) eu ganhei a confiança delas (...). Nós, professores, tínhamos a preocupação de saber se o aluno aprendeu, de repetir e ensinar até ele entender (...).

Funcionando desde 1925 no imponente prédio localizado na Praça Marechal Deodoro, que fora construído especialmente para abrigá-la, foi ano a ano adquirindo respeito, admiração, prestígio e porque não dizer até um certo ritual das alunas que desfilavam em frente ao espelho, localizado no *hall* superior da escada principal, para conferirem com orgulho seus impecáveis fardamentos. De acordo com a Professora Bárbara Mendes¹⁶⁶

... naquele prédio está a história da Escola Normal “Antonino Freire” (ENAF), tão aconchegante, tão qualificada em que até o rapaz da merenda, Seu Quintino, deixou lembranças em nossas vidas (...) é de lá que eu sinto saudades (...), do espelho (...), da sala do piano (...), das brincadeiras de estudante.

Foto 08 – Depoente Enid Veloso

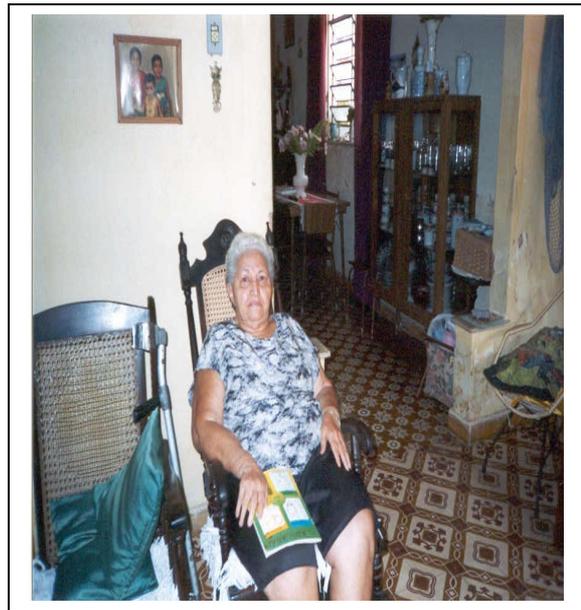
Foto 09 – Depoente Raimunda Carvalho

¹⁶³ A Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), pioneira nos Cursos de Licenciaturas no Estado começou a oferecer graduação em Geografia, História ou Filosofia a partir de sua criação oem 1957.

¹⁶⁴ Enid Matos Rocha Veloso concludente de 1954 e Secretária, Professora e Arquivista da Escola Normal por mais de 50 anos. Depoimento concedido nas dependências da UFPI no dia 03 de novembro de 2003.

¹⁶⁵ Raimunda Carvalho (Mundoca) concludente do ano de 1950 e Professora da Escola Normal de 1962 a 1992. Depoimento concedido em sua residência no dia 12 de novembro de 2003.

¹⁶⁶ Bárbara Maria Macedo Mendes concludente de 1965. Depoimento concedido em sua sala de trabalho UFPI no dia 28 de outubro de 2003.



Pertencer ao quadro discente da Normal era o desejo e o sonho de inúmeras mulheres como nos relatou a normalista Maria Sousa concludente de 1955.

... Era uma escola da qual a gente se sentia orgulhosa de pertencer (...). Nós, as alunas pobres que estudávamos lá a considerávamos o centro do mundo. (...) Na Escola Normal tinha um salão oficial, de honra, lá se faziam as festas de maior destaque da Escola, tinha também uma biblioteca e um espaço que hoje poderia ser chamado de laboratório. (...) A Escola Modelo Artur Pedreira onde nós professorandas fazíamos nosso estágio era uma Escola totalmente dirigida pelas nossas professoras de Metodologia e Didática. (...) O nosso prédio influenciava na escolha, ajudava a dar maior valor. A minha primeira dor foi quando mudaram a Escola Normal para o Instituto. Descaracterizou totalmente o Ensino Normal. Eu lecionei lá, mas não gostei, achei que tudo estava diferente (...) não tinha o mesmo calor (...) Eu senti muito quando entregaram o prédio. Por que não fizeram dali um museu da Escola Normal? Um Museu da Educação? (...) Entregaram o prédio para ser o Palácio da Cidade [sede da Prefeitura]. Antes disso lá ainda funcionou a Escola Maria de Lourdes do Complexo Escolar Zona Centro. (...) Destruíram o piano, aqueles retratos e móveis tradicionais daquela sala. Aquela nossa biblioteca e nosso laboratório não existem mais. São coisas assim que eu acho uma tristeza não ter mais. Não conservaram. Por que não deixaram? (...) Eu acho o nosso povo muito sem memória. Alguns sentem saudade, outros nem isso. A mudança ocorreu sem a menor reclamação da sociedade. Acabaram, só deixaram a saudade no coração da gente. (...) A Escola Normal hoje [EAF] é só um remendo novo num pano velho, mas resistente [ela se refere ao vigor da Escola ainda latente]. Um tecido feito de fibra. (...) Pra mim é um sonho apenas!"¹⁶⁷ [Quando a entrevistada fala do sonho está se referindo à mudança do prédio e à sistemática de ensino daquela época]



¹⁶⁷ Maria Sousa co
concedido em s

70. Depoimento
setembro de 2003.

A partir de 1966 o Ensino Normal adotou o modelo departamental que consistia na integração dos planos, interdependência e entrosamento das cadeiras ou disciplinas, visando oferecer unidade em vez da pluralidade de saberes. A formação do professor primário passou a ser oferecida em Escolas Normais de Grau Ginásial com quatro séries anuais para alunos oriundos do primário e em Escolas Normais de Grau Colegial com três séries anuais em prosseguimento àquele curso ou para alunos concludentes do ginásio regular. Este foi o caso da Escola Normal em Teresina. O seu curso era de nível colegial, recebia alunos oriundos de outras instituições e do Ginásio que criou em suas dependências no bojo do Decreto-Lei nº 1.402/47.

Esta foi a estrutura da Escola Normal Oficial nestes 25 anos de Apogeu. Pela Lei nº 46¹⁶⁸ de 18 de dezembro de 1947 passou a ser denominada de Escola Normal “Antonino Freire” (ENAF), em homenagem a um dos seus idealizadores, homem que se ocupou na sua época da educação do povo, promoveu uma renovação completa no aparelhamento educacional do Estado, deu-lhe uma nova organização, instituiu o método intuitivo nas escolas primárias, regulamentou o ensino secundário, estabeleceu a fiscalização técnica do ensino, promoveu o seu controle por meio do Conselho Superior da Instrução, implantou o Ensino Normal e procurou cercar o magistério das garantias e vantagens necessárias ao desempenho daquela tarefa. Para Leopoldo Cunha¹⁶⁹ foi a implantação do ensino normal “o mais belo fruto da sua admirável visão administrativa e a sua útil iniciativa em prol do ensino popular entre nós”.

2.2 Do currículo

¹⁶⁸ Lei Estadual nº 46 de 18/12/1947.

¹⁶⁹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1960, p. 24.

No período de vigência do Decreto-Lei nº 1.402/47 a Escola oferecia um Curso de Formação de Professor Primário (2º ciclo) identificado com a preparação pedagógica, uma vez que todas as disciplinas específicas do curso apresentavam um direcionamento a esta especificidade, senão vejamos: Psicologia Educacional, Biologia Educacional, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, além de Metodologia do Ensino Primário¹⁷⁰ e Prática de Ensino, esta executada na Escola Modelo e em outras escolas de nível primário da capital. Vide quadro abaixo:

Quadro XIV
Grade Curricular de 1947

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Português	Biologia Educacional	Sociologia Educacional
Matemática	Psicologia Educacional	Psicologia Educacional
Física e Química	Higiene e Educ. Sanitária	Higiene e Puericultura
Anatomia e Fisiologia Humana	Anatomia e Fisiologia Humana	Hist. e Filosofia da Educação
Música e Canto	Música e Canto	Música e Canto
Desenho e Artes Aplicadas	Desenho e Artes Aplicadas	Desenho e Artes Aplicadas
Educ. Fís. Recreação e Jogos	Educ. Fís. Recreação e Jogos	Educ. Fís. Recreação e Jogos
	Metod. do Ensino Primário	Metod. do Ensino Primário
		Prática do Ensino

Fonte: Decreto-Lei Estadual nº 1.402 de 27/01/1947

Além da predominância na formação do professor primário este currículo apresentava ênfase no ensino de Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Educação Física, Recreação e Jogos, pois constavam nos três anos de duração do curso. A constância de Educação Física pode ser atribuída à doutrina do Estado Novo de enaltecer a figura do Ditador e divulgar os postulados patrióticos uma vez que a Lei Orgânica do Ensino Normal fora elaborada por Gustavo Capanema, Ministro de Getúlio Vargas, e implantada no novo regime político. Sobre este tema, na aula inaugural da ENAF no ano do seu jubileu (1960) o Professor José Camilo Filho¹⁷¹ reportou-se ao ensino estadonovista como o propulsor das consciências patrióticas e humanistas e afirmou que “a escola pública entra em período de grande desenvolvimento (...). Liberdade e Humanismo, simultaneamente. Vivemos o século da educação popular, da escola pública”.

A partir de 1960, professores piauienses foram enviados para o Espírito Santo, Minas Gerais e Estados Unidos da América com a finalidade de se especializarem em

¹⁷⁰ A Professora Mundoca comentou em seu depoimento que essa Metodologia era de cunho teórico e que só tornou-se prática após o Curso de Supervisão do Ensino Elementar realizado em Colatina (ES) em 1963 em que 16 professores piauienses participaram.

¹⁷¹ Camilo Filho, In: SECRETRIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1960, p.17-18.

Coordenação, Supervisão, Didática e Alfabetização. De volta a este Estado, trouxeram inovações didático-metodológicas que se incorporaram ao Ensino Normal ministrado principalmente na Escola Normal “Antonino Freire”.

Uma estrutura curricular, de base departamental implantada na Escola Normal a partir de 1966, possibilitou, segundo seus gestores, flexibilidade, liberdade, praticidade e objetividade ao ensino. Nesta nova organização competia ao CFE determinar as disciplinas obrigatórias, ao CEE as disciplinas complementares e aos estabelecimentos de ensino as disciplinas optativas, como pode ser conferido no quadro abaixo. As disciplinas afins eram agrupadas em Divisões e estas em dois Departamentos. No Departamento de Cultura Geral constavam a Divisão de Língua e Literatura, a de Estudos Sociais, a de Ciências Naturais, dentre outras. O Departamento de Cultura Profissional era constituído pela Divisão de Fundamentos da Educação e Divisão de Prática de Ensino e das Metodologias que segundo a Professora Mundoca,¹⁷²

pela primeira vez foram introduzidas para serem trabalhadas de forma prática em cada área específica do ensino de 1º Grau. Cada Divisão ou Departamento tinha um coordenador (professor integrante do estabelecimento) para servir por um ano, responsabilizando-se pelo planejamento e execução do plano integrado teoria-prática. Este currículo teve duração até 1972 quando sofreu nova reestruturação.

Quadro XV
Grade Curricular de 1966

	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Disciplinas Obrigatórias indicadas pelo Conselho Federal de Educação	Português	Português	
	Geografia	Matemática	
	História	Ciências Fís. e Biol.	
Disciplinas Complementares indicadas pelo Conselho Estadual de Educação	Metod. da Ling.Pátria		Metod. da Ling. Pátria
		Metod. da Matem.	Metod. da Matem.
	Metod. das Ciências		Metod. das Ciências
		Metod. dos Est. Soc.	Metod. dos Est. Soc.
			Fund. Hist. Fil . Sócio.
	Fund. Biológicos	Fund. Psicológicos	Fund. Psicológicos

¹⁷² Raimunda Carvalho (Mundoca) Professora da Escola Normal.

Disciplinas Optativas*	1ª Disc. Optativa	2ª Disc. Optativa	2ª Disc. Optativa
Práticas Educativas**	Ed. Física	Ed. Física	Ed. Física
	Qualquer das relacionadas pelo Conselho Estadual de Educação		

Fonte: Quadro criado a partir de dados constantes do Diário Oficial de 10/03/1966.

* Disciplinas Optativas: Práticas Escolares (estatística educacional, legislação do ensino, escrituração escolar, correspondência oficial da escola, etc); Música e Canto; Desenho Pedagógico e Artes Aplicadas; Técnicas Audiovisuais; Artes Industriais; Técnicas Agrícolas.

** Práticas Educativas: Educação Física (obrigatória até os 18 anos); Educação Moral e Cívica; Educação Artística; Artes Femininas; Educação Doméstica.

2.3 Da matrícula e concludentes

Para facilitar a análise subdividi o período em décadas. Assim tivemos, de 1947 a 1956 uma procura essencialmente feminina e uma ascensão inicial na matrícula seguida de um pequeno decréscimo nos últimos anos, como pode ser constatado no quadro abaixo. Este fato pode ser atribuído à rigorosa disciplina imposta pela Escola

... muito rigorosa tanto na disciplina quanto na questão de orientação pedagógica. (...) Neste dia era um rigor terrível [está se referindo à exatidão que deveria ser observada durante os desfiles cívicos]. Tinha uns professores que eram chamados feras, muito intransigentes (...) e as meninas saíam da Escola [Normal] e iam para o CSCJ porque não agüentavam a carga, a gente era cobrado justamente pra isso, para se sobressair (...).¹⁷³

Quanto às concludentes o número manteve-se constante o que me assegura afirmar que a persistência, a perseverança e o querer ser professora eram características das normalistas daquela década.

Quadro XVI
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1947 a 1956

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1947	51	*	*	-	-	*	54
1948	*	*	*	-	-	*	33
1949	*	*	*	-	-	*	26
1950	46	53	45	-	-	144	43
1951	72	37	38	-	-	147	38
1952	71	33	24	-	-	128	24
1953	97	44	19	-	-	160	18
1954	86	20	29	-	-	135	28

¹⁷³ Maria Sousa concludente de 1955.

1955	55	26	21	-	-	102	21
1956	29	44	31	-	-	104	29

Fontes variadas¹⁷⁴

* Dados não localizados

- Série não existente

Foto 11– Formandos de 1950



Fonte: Arquivo pessoal Prof^o Raimunda Carvalho (Mundoca)

No final da década de 50 e durante os anos 60, a Escola Normal cresceu em qualidade, pois os seus egressos foram os responsáveis pela melhoria educacional do Estado e; em quantidade como mostra o quadro de matrículas e concludentes abaixo. Na época, a procura pelo curso normal era a comprovação da visão ideológica de que a profissionalização seria a melhor opção para os filhos das famílias menos abastadas, “o curso perde a clientela da elite e passa a atender a classe média.”¹⁷⁵ Esta popularização levou a Escola Normal a oferecer o curso em horário noturno ampliando a sua capacidade de atendimento.

Quadro XVII
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1957 a 1965

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1957	25	43	30	-	-	98	29

¹⁷⁴ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

¹⁷⁵ Raimunda Carvalho, Escola Normal: 74 anos. In: Educação Hoje, 1984, p. 09.

1958	27	28	43	-	-	98	40
1959	18	29	30	-	-	77	29
1960	89	24	28	-	-	141	28
1961	38	82	25	-	-	145	24
1962	65	80	32	-	-	177	32
1963	*	*	*	-	-	*	78
1964	*	*	*	-	-	*	49
1965	*	*	*	-	-	*	66

Fontes variadas¹⁷⁶ * Dados não localizados - Série não existente

Os últimos sete anos do período em apreço mantiveram a escala de ascensão como pode ser comprovado pelo número de formandos que se elevou de 106 em 1966 para 553 no ano de 1972.

Quadro XVIII
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1966 a 1972

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDAENTES
1966	*	*	*	-	-	*	106
1967	*	*	*	-	-	*	211
1968	*	*	*	-	-	*	388
1969	*	*	*	-	-	*	444
1970	515	426	414	-	-	1.355	411
1971	700	538	486	-	-	1.724	383
1972	1.084	740	581	-	-	2.405	553

Fontes variadas¹⁷⁷ * Dados não localizados - Série não existente

Assim, como os próprios números revelam, o prédio já não suportava tão grande demanda mesmo com as medidas do Professor Afrânio¹⁷⁸ “(...) Fui aproveitando os espaços, cheguei a transformar os porões da Escola Normal em salas de aula (...)”. O governo então resolveu construir um outro com as instalações necessárias às novas exigências pedagógicas. A mudança para o novo prédio deu início a uma nova fase da história da ENAF.

2.4 Dos cursos anexos à Escola Normal

O Decreto-Lei nº 1.402/47 determinava a manutenção de escolas primárias anexas às Escolas Normais para a demonstração e prática de ensino. Para atender a esta

¹⁷⁶ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Afrânio Messias Alves Nunes Professor e Diretor da Escola Normal na década de 60. Depoimento concedido em sua residência no dia 03 de novembro de 2003.

determinação, a ENAF manteve a Escola Modelo Artur Pedreira até aproximadamente o ano de 1955. Depois o estágio passou a ser realizado nos grupos escolares estaduais, prática que já vinha coexistindo há alguns anos. Segundo a depoente Maria Sousa¹⁷⁹ na década de 50 a Escola tinha também um Jardim de Infância.

Pelo mesmo Decreto-Lei acima citado foi extinta, segundo D. Enid Veloso, a Escola de Adaptação que havia sido criada em 1932 e instalado o Ginásio, anexo à Escola Normal, que funcionou regularmente até 1971. O curso ginásial, de frequência exclusivamente feminina, tinha por finalidade oferecer formação de cultura geral e oportunizar o ingresso no curso normal de 2º ciclo que a Escola mantinha. Sua criação provocou um transtorno na vida escolar das normalistas como esclarece D. Enid Veloso¹⁸⁰

... porque ninguém queria voltar para fazer o Ginásio, e todo mundo teve que voltar. As que estavam no 3º e 4º ano não voltaram porque a Assembléia Legislativa amparou (...). Muita gente abandonou a Escola Normal para não voltar. Só ficou quem queria mesmo ser professora.

O apogeu da Escola Normal corresponde ao período em que no Brasil foram implantadas a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 1961) e a Lei nº 5.692/71 que regulamentou o Ensino de 1º e 2º Graus. Enquanto que o Piauí recebia a contribuição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e executava um projeto administrativo de desenvolvimento integrado que contemplava a educação o que tornou possível a instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A denominação de Apogeu a este período da Escola Normal no Piauí se justifica pela sua proposta de alfabetização do povo e pelo seu brilhantismo face ao desempenho dos professores da Instituição dos quais se destacam as “missionárias” – Firmina Sobreira, que durante anos dirigiu a Escola Modelo e depois a Escola Normal (1930 a 1933) e Raimunda Carvalho (Mundoca) professora e também diretora, ambas dedicadas fervorosas ao serviço da educação. Elas imprimiram à Escola Normal o respeito e o caráter de

¹⁷⁹ Maria Sousa concludente de 1955.

¹⁸⁰ Enid Matos Secretária da Escola Normal.

entidade renomada na formação de professores, marcando definitivamente a história da educação piauiense e principalmente garantindo o alto conceito que a instituição gozava no seio desta sociedade.

Foto 12 – Depoente Jesus Santana



No entendimento de Jesus Santana “A Escola Normal, como tal, era uma grande referência no Estado em matéria de educação, assim como o Liceu, formou as maiores elites principalmente femininas, porque não existia ensino superior no Piauí.”¹⁸¹

Fonte: Arquivo pessoal da Profª Jesus Santana

Foto 13 – Normalistas das décadas e 60 e 70

¹⁸¹ Maria de Jesus Silva Santana concludente do ano de 1964, Professora e Coordenadora da Escola Normal nas décadas de 70 e 80. Depoimento concedido em seu local de trabalho, Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba, no dia 11 de novembro de 2003.



Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª Raimunda Carvalho (Mundoca)

De acordo com Fátima Melo

... o Instituto [está se referindo à Escola Normal] foi importante no período que não existiam as Universidades e era uma Escola de destaque para as pessoas da classe alta. A partir da década de 70 começou a se popularizar ... surgem as Universidades. Entretanto, no início da década de 80 ainda se passa como importante (...).¹⁸²

No período do Apogeu, o magistério primário foi, na quase totalidade, exercido por professoras oriundas da ENAF, elas se realizavam na missão de educar, missão esta que as tirava do espaço estritamente doméstico e as colocava na comunidade como pessoas de status elevado e de referência cultural. Expressão como “o marido da professora” mostrava a posição social exercida pelas professoras de então. A sociedade lhes conferia gratidão o que as impulsionava a superar suas possíveis falhas, mostrando que além de dona de casa a mulher era capaz de ocupar funções no mercado de trabalho. A educação daquela época fez nascer na mulher o ideal feminista calcado no prestígio profissional que a sociedade lhe atribuía. Tão grande era o pensamento de bem servir, de superar-se e o reconhecimento da sociedade de então, que pouco significava a ínfima remuneração recebida. Por isso não eram cogitadas naqueles anos as atuais formas de lutas por melhores salários. Este foi um período de devotamento ao magistério, principalmente o primário. “Quem cursou o primário de 1930 a 1950 hoje é doutor.”¹⁸³

O ensino era considerado de boa qualidade, visto que as normalistas saíam da Escola devotadas e empenhadas para exercer o magistério no melhor de suas potencialidade. A Professora Bárbara¹⁸⁴ fala dos excelentes professores, especialmente os das áreas de Metodologia, Didática e Prática de Ensino da década de 60 que

... despertavam em nós [normalistas] o interesse pela formação com qualidade (...). Essa foi a Escola Normal que eu estudei (...) foi lá que aprendi a ser tudo o que sou. *Eu sou apaixonada pela Escola Normal* [grifo nosso]. O seu conceito nos anos 60 é dez (...). Quando saía um professor [concludente] a comunidade ficava muito feliz (...) também era um motivo de orgulho da Escola que o recebia (...). Estou falando da verdade que eu vivi (...) e da paixão que eu sinto hoje de ser professora.

¹⁸² Maria de Fátima Melo. Professora desde os anos 90 e atual (2003) Coordenadora do Instituto de Educação Antonino Freire. Depoimento concedido no IEAF no dia 24 de novembro de 2003.

¹⁸³ Informações obtidas de depoente que não permite identificação.

¹⁸⁴ Bárbara Mendes concludente da década de 60.

D. Maria Sousa¹⁸⁵ também se reporta à qualidade do ensino dizendo

... A Escola foi muito importante porque toda a minha vida começou ali (...). A formação científica que recebi na Escola foi muito boa porque 17 anos depois, sem nenhum estudo adicional, fiz vestibular na UFPI e fui aprovada em Pedagogia e Direito. (...) a minha formação foi boa de toda forma, porque o que eu sou vem daquele tempo.

Baseada em um dos objetivos da história cultural “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”¹⁸⁶ fiz uso de variadas fontes, em especial a oral, pois foram “estes esquemas intelectuais [suas representações] incorporados que criaram as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.¹⁸⁷ O uso da memória gerou uma representação que foi entendida como “instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”.¹⁸⁸ Assim, a ENAF se fez presente na memória de vários depoentes que a reconstituíram tal como ela foi.

O Apogeu da Escola Normal tratado neste capítulo pode ser constatado através do crescimento expressivo da matrícula (de 30 em 1947 para 2.405 em 1972) como também nas falas emocionadas de quem a viveu e que infelizmente a escrita jamais poderá expressar. Por isso a necessidade da história oral, pois só ela permite sentir a embargação da voz, o brilho do olhar e a empolgação dos que foram atores e autores dessa história. O Professor Afrânio Nunes¹⁸⁹ foi um dos depoentes que me transmitiu esta emoção ao relatar que

... como professor, era um prazer imenso lidar com gente (...) eu trabalhava os três turnos e não me cansava (...). A Escola Normal assumiu um papel importantíssimo na vida cultural do Estado. Marcou época na educação e continua marcando, mas diferente de hoje porque o ensino era altamente qualificado (...). O conceito da Escola Normal para a sociedade era o mais elevado possível. Fazer o curso na Normal significava que era uma boa professora, de

¹⁸⁵ Maria Sousa concludente de 1955.

¹⁸⁶ CHARTIER, 1990, p. 16-17.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 17.

¹⁸⁸ Ibidem, p.20.

¹⁸⁹ Afrânio Messias Alves Nunes Professor e Diretor da Escola Normal na década de 60.

conduta ilibada, de moral elevada, boa para a sociedade. (...) Amei a Escola Normal. Foi minha vida. Eu me realizei como professor (...) *se fosse começar a vida, eu faria tudo de novo e começaria exatamente como professor da Escola Normal* [grifo nosso] (...). Me despedi da Escola Normal com muita saudade. A tristeza que me dominou, que me apanhou, deu-me a impressão que eu tinha perdido a vida. [silêncio emocionado do depoente].

Capítulo V

DE ESCOLA NORMAL A INSTITUTO DE EDUCAÇÃO (1973 – 2003)

Para melhor entendimento divido este capítulo em dois itens. No primeiro retrato peculiaridades da vida teresinense/piauiense nas três décadas finais no intuito de situar o leitor desta obra no cenário em que ocorreu a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação cujos principais fatos abordo no segundo item do presente capítulo.

1. Panorama Social, Político, Econômico e Histórico do Piauí nos últimos 30 anos

O Piauí contava em 1970 com 114 municípios. Esta divisão política veio se modificando com a criação de novas unidades administrativas; na década de 80 foram quatro; na década de 90 cento e três, tendo atualmente (2003) duzentos e vinte e três municípios nos seus 251.311,5 Km² de área legalmente demarcada. Os recenseamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1970 e 2000 informam o crescimento populacional do Piauí e sua capital Teresina nos últimos 30 anos. O Estado sobe de 1.680.576 para 2.841.202 e Teresina de 181.062 para 714.583 habitantes aproximadamente.¹⁹⁰

A urbanização no Piauí vem ocorrendo de forma acelerada e desigual. Teresina apresenta a maior densidade demográfica do Estado e sua população vem crescendo em função da migração proveniente de outras áreas do interior e de Estados vizinhos. Tal crescimento teve impulso com os investimentos públicos que dotaram a capital de infraestrutura e da construção de conjuntos habitacionais que ofereceu mão-de-obra, mas infelizmente não abrigou o novo teresinense. A partir de 1970 foi-se formando uma periferia urbana com uma massa de desempregados e subempregados recebendo do poder público, políticas assistencialistas e compensatórias. Orientados por assistentes sociais e pela Igreja os residentes periféricos criaram as Associações de Moradores, resultando no surgimento da Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) como plataforma de suas reivindicações. Em 1990, o processo de favelização alcançou uma grande expansão, provocando o aumento de meninos de rua e pais desempregados, pois a população em idade ativa cresceu e o mercado não absorveu a

¹⁹⁰ Dados retirados de fontes variadas, especialmente de Adrião Neto, 2003.

demanda. Esta população desempregada passa a se inserir na atividade comercial informal (camelôs), ocupando o centro da cidade, nos subempregos, ou passa a usar indiscriminadamente os recursos naturais ainda disponíveis como a pesca no Rio Parnaíba e Poti, extração de seixo, pedra ou areia no leito destes rios e fabricação de carvão vegetal como meio de subsistência. Por ocasião do sesquicentenário de Teresina, em agosto de 2002, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Sustentável desta Capital, conhecido como Agenda 2015, inspirada na Agenda 21 que defende um desenvolvimento sustentável do Planeta. Estabelece o Plano, objetivos e metas a serem alcançados de 2002 a 2015 em todas as áreas do desenvolvimento da capital, principalmente os citados anteriormente.

Os anos 70 foram de grande progresso para o Piauí que, a exemplo do Brasil, vivia o chamado *milagre econômico*, atingindo a taxa de crescimento de 14% ao ano. Os piauienses João Paulo dos Reis Veloso, Ministro de Planejamento dos governos Médice e Geisel e, Petrônio Portella, Presidente de Congresso Nacional e posteriormente Ministro da Justiça, contribuíram para a remessa de recursos federais destinados a importantes obras no Estado. No final da década, todas as cidades do Piauí estavam alcançadas com a eletrificação e o fornecimento de água. Vários empreendimentos industriais foram implantados como a Fábrica de Coca-Cola, de Massas Alimentícias, de Pasteurização de Leite, de Confecção de Roupas e Colchões e de Tecelagem. O incremento da construção civil que fez surgir grandes empresas e fábricas de concretos e pré-moldados. Ainda no campo da indústria, no ano de 1980 foi instalada a fábrica de Cerveja Antártica.¹⁹¹

Nos últimos 30 anos diversos segmentos comerciais tiveram destaque como: os supermercados, as concessionárias das quatro grandes montadoras do país (Volkswagen, Ford, General Motors e Fiat), as lojas de eletrodomésticos, de material de construção e de confecções, inclusive as primeiras *boutiques*. Em 1970 foi fundado o Clube de Diretores Lojistas de Teresina (atual Câmara de Dirigentes Lojistas de Teresina), implantando-se em seguida o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). No ano de 1984 foi inaugurado o primeiro *shopping* (Jockey Center) e nesta década começa a acontecer a descentralização do comércio teresinense expandindo-se para os bairros Parque Piauí, Dirceu Arcoverde, Mocambinho e para duas avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia que se consolidaram como zona de comércio de veículo na cidade de Teresina. Como se vê a capital deixou

¹⁹¹ Tajra, J. E; Tajra Filho, J.E. In: SANTANA, 1995, p.148-152.

definitivamente de ser um município agrícola, concentrando sua força de trabalho na indústria e principalmente no comércio e na prestação de serviços, sendo responsável por 75% da atividade econômica do Estado. As feiras realizadas anualmente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE/PI) “Piauí Mostra Mulher” e “Feira da Pequena e Micro Empresa do Piauí” (FEPEME) mostram a excelência da confecção piauiense, atraindo comerciante das mais diferentes localidades da região e do país. No final do século XX foram inaugurados os dois grandes *shoppings* de Teresina o Riverside Walk Shopping (1996) e o Teresina Shopping (1997). Também na década de 90 foi lançado o “Pacto Piauí”, movimento que visa estabelecer um processo de cooperação entre empresários, governo e sociedade organizada, no sentido de promover o desenvolvimento auto-sustentável do Estado.

A atividade agro-pastoril das três últimas décadas apresenta dois pólos bem distintos: vemos de um lado um Piauí que evolui com agricultura¹⁹² e fruticultura (caju e manga) mecanizadas e irrigadas, melhoramento do rebanho de animais de pequeno porte (ovino e caprino) e excelência na produção de mel de abelha; de outro lado os projetos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), do Pólonordeste e do Vale de Parnaíba, com o uso de práticas distorcidas, não proporcionando resultados significativos aos pequenos produtores que deles não se beneficiaram e continuaram a praticar a agricultura da maneira tradicional, utilizando precariamente o solo e destruindo as matas, procedimentos agravantes na extinção de animais silvestres e assoreamento dos rios, dentre outros malefícios à natureza.

Diante dessa situação, a sociedade piauiense começou a despertar para a necessidade de acompanhar e fiscalizar atividades que envolvam a natureza. A construção da ponte sobre o Rio Poti e o prolongamento da via férrea para uso do metrô, ambas em Teresina, foram alvos de discussões e interferências da comunidade em busca do projeto que melhor contemplasse a proteção do meio ambiente. Dentre os problemas ambientais que afetam o ecossistema deste Estado incluem-se a caça predatória de animais silvestres, prática rotineira de queimadas, precariedade de saneamento básico, tratamento inadequado do lixo na maioria dos municípios, degradação da área dos manguezais e desertificação provocada pelo uso intenso do solo e extração mineral (Gilbués). Estes problemas vêm

¹⁹² Cultivo de arroz e soja como monoculturas voltadas para a exportação.

sendo atacados a partir da criação das unidades de conservação: Parques Nacionais de Sete Cidades, da Serra da Capivara, da Serra das Confusões, das Nascentes do Rio Parnaíba; Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, da Serra da Tabatinga, da Serra da Ibiapaba, da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras, da Lagoa de Nazaré e do Rangel; Áreas de Preservação Permanente (APP) da Chapada do Araripe, da Serra da Capivara e Baixão das Andorinhas, da Serra do Cumbre e Chapada da Pedra Hume; Estação Ecológica de Uruçuí e Reserva Marinha do Delta do Parnaíba, além das Unidades Estaduais de Conservação: Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu e Zoobotânico do Piauí e das Unidades Municipais de Conservação de Teresina: Parques da Cidade, Ambiental Encontro dos Rios e Municipal da Floresta Fóssil. Em todo o Estado existem ainda unidades de preservação de iniciativa privada, chamadas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Ao lado destas unidades de conservação, várias organizações prestam serviço na área de defesa e preservação do meio ambiente como a Fundação Rio Parnaíba (FURPA) e a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM).

Muitos dos parques e unidades ecológicas citadas acima são utilizados pelo turismo, atividade que mais vem se desenvolvendo no Piauí. Estado considerado um paraíso do ecoturismo que se estende de norte a sul, dispondo de atrações como: o complexo litorâneo formado por praias, dunas, lagoas e o Delta do Parnaíba, único das Américas em céu aberto; o Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu e Sete Cidades, ambos com estrutura hoteleira; as jazidas da melhor opala do mundo, açudes e sítios arqueológicos em Pedro II; a Pedra do Castelo palco de lendas e mistérios, no município de mesmo nome; os *canyons* do Rio Poti; os parques ambientais e florestais de Teresina; a Chapada do Araripe, uma das mais importantes localidades fossilíferas da idade cretácea; o “Berço do Homem Americano” na Serra da Capivara cujo parque foi elevado à categoria de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1991; os sítios arqueológicos da Serra das Confusões e os poços jorrantes de Cristino Castro.

Além do turismo ecológico, outras atrações são oferecidas pelo Estado como: as festas religiosas de Campo Maior (Santo Antonio), de Teresina (encenação da Via Sacra no Monte Castelo), de Oeiras (procissão do fogaréu) e a romaria a Santa Cruz dos Milagres; as festas juninas que acontecem especialmente no Parque Poticabana em Teresina; as feiras

agropecuárias realizadas nas principais cidades; as temporadas de verão em Luís Correia; o Zé Pereira de José de Freitas e os carnavais de Barras, Floriano e São Raimundo Nonato; a feira permanente de Troca-Troca no cais do Rio Parnaíba; a micarina; o festival de violeiros e o Salão Internacional do Humor em Teresina; os campeonatos de moto e/ou carro, principalmente o Piocera-Cerapió envolvendo os Estados do Piauí e Ceará que atrai praticantes deste esporte de todo o Brasil; a visita aos espaços culturais: Memorial Tertuliano Brandão em Pedro II, Museu do Zé Didor e o Monumento Heróis do Jenipapo em Campo Maior, Museu do Piauí e Casa da Cultura em Teresina, Museu e Casa da Cultura em Amarante, Museu da Arte Sacra e Patrimônio Histórico Nacional em Oeiras e Museu Ozildo Albano em Picos; e a exposição e comércio do artesanato de Parnaíba no Porto das Barcas (antigo cais), da cerâmica do Poti Velho no Encontro dos Rios, da arte santeira esculpida em madeira e outras peças na Central de Artesanato de Teresina. Pode ser incluída ainda como atividade turística, o turismo de negócios (Encontros, Congressos, Simpósios) que acontecem constantemente nesta capital em função de sua característica acolhedora e da infra-estrutura hoteleira de que dispõe.

Associado ao turismo está o rico folclore piauiense assim representado pelas festas religiosas do Divino, Iemanjá, Reisado e Santos Padroeiros; danças como a do Cavalo Piancó e Bumba Meu Boi; lendas especialmente a do Cabeça de Cuia; comidas típicas exemplo do Baião-de-Dois, Maria Isabel e Paçoca e pela linguagem corriqueira cheia de expressões como a “Do Tempo do Bumba” e outras freqüentemente utilizadas na prática das Emboladas e Literatura de Cordel. O folclore que vem sendo manifestado durante toda a História do Piauí, recebeu maior atenção nas últimas décadas através da recuperação e construção de espaços culturais (Teatro 4 de Setembro, do Boi e de Arena, Clube dos Diários, Adro da Igreja de São Benedito, Parque Poticabana, Avenida Marechal Castelo Branco e demais logradouros públicos) onde acontecem os espetáculos artísticos em Teresina.

Somando-se às manifestações folclóricas outras atividades expressam ainda a cultura do piauiense. Dentre elas a arte cênica praticada por grupos amadores que fazem teatro no Piauí e que também já se apresentaram em Goiânia no ano de 1979, no Rio de Janeiro em 1983/1986/1994, em Brasília no ano de 1994 e em outras unidades de Federação; e a música cuja reprodução dos artistas se fazia a priori sob forma de

treinamento, mas que vem tomando grande impulso desde a criação de um curso na UFPI e da Escola de Música de Teresina; esta arte vem ocupando espaço nas danceterias, salões de forró, barzinhos, apresentações das bandas marciais em solenidades cívicas e outras ocasiões. No âmbito das composições musicais, faço referência à de Aurélio Melo e Zé Rodrigues intitulada Teresina, que ganhou popularidade e encanta o piauiense pela sua letra e musicalidade assim como Aquarela do Brasil fascina a nação brasileira.

Teresina

Aurélio Melo e Zé Rodrigues

Você me deixa tonto-zonzo
Quase como louco de encantamento
Eu desanoiteço no seu todo de mulher
No verde dos seus olhos de menina
Seu olhar de Querubina faz o sol me esquentar
E quando é noite a lua nina Teresina
Que desatina até o sol raiar

De manhã eu olho pra Timon
E sinto um gosto bom de Parnaíba a desaguar
Então eu choro transbordantemente
De alegre enchente no meu coração
São dois veios vivos como as águas claras
Desse Parnaíba que não voltam mais
Apenas olham minha Teresina
Como quem delira na beira do cais
Ai troca, quem troca destroca
Minha Teresina
Não troco jamais.

O belo poema acima faz parte do acervo literário piauiense que conta dentre outros talentos da atualidade com a literatura de H. Dobal, Francisco Miguel de Moura, Hardi Filho, Herculano Moraes, Maria Nerina Pessoa Castelo Branco, dentre tantos e o romance de Assis Brasil, O.G. Rego de Carvalho, Fontes Ibiapina, Alvina Gameiro, William Palha

Dias, Castro Aguiar, Lilizinha Castelo Branco de Carvalho, Cláudio Pacheco, Esdras do Nascimento e muitos outros que estão a escrever num Estado onde faltam leitores e mercado. Dentre as obras destes escritores foram destaque nacional “Vida Gemida em Sambambaia” de Fontes Ibiapina por ter conseguido o Primeiro lugar¹⁹³ no 7º Concurso Nacional realizado pelo Clube do Livro em São Paulo no ano de 1985 e “Beira Rio, Beira Vida” de Assis Brasil que ganhou o prêmio WALMAP¹⁹⁴ em 1975. A APL que congrega os literatos piauienses conta também, dentre os seus imortais, com Fides Angélica de Castro Veloso Mendes Ommati, Celso Barros Coelho, Wilson de Andrade Brandão, produtores de temas jurídicos.

A divulgação das diversas modalidades culturais e a comunicação de massa no Piauí é feita atualmente pelas emissoras de rádio ondas médias (AM), sendo mais conhecidas as que foram instaladas de 1940 a 1962, referidas no capítulo anterior; emissoras FM proliferadas no final do século passado em todo o Estado; imprensa escrita nos vários jornais já existentes e os que começaram a circular depois de 1970 como é o caso do Jornal da Manhã, O Correio do Piauí, Diário do Povo e o Meio Norte, e ainda pelos principais canais de televisão hoje em funcionamento: TV Rádio Clube (1972), TV Cidade Verde (1986), TV Antena 10 (1986), TV Piauí (1986) antiga TV Educativa e TV Meio Norte (1995), todas afiliadas das grandes redes de televisão do país.

Vários acontecimentos marcaram a História do Piauí de 1973 a 2003. Foram episódios que sinalizaram para mudanças no que se refere à educação, lazer e política e que de certa forma estão relacionados com a administração pública. A implantação da UFPI, da Fundação de Desenvolvimento do Ensino do Estado do Piauí (FADEPI) hoje Universidade Estadual (UESPI) e sua interiorização, do Programa de Bolsas de Estudo e da TV Educativa; a construção do Estádio Albertão, dos Terminais de Petróleo e Rodoviário, do Pré-Metrô, dos Parques Poticabana e de Exposição Agropecuária, do Ginásio de Esportes O Verdão, dos Quartéis do Corpo de Bombeiro e Comando Geral da Polícia Militar, da Penitenciária Major César, dos Centros de Ensino Básico (Escolões) e de Atendimento Integrado à Criança (CAIC's); a instalação do Projeto Piauí que à época abordou uma dinâmica e desenvolvimento integrado envolvendo todas as áreas da administração pública estadual e da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPRO); a criação da

¹⁹³ Moura, In: SANTANA, 1995, p. 219.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 221.

Empresa de Turismo Piauiense (PIEMTUR), da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI) e da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí (COMDEPI) e do Parque Nacional da Serra da Capivara; a reforma do ensino fundamentada na Lei nº 5.692/71.

Nesse período de intensas realizações aconteceram ainda três episódios que merecem referência. Um deles foi a grande greve dos professores públicos estaduais no ano de 1990 que provocou a perda do ano letivo.¹⁹⁵ Outro foi a exposição da faixa “Santo Padre o Povo Passa Fome” que um grupo de estudantes estendeu por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Teresina demonstrando o grau de insatisfação dos piauienses, principalmente os das camadas inferiores, pela falta de políticas sociais. Finalmente a cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Governador do Estado, fato inédito na história política brasileira.

Quanto à educação nestes últimos trinta anos, o Piauí foi o segundo Estado a implantar a reforma de ensino decorrente da Lei nº 5.692/71,¹⁹⁶ perdendo apenas para o Rio Grande do Sul. Esse pioneirismo deve ter sido impulsionado pelo Diagnóstico Educacional elaborado em 1970 pela SEED e publicado no ano posterior contendo as seguintes informações:

O Diagnóstico Educacional apresentava, com relação ao ensino primário:

- a) elevado déficit de atendimento escolar na faixa etária de 7 a 14 anos da ordem de 42%;
- b) índice de reprovação da ordem de 41,2%;
- c) baixíssimo índice de conclusões de curso atingindo apenas 1,9%;
- d) falta de qualificação do pessoal docente, com 29,2% de professores diplomados (normalistas) e 70,8% de professores leigos, parte dos quais não possuíam o primário completo;
- e) inadequação da rede física, pois dos 3.329 prédios escolares existentes apenas 820 eram próprios, construídos para fins escolares, 406 eram adaptados e 2.094, não apresentavam as mínimas condições para funcionamento de uma escola;

¹⁹⁵ Para outros esclarecimentos confira FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Do ocaso aparente ao aparente investimento: a situação do magistério e do atendimento ao aluno a história recente da rede estadual de ensino do Piauí (1988 a 2000). Teresina: 2002. 205 p. Dissertação (Mestrado em Educação – História da Educação) – Universidade Federal do Piauí.

¹⁹⁶ Lei Federal nº 5.692 de 11/08/1971.

- f) ensino predominantemente mantido pelo Estado, concorrendo com 45,4% da rede, enquanto a rede municipal concorria com 41,7%, a rede particular com 11,4% e a rede federal com 1,5%;
- g) precárias condições do pessoal técnico com apenas 72 Supervisores de Ensino, todos com formação de nível médio, para atender a 7.227 professores, do que resultava em um atendimento quantitativo e qualitativamente deficitário;
- h) desarticulação entre o ensino primário e o ensino médio, gerando um hiato evidenciado pela elevação do número de reprovações nos exames de admissão ao ginásio;
- i) grande concentração de matrículas na 1ª série que concorria com o percentual de 67,0% contra 15,0% na 2ª série 9,0% na terceira série, 6,0% na quarta série, e apenas 3,0% na quinta série;
- j) significativa distorção idade-série.

O Diagnóstico Educacional registrava ainda, em relação ao ensino médio:

- a) predominância do ensino privado. Das 93 unidades escolares apenas 23 eram mantidas pelo Estado, do que resultava o elitismo do sistema, pois só os mais abastados economicamente podiam pagar a escola particular;
- b) desarticulação entre o ensino médio e o superior, obrigando os egressos daquele ensino que desejassem ingressar nesse recorrerem aos “cursinhos” para lograrem êxito no vestibular;
- c) inadequação do ensino técnico ao mercado de trabalho resultando na evasão de egressos desses cursos para outros Estados à procura de emprego;
- d) baixa qualidade do ensino normal, com reflexos no precário desempenho dos professores primários;
- e) baixo rendimento dos cursos de madureza ministrados pelo Projeto Minerva, atribuída à inadequação de métodos e processos de ensino e ao baixo nível de formação dos monitores.¹⁹⁷

Além da realidade evidenciada naquele diagnóstico, os indicadores econômicos e sociais divulgados pela SUDENE alertavam os administradores para a urgente necessidade de retirar o Piauí do marasmo em que se encontrava. Daí o otimismo com que o governo estadual aderiu à Lei nº 5.692. A mística da reforma no ensino foi tanta que o pessoal docente, técnico e administrativo acatou a idéia de se reciclar através de treinamentos patrocinados pelo MEC e UFPI e ainda submeter-se a vestibular e cursos específicos de Supervisão e Administração Escolar e Licenciaturas Curtas, realizados também pela Universidade Federal no período das férias escolares. Paralelo às iniciativas para a

¹⁹⁷ BRITO, 1996, p. 161-162.

implantação da reforma, a SEED, de acordo com o Parecer nº 853/71,¹⁹⁸ criou em 1972 um curso de Habilitação Específica de 2º Grau, destinado a professores leigos da zona rural e outro para complementar o Curso de Emergência. O curso referido ficou conhecido como Pedagógico Parcelado, era executado pelo Centro de Treinamento de Pessoal para Educação e Cultura (CENTREPEC) e Escolas Normais e foi iniciado em 27 de novembro de 1972. Possuía um caráter específico de natureza supletiva em regime intensivo compreendendo etapas diretas (férias escolares) e períodos intermediários. A grade curricular foi montada em consonância com a realidade da clientela e os princípios da 5.692/71. No decorrer da execução do Pedagógico Parcelado a experiência exigiu constantes alterações e uma atenção mais apurada nos aspectos qualitativos do curso para melhorar o desempenho do professor nas escolas rurais.¹⁹⁹

Em razão do alto custo para a implantação da Lei nº 5.692/71, o Estado adotou como estratégia de operacionalização a intercomplementaridade sob a forma de complexo escolar para o ensino de 1º grau e de centro interescolar para o ensino de 2º grau, incluído neste, o ensino normal. Compunha um centro escolar, uma Unidade Escolar Central Profissionalizante e várias Unidades Escolares Periféricas de Educação Geral que realizavam o intercâmbio de alunos como explica Itamar Brito²⁰⁰:

No centro interescolar as unidades integrantes mantinham a autonomia administrativa e didática, agrupando-se apenas para fins de complementação de currículos. O aluno não era matriculado na unidade central, como ocorria no complexo escolar, mas nas unidades periféricas, realizando apenas os créditos da parte de formação especial do currículo em outra unidade escolar de caráter profissionalizante.

Essa experiência foi praticada pelo IEAF na condição de Unidade Central Profissionalizante, recebendo alunos de outras escolas de 2º grau da capital como constatei em pastas existentes no seu Arquivo. A estratégia da intercomplementaridade embora tenha reduzido os custos operacionais da reforma não foi suficiente para a realidade econômica do Estado obrigando-o a recorrer a outras fontes. Uma delas foi o Acordo MEC/BIRD/ESTADO, firmado no ano de 1973.

¹⁹⁸ Parecer nº 853 de 12/11/1971.

¹⁹⁹ Para mais informações confira Ferreira, In: Educação Hoje, 1984, p. 63-64.

²⁰⁰ BRITO, 1996, p. 170.

Apesar da Lei nº 3.273²⁰¹ que disciplinava o sistema de ensino no Estado, a partir da Lei nº 5.692/71 só ter vigorado em maio de 1974, desde o ano de 1971 vinham sendo adotadas providências disciplinares para o ensino de 1º e 2º graus fundamentadas na legislação federal então vigente. De acordo com aquela Lei Estadual o ensino de 1º e 2º graus tinha por finalidade: “imprimir sentido de unidade, integração e racionalidade ao processo educativo, visando à formação integral do educando, tanto pela auto-realização e qualificação para o trabalho, como pelos princípios do civismo, liberdade e solidariedade humana” (Art. 1º). Uma característica peculiar da Lei 3.273/74 é que ela era mais abrangente, pois regulamentava todo o ensino enquanto a Lei nº 5.692/71 se restringia ao ensino de 1º e 2º grau.

O Art. 72º da Lei nº 5.692/71 determinava a obrigatoriedade de elaboração do Plano Estadual de Implantação. O Piauí o fez para o quadriênio 1972-1975, apresentando as diretrizes gerais de acordo com as metas a serem alcançadas no período e os critérios para a ordenação dos municípios no processo daquela implantação. Com relação ao ensino de 2º grau, o Plano estabeleceu os seguintes critérios:

- a) Municípios onde houvessem estabelecimentos profissionalizante da rede oficial;
- b) Municípios onde houvessem estabelecimentos oficiais não profissionalizantes e particulares profissionalizantes;
- c) Municípios que, embora não tendo estabelecimento oficial e particular profissionalizante, ofereçam condições para a transformação dos estabelecimentos existentes em centros interescolares.²⁰²

Baseada nos critérios acima enumerados foram selecionados apenas cinco municípios para a implantação do ensino de 2º grau que seria feita em duas etapas: a primeira, incluindo apenas habilitação para o magistério em nível de 2º grau, nos municípios onde já existiam escolas normais oficiais (Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos e Oeiras); a segunda, incluindo outras habilitações profissionais observaria a seguinte escala: 1973 – Teresina apenas; 1974 – Parnaíba e Floriano; 1975 – Picos.

²⁰¹ Lei Estadual nº 3.273 de 10/05/1974.

²⁰² BRITO, 1996, p. 167.

Para o quadriênio 1977-1980 foi elaborado o primeiro Plano Estadual de Educação, subdividido em três partes. Na primeira apresenta o diagnóstico da situação geral do Estado e as ações a serem apreendidas, na segunda estão as diretrizes da programação e, finalmente, na terceira os programas, subprogramas e projetos com prognósticos de custos para cada ano de vigência do Plano. Esse foi um documento histórico de grande relevância pelo caráter global, princípio que adotou e maturidade que revelou.

Dentro do clima de otimismo dos primeiros anos da década de 70 foi elaborado o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º Graus regulamentado pela Lei nº 3.278²⁰³ de 10 de julho de 1974 que propunha dentre outras vantagens, promover a profissionalização e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico e, estabelecer um regime jurídico especial. Contudo, alguns benefícios inclusive de ordem financeira por ele assegurado foram posteriormente se tornando inexpressivos.

O entusiasmo piauiense pela reforma do ensino de 1971 começou a perder o fervor nos últimos anos daquela década por causa das dificuldades com que se defrontou o Estado. Primeiramente, pela insuficiência de recursos financeiros e depois, pela carência de recursos humanos qualificados. Isso provocou, a partir dos anos 80, um retraimento na expansão do ensino, meta principal do plano de desenvolvimento da década anterior.

O sentimento de repulsa à compulsoriedade da profissionalização estabelecida pela Lei nº 5.692/71 resultou na formulação da Lei Federal nº 7.044²⁰⁴ de 18/10/82 substituindo no objetivo geral para o ensino a expressão *qualificação para o trabalho* por *preparação para o trabalho*, para Itamar Brito “mais abrangente e menos específica”²⁰⁵ e que por manter em caráter compulsório a preparação para o trabalho, facultou a profissionalização. A SEED atendendo às especificidades dessa Lei, mesmo sem dispor de uma Lei Estadual específica, elaborou outro Plano Estadual de Educação para o período 1984-1987 que priorizava:

- a) a educação básica com ênfase nas quatro primeiras séries do 1º grau e voltada para as populações carentes da zona rural e das periferias urbanas, sem desprezar o ensino de 2º grau e o pré-escolar;
- b) a valorização dos profissionais do magistério;
- c) a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;

²⁰³ Lei Estadual nº 3.278 de 10/07/74.

²⁰⁴ Lei Federal nº 7.044 de 18/10/1982.

²⁰⁵ BRITO, 1996, p. 188.

- d) a formação de mão de obra, objetivando o atendimento das necessidades do mercado de trabalho, para possibilitar o engajamento do homem piauiense no processo de desenvolvimento do Estado;
- e) a reestruturação organizacional e pedagógica do Sistema Estadual de Ensino, a fim de dotá-lo de mecanismos capazes de assegurar sua eficiência e eficácia.²⁰⁶

A preocupação com o social e especialmente com a zona rural e periférica foi uma característica daquele Plano. Só no ano de 1983 foram construídos dez prédios escolares na zona urbana e 58 na zona rural. Como parte das metas estabelecidas para os programas e projetos direcionados à educação rural e periférica, de 1983 a 1996 foram perfurados vários poços nas escolas e adquiridas viaturas para o transporte de alunos e professores, através de parcerias com outros órgãos. O magistério rural foi valorizado através dos Projetos LOGOS II e EDURURAL, capacitando professores leigos e propiciando-lhes melhoria salarial.

O Projeto LOGOS II foi criado pelo Departamento de Ensino Supletivo do MEC no ano de 1976. Adotou o Módulo de Ensino como meio de atingir o professor mais distante sem tirá-lo da sala de aula e se enquadrava na função Qualificação do Ensino Supletivo em nível de 2º grau. O processo de qualificação tinha a duração provável de trinta meses, estruturado numa técnica indireta de ensino-aprendizagem com base nos módulos, micro-ensino e encontros pedagógicos trimestrais para avaliação. O Piauí serviu de amostragem quando o projeto se encontrava em fase de experimentação. Analisado os resultados, a experiência estimulou o Governo Estadual através da SEED a dar continuidade à execução do LOGOS II.²⁰⁷ A Coordenadora Jovina da Silva²⁰⁸ fez o seguinte comentário acerca deste projeto:

...foi levado para o Instituto de Educação pela afinidade com a Escola (...) nós orientávamos as pessoas que trabalhavam como o LOGOS II e distribuíamos o material instrucional, muito rico eram os módulos (...). Os alunos prestavam contas de suas provas de acordo com o seu ritmo terminavam o curso de dois a três anos e recebiam um diploma compatível aos das normalistas do Instituto de Educação e por este expedido.

Enquanto vigorou a Lei Federal nº 7.044/82, a educação pública no Piauí esteve voltada para a capacitação de pessoal; expansão do ensino em suas diversas modalidades e níveis pré-escolar, infantil, de jovens e adultos, especial, profissionalizante, primeiro, segundo e terceiro graus; ampliação da rede física através da construção e/ou reformas de

²⁰⁶ BRITO, 1996, p. 189.

²⁰⁷ Para outras informações confira Queiroz, In: Educação Hoje, 1984, p. 64-65.

²⁰⁸ Jovina da Silva. Professora e Coordenadora do Instituto de Educação nos anos 80 e 90. Depoimento concedido em seu local de trabalho, SEED, no dia 25 de novembro de 2003.

prédios escolares, aquisição de equipamentos, instalação de oficinas profissionalizantes, criação das Escolas Técnicas Estaduais e transformação das Escolas Normais em Centros de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Estas duas instituições se responsabilizaram pelo ensino profissionalizante, liberando as demais unidades escolares para o ensino não-profissionalizante. Dentre as realizações de grande alcance está a criação da Fundação de Desenvolvimento do Ensino do Estado do Piauí (FADEPI) no ano de 1984, transformada cinco anos mais tarde em UESPI. Esta instituição vem participando na capacitação do pessoal da educação através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão não só na capital como também nos seus vinte campi sendo dois em bairros de Teresina e dezoito em cidades do interior piauiense e diversos núcleos em cidades maranhenses e baianas. Seus cursos são oferecidos na forma de ensino regular, seqüencial e especial e em níveis de graduação e pós-graduação.

No movimento promovido pelo MEC em 1985, denominado *Dia da Educação*, os Estados juntamente com as respectivas comunidades fizeram uma ampla avaliação dos sistemas de ensino. Como resultado deste evento no Piauí foi elaborado um documento posteriormente apresentado pela SEED ao MEC que propunha a reformulação dos currículos das Escolas Normais com vista à melhoria da qualidade do ensino, problema central das discussões. Lamentavelmente, os efeitos práticos esperados do Dia da Educação foram inexpressivos, pois a mudança ministerial levou à estagnação os planos e projetos elaborados anteriormente, revelando a falta de continuidade nas administrações públicas em prejuízo do bem comum.

Em setembro de 1988 foi realizada em Teresina a XXIV Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação das Regiões Norte e Nordeste para discutirem os sistemas municipais de ensino que seriam criados a partir da nova Constituição do País (1988), pois até então eram reconhecidos apenas os sistemas de ensino federal e estadual. A Carta tratava ainda da obrigatoriedade do ensino fundamental aos maiores de 14 anos, oferecia uma nova concepção ao ensino supletivo que passou a ter um caráter regular, prescrevendo-o como ensino noturno obrigatório, gratuito e adequado às condições do educando.

Como medidas administrativas de 1983 a 1996, destacam-se a reestruturação do Sistema de Ensino do Estado; a reformulação do Estatuto do Magistério; a modernização

da SEED criando as Diretorias Regionais, hoje Gerências Regionais; a realização de concursos públicos para pessoal docente e do I Encontro Pedagógico de Capacitação do magistério Estadual; a normalização do Programa de Formação de Pessoal da Educação; extinção dos Complexos Escolares; criação dos Conselhos Escolares e introdução do teste seletivo como forma de ingresso no Liceu e IEAF. A construção de clubes para professores, quadras e ginásios esportivos, CAIC's e Centro de Educação Básica foram investimentos que demonstravam a preocupação governamental com a valorização do professor, melhoria das práticas educativas e atendimento à demanda do ensino.²⁰⁹

Caracterizou àquela época (1983-1996) a proliferação de programas e projetos educacionais nos seus diversos setores. Desenvolveram-se, dentre outros, em 1982 o de Educação Integrada; em 1983 o ALFA 1 e 2, Arte-Educação, Produção de Material Ensino Aprendizagem, Alimentação e Saúde Escolar, Livro Didático, Bolsa de Estudo, Capacitação de Pessoal, Projeto VENCER, Revitalização das Escolas Normais. No ano de 1984 o Programa Educação Pré-Escolar e CEFAM's; em 1985 o Projeto Poti; em 1989 o Programa Vídeo-Escola; no ano de 1993 o Programa de Teleducação; em 1995 o de Apoio Técnico (Salto para o Futuro), Brinquedoteca e Gestão Educacional e no ano de 1996 o Projeto Construindo Eu Aprendo.²¹⁰

Com a Lei nº 9.394/96,²¹¹ a educação institucional piauiense absorveu de início a nomenclatura dos níveis escolares (Educação Infantil de 0 a 6 anos, Educação Básica antigo 1º Grau e Ensino Médio antigo 2º Grau); sendo as novas abordagens aos poucos incorporadas pelos sistemas de ensino. As ações governamentais estão voltadas para a implantação da política de elaboração dos Projetos Político Pedagógico das escolas, dos Planos de Desenvolvimento Escolar, da operacionalização dos Parâmetros Curriculares na Educação Básica e no Ensino Médio e do Projeto de transformação do IEAF em Instituto Superior de Educação “Antonino Freire” (ISEAF). Paralelo a essas ações, o governo vem acompanhando os projetos e programas em andamento e inserindo outros como: Comunidade Solidária, Programa de Aceleração, Escola Ativa, Ensino Aprendizagem, Erradicação do Analfabetismo, Programa de Informática na Educação (PROINFO),

²⁰⁹ Dados retirados das Mensagens Governamentais de 1983 a 1996.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996.

Programa de Formação de professores a Distância (PROFORMAÇÃO) e Programa de Apoio Pedagógico (destinado ao ensino do deficiente visual).²¹²

Em pesquisa realizada pela Fundação CEPRO²¹³ em 2001, o Piauí contava com 7.629 escolas do Ensino Básico sendo as Prefeituras responsáveis por 85,0% da administração desse nível escolar em atendimento às diretrizes de municipalização daquele ensino; 390 escolas do Ensino Médio, sendo 53,3% da rede oficial. Dispõe o Estado para complementar a estrutura profissionalizante da parceria de entidades como: Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), dentre outras. Em nível de terceiro grau vem acontecendo nos últimos anos um progresso exemplar: a UESPI realizou o I Curso de Doutorado no Estado, a UFPI ampliou a oferta de Cursos de Mestrado e sugeriram 24 faculdades particulares totalizando 26 entidades das quais 90,0% estão situadas na capital. São ao todo 236 cursos de graduação sendo 89,0% ministrados pelas instituições públicas e 11,0% pelas particulares. A razoável estrutura educacional nas esferas governamental, não-governamental e particular reforça Teresina na função de centro aglutinador e irradiador de informação e formação técnico-científica e cultural para todo o Estado. Esta função propicia o fenômeno migratório motivado pela busca de níveis mais elevados de educação e de profissionalização.

Apesar de todos os investimentos na educação pública piauiense, a sua qualidade ainda é muito questionada, em especial a estadual. Fala-se em baixo nível, descumprimento da função da escola e profissionalização insuficiente em nível médio. Não se pode afirmar onde está a raiz do problema: pais, alunos, comunidade, professores, escolas ou no próprio sistema; o certo é que todos os envolvidos têm sua parcela de contribuição na definição do quadro. Como consequência desse desacerto, cada vez mais a educação, *direito de todos*, vai sendo encampada pela iniciativa privada que prima pela boa prática educativa, mas que seleciona sua clientela (classe média e alta); restando às classes populares o *tipo* de educação oferecida pela rede pública.

²¹² Dados retirados das Mensagens Governamentais de 1996 a 2003.

²¹³ Para maiores esclarecimentos confira: Fundação CEPRO, 2003, p. 59-61.

2. Ensino Normal no IEAF: Possibilidades e Incertezas

2.1 De ENAF para IEAF

O advento da Lei nº 5.692/71 provocou grande alteração na educação e, inevitavelmente, no ensino normal piauiense. Baseado na legislação nacional o Estado do Piauí fez vigorar o Decreto nº 1.553²¹⁴ em 22 de janeiro de 1973 transformando a Escola Normal “Antonino Freire” em Instituto de Educação “Antonino Freire” (Art. 1º); determinando que o Instituto funcionasse como estabelecimento de ensino de 2º grau destinado à formação de professores para o ensino de 1º grau até a 6ª série obedecendo aos planos curriculares previstos na Lei Federal (Art 2º) e, autorizando o Secretário de Educação e Cultura aprovar no prazo de trinta dias, o Regimento do referido estabelecimento (Art. 3º). Nesse mesmo ano a Escola foi transferida para seu novo prédio também construído especialmente para abrigá-la. Com modernas instalações dispõe, além da infra-estrutura capaz de abrigar seus diversos setores, 17 salas de aula e um setor esportivo com quadras e piscina.

A transformação de Escola Normal em Instituto de Educação não se limitou ao aspecto de nomenclatura. Embora não se equiparando aos Institutos que legalmente vinham funcionando em outros Estados desde a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 e oferecendo cursos da pré-escola à especialização de docentes, o IEAF funcionando tão somente em nível de 2º grau manteve o curso regular de Formação de Professores e o Pedagógico Parcelado; implantou os Estudos Adicionais e uma Escola de Aplicação; colaborou na execução do Projeto LOGOS II e desde a década de 90 gerencia o PROFORMAÇÃO (Agência de Teresina) que é um curso de capacitação e formação de professores em exercício sem a formação inicial, criado pelo MEC que o acompanha de perto em todos os Estados, desenvolvido através de módulos, em regime presencial e semipresencial e executado em parceria com Liceu e UESPI que ministram as disciplinas de conteúdo.²¹⁵ Com a transformação em IEAF, o Curso Ginásial anexo à ENAF foi extinto e os alunos transferidos para outras escolas estaduais. A saída destes alunos ampliou a capacidade de matrícula que chegou a atingir no ano de 1972 um total de 2.405 alunos.

²¹⁴ Decreto Estadual nº 1.553 de 22/01/1973.

²¹⁵ Assim como o Projeto LOGOS II, o IEAF expede os diplomas, do PROFORMAÇÃO, para todas as Agências do Estado.

2.2 Da matrícula e concludentes

Para analisar a evolução da matrícula nesses últimos 30 anos, subdividi-o em três intervalos, a saber. Referente ao primeiro intervalo (1973 a 1982) os dados mostram que a matrícula oscilou de 1.000 a 2.300, um número que considero baixo frente à capacidade do novo prédio e ao otimismo que pairava no setor educacional do Estado decorrente da reforma que se instalava. A queda de matrícula verificada no ano de 1976 pode ser atribuída ao fato de que naquele ano o IEAF chegou a sediar o Centro Interescolar de Teresina o que implicava na necessidade de ceder espaço para acomodação dos alunos oriundos das outras unidades de 2º grau que ali deveriam cursar as disciplinas profissionalizantes. O número de concludentes naquele intervalo também apresenta certa irregularidade. Têm-se o aumento ou diminuição brusca de um ano para outro, porém compatível com o número de alunos que cursavam a terceira série como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro XIX
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1973 a 1982

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1973	688	928	724	121(#)	-	2.340	687
1974	*	930	930	17(#)	-	1.060	876
1975	*	437	944	*	-	1.381	854
1976	*	348	550	*	-	898	510
1977	534	487	374	*	-	1.395	344
1978	644	750	470	*	-	1.864	443
1979	589	771	749	*	-	2.109	629
1980	465	572	694	117(#)	-	1.731	632
1981	359	451	1.047	217(#)	-	1.857	918
1982	535	465	658	245(#)	-	1.658	597

Fontes variadas²¹⁶ * Dados não localizados - Série não existente (#) Estudos Adicionais

De 1983 a 1992, mesmo trabalhando com poucos dados verifico que ocorreu maior estabilidade na quantidade de alunos que estudaram no IEAF. Desconsiderando os números não localizados, vi que a frequência média girou em torno de 2.000 alunos, fruto quiçá do Projeto de Revitalização das Escolas Normais executado a partir de 1981 e que resgatou o prestígio da Escola e a importância do curso normal. Este projeto foi o único segmento do Sistema Educacional de Ensino que se voltou para o próprio sistema, por isso

²¹⁶ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

aquela escola foi transformada em Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Educação Pré-Escolar e para o Ensino de 1º Grau com ações voltadas para as Escolas de Aplicação e oferta de Estudos Adicionais nas habilitações de Alfabetização e Educação de Adultos e também a habilitação dos professores não titulados. Durante este intervalo houve certa normalidade no número de formandos à exceção do ano de 1991 e, principalmente, 1992 em que poucos alunos concluíram o curso, como consequência provável da greve na educação estadual que ocasionou a perda do ano letivo de 1990.²¹⁷ Confira quadro abaixo:

Quadro XX
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1983 a 1992

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUENTES
1983	918	777	428	54(#)	-	2.123	361
1984	489	890	552	128(#)	-	1.931	509
1985	538	688	708	847(#)	-	1.934	644
1986	*	*	*	*	-	*	519
1987	*	*	*	-	-	*	476
1988	1.473	976	530	-	-	2.979	471
1989	1.074	645	790	-	-	2.509	639
1990	ANO PERDIDO EM FUNÇÃO DA GREVE NA EDUCAÇÃO						
1991	*	*	*	*	-	2.187	337
1992	*	*	*	*	-	1.794	60

Fontes variadas²¹⁸ * Dados não localizados - Série não existente (#) Estudos Adicionais

Nos últimos onze anos (1993-2003) observo várias situações quanto à matrícula. Nos dois primeiros anos manteve o índice do intervalo anterior, ocorrendo uma redução considerável no ano de 1995, seguido de uma ascensão. Nos três últimos anos, por determinação da SEED, o curso foi sendo desativado ano a ano, interferindo no fluxo de matrícula²¹⁹. O número de concludentes nesse intervalo é bastante inferior ao da década passada. No ano de 2001 foi implantada nova matriz curricular aumentando o curso para quatro séries, por esta razão naquele ano não houve concludentes. Veja o quadro seguinte:

Quadro XXI
Quadro de Matrículas e Concludentes de 1993 a 2003

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUENTES
-----	---------	---------	---------	---------	---------	-------	-------------

²¹⁷ Para maiores esclarecimentos confira Claudia Cristina da Silva Fontineles. Do ocaso aparente ao aparente investimento: a situação do magistério e do atendimento ao aluno a história recente da rede estadual de ensino do Piauí (1988 a 2000). Teresina: 2002. 205p. Dissertação (Mestrado em Educação – História da Educação) – Universidade Federal do Piauí.

²¹⁸ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

²¹⁹ Em 2001 extinguiu-se o 1º ano, em 2002 o 2º ano e em 2003 funcionou apenas uma turma de 3º ano em cada turno para resolver o caso das dependências dos alunos e 32 turmas de 4º ano nos três turnos.

1993	*	*	*	*	-	1.992	225
1994	*	*	*	*	-	1.996	478
1995	713	314	316	-	-	1.343	233
1996	1.013	336	265	-	-	1.614	230
1997	957	398	282	-	-	1.637	264
1998	880	523	353	-	-	1.756	315
1999	1.135	508	493	-	-	2.136	449
2000	1.173	805	446	-	-	2.424	412
2001	-	868	730	391	-	1.989	Não houve
2002	-	60	875	1.248	-	2.183	457
2003	-	-	140	989	-	1.129	Em curso

Fontes variadas²²⁰ * Dados não localizado - Série não existente

2.3 Dos Estudos Adicionais

A realidade do IEAF a partir de 1973 é outra: prédio novo, farda nova e proposta curricular embasada na Lei nº 5.692/71 que modificou a estrutura de 1966. O primeiro passo para a implantação da reforma foi a criação de um sistema de Orientação do Ensino que se ampliou na rede estadual e se transformou em janeiro de 1973 na primeira Coordenação Pedagógica do Instituto composta de sete áreas: Estudos Adicionais, Fundamentos da Educação (Psicologia, Filosofia e Sociologia), Estudos Sociais, Comunicação e Expressão, Metodologias (de Linguagem, Matemática, Ciências e Estudos Sociais) e Didática, sendo que a Coordenação estava mais voltada para a 2ª e 3ª série do curso porque a 1ª série era considerada básica e, como tal, ficava sob a orientação da própria SEED. A equipe de coordenação, visando melhorar o nível do curso normal, sentiu a necessidade de fazer um exame de seleção para os postulantes e, no final da primeira série (básica) um teste vocacional para aferir a vocação dos futuros profissionais, contudo, tais idéias não chegaram a ser executadas. Segundo a Professora Raimunda Carvalho:

A Escola caiu em qualidade, não sei por quê. Eu acho que tudo recai no professor que nunca foi prestigiado (...). Desde os primeiros tempos, que o magistério primário era exercido por pessoas pobres, mas que se faziam respeitar pela sua integridade moral, pela qualidade do ensino que praticavam (...). Hoje o professor não se preocupa, talvez por ser uma classe numerosa ... ele não apresenta a postura e a valorização merecida (...), é muito triste. O professor não é valorizado, não.²²¹

²²⁰ Gráfico construído a partir de dados extraídos dos livros de matrículas da Escola Normal, de manuscritos da Secretária D. Enid Matos, de Mensagens Governamentais, de Relatórios Governamentais ou de pastas de concludentes constantes no Arquivo do IEAF.

²²¹ Raimunda Carvalho (Mundoca) Professora da Escola Normal.

Segundo o Professor Vanderlan Silva “não estou querendo desmerecer, mas muitas de nossas alunas eram empregadas domésticas e vinham porque não tinham outra opção (...).”²²² Para o Professor Raimundo Sampaio a Escola perdeu a posição de respeito e crédito e na visão da Professora Fátima Melo

De 90 para cá a Escola se popularizou mais ainda, trazendo mais dificuldades, devido ao contexto sócio político econômico, favorecendo um grau de politização nos professores que aos poucos foram deixando a idéia de magistério como sacerdócio e passando a reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Portanto, o retrato da decadência atual é contextual envolvendo os aspectos: políticos, econômicos e da legislação (...).²²³

Os Estudos Adicionais correspondiam a um ano letivo e foram oferecidos pela primeira vez em 1973 nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Pré-Escolar, ampliando a capacitação dos normalistas para atuarem até a 6ª série. Segundo a professora Jesus Santana²²⁴

... os alunos que faziam os Cursos Adicionais e que já eram funcionários do Estado terminavam tomando o lugar daqueles que estavam fazendo Licenciatura de Curta Duração na Faculdade. Com isso fizemos [primeira pessoa por ser Coordenadora dos Estudos Adicionais] um documento sugerindo à Secretaria de Educação que abolisse o Curso de Estudos Adicionais nas Áreas, ficando apenas com a Pré-Escola.

Tal experiência voltou a ser repetida na década de 80 como uma das metas do Projeto de Revitalização das Escolas Normais contemplando as áreas de Pré-Escolar, Alfabetização e Educação de Adulto. Para efetivação desta segunda experiência dos Estudos Adicionais foram realizados amplos debates que culminaram com a montagem das grades curriculares correspondentes a cada área de estudo como mostram os quadros seguintes:

Quadro XXII
Estudos Adicionais 1980 Grade Curricular em Pré-Escolar

PRÉ-ESCOLAR		C/H
01	Fundamentos Filosóficos, Sociológicos e Bio-Psicológicos da Educação Pré-Escolar	90h
02	Organização e Funcionamento do Pré-Escolar	30h
03	Expressão Oral e Escrita	60h

²²² Vanderlan Pereira da Silva. Professor do Instituto de Educação desde os anos 80 e Diretor nos anos 90. Depoimento concedido no IEAF no dia 24 de novembro de 2003.

²²³ Fátima Melo. Professora e Coordenadora do IEAF desde os anos 80.

²²⁴ Jesus Santana Professora e Coordenadora da Escola Normal.

04	Literatura Infantil	80h
05	Estudos de Problemas Brasileiros e Piauienses	30h
06	Didática da Educação Pré-Escolar	150h
07	Técnica de Comunicação Audiovisual	60h
08	Educação Artística, Recreação e Jogos	60h
09	Programa de Saúde	30h
10	Prática de Ensino, Estágio Supervisionado	150h

Quadro XXIII

Estudos Adicionais 1980 Grade Curricular em Alfabetização

ALFABETIZAÇÃO		C/H
01	Filosofia da Educação (Aspectos Históricos e Filosóficos)	30h
02	Sociologia da Educação	30h
03	Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem e do Excepcional	90h
04	Programa de Saúde	30h
05	Comunicação e Expressão	80h
06	Didática da Alfabetização	240h
07	Educação Artística (Recreação, Jogos e Artes Infantis)	40h
08	Literatura Infantil	60h
09	Prática de Ensino – Estágio Supervisionado	150h

Quadro XXIV

Estudos Adicionais 1980 Grade Curricular em Educação de Adulto

EDUCAÇÃO DE ADULTO		C/H
01	Organização e Funcionamento do Ensino Supletivo	60h
02	Introdução à Metodologia Científica	60h
03	Filosofia da Educação	90h
04	Educação Brasileira e Piauiense – enfoque e histórico sócio-econômico, cultural e político	90h
05	Estudos de Problemas Brasileiros e Piauienses	60h
06	Psicologia do Adulto	90h
07	Educação de Adultos – Aspectos Históricos e Metodológicos	120h
08	Programa de Saúde	60h
09	Prática Docente – Reflexão teórico-prática – Estágio Supervisionado	150h

Fonte: Revista *Educação Hoje*, 1984, p. 55.

2.4 Do currículo

Para satisfazer ao que era proposto na Reforma Federal de 1971 o IEAF elaborou um currículo para o Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª série, em nível de 2º grau. Comparando esse currículo ao que vinha sendo trabalhado observa-se um direcionamento do 1º ano para a formação geral de 2º grau por ter retirado a disciplina Didática Geral e introduzido Inglês, OSPB, Programa de Saúde e História e, subdivido Português em Língua Pátria e Literatura Brasileira. Para o 2º ano, ampliou o estudo dos Fundamentos que passou a ser trabalhado em quatro disciplinas; o estudo de Português seguiu a divisão adotada no ano anterior do curso; o ensino de Desenho e Artes foi denominado de Artes Aplicadas; tendo sido ainda retirada a disciplina EMC. Para o 3º ano foram retiradas Português, EMC e OSPB; as Práticas Escolares e de Ensino fundiram-se e foi criada, pela

primeira vez, uma disciplina obrigatória voltada para o estudo da legislação educacional com o nome de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau. Este currículo só foi adotado a partir de 1973. Confira o quadro abaixo:

Quadro XXV
Grade Curricular de 1973

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Língua Pátria	Língua Portuguesa	
Literatura Brasileira	Literatura Brasileira	
Inglês	Fundamentos Biológicos	
O SPB	Fundamentos Sociológicos	
EMC	Fundamentos Psicológicos	Fundamentos Psicológicos
História	Fundamentos Histór. Filos.	Fund. Histór. Filos.
Geografia	Metod. da Comum. e Expressão	Metod. da Comun. e Expressão
Matemática	Metod. da Matemática	Metod. da Matemática
Física		Metod. das Ciências
Química		Metod. dos Est. Soc.
Biologia		Estrut. e Func. do 1º Grau
Programa de Saúde		Prática de Ensino
Educação Artística	Artes Aplicadas	

Fonte: Dados retirados dos históricos escolares constantes no Arquivo do IEAF

Com a extinção do 4º ano que era ministrado sob a forma de Estudos Adicionais, algumas disciplinas que faziam parte daquele curso foram incorporadas ao Curso Normal na 2ª e 3ª série. De 1975 a 1980 o currículo sofreu pequenas adaptações na sua parte específica como a inclusão do Estágio Supervisionado. A título de ilustração, apresento a grade curricular trabalhada no ano de 1980:

Quadro XXVI
Grade Curricular de 1980

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Língua Portuguesa	Língua e Lit. Brasileira	Compl. Comum. e Expressão
Língua Estrangeira	Complemento da Matemática	Literatura Infantil
Educação Artística	Estudos Regionais	Fundamentos Histór. Filos.
Geografia	Fundamentos Psicológicos I	Fundamentos Psicológicos II
História	Fundamentos Sociológicos	Metod. da Comum. e Expressão
EMC	Estrut. E Func. do Ens. 1º Grau	Metod. da Matemática
OSP	Téc. Rec. Audiovisuais	Metod. das Ciências
Matemática	Redação e Expressão	Metod. dos Est. Soc.

Física	Programa de Saúde	Prática de Ensino Teórica
Química	Didática	Estágio Supervisionado
Biologia		Recreação e Jogos
Ensino Religioso		Artes Infantis
Educação Física	Educação Física	Educação Física

Fonte: Arquivo do IEAF

Em virtude da equivalência do curso normal aos demais cursos técnicos, começaram a surgir conseqüências desfavoráveis que se acentuaram no ano de 1976, época em que o IEAF sediou o Centro Interescolar de Teresina, contribuindo para o declínio no preparo do professor, cujos efeitos negativos repercutiram de forma marcante no ensino de 1º grau onde evidenciou-se uma perda considerável do Sistema, traduzida numa queda vertiginosa no processo ensino-aprendizagem cujas conseqüências incidiram, evidentemente, até no 3º grau. Para Jesus Santana²²⁵

... a Lei 5.692/71 teve um grande defeito que foi o de igualar o Curso Pedagógico a curso de 2º grau (...). Aí tivemos uma crise e um pouco de decadência no nível do profissional e do aluno. O curso foi deixando de ser específico no Instituto de Educação porque foi misturado a outras habilitações (...). A Escola passou a ser apenas um 2º grau e isso fez com que a própria clientela fosse deixando de ser aquela que tivesse o verdadeiro amor pela educação (...). Essa Lei é linda, viável, mas não foi adaptada para o Brasil (...) ela veio de cima para baixo (...) daí vieram os transtornos na educação por falta de uma análise da necessidade e da possibilidade dela para o nosso País. A idéia do tecnicismo foi crescendo na Escola Normal (...) começaram a desvalorizar as pessoas que faziam a opção pelo magistério e valorizar mais as que estavam voltadas para a técnica (...). A Escola passou muitas vezes a trabalhar na sua secretaria mais com o técnico do que com o pedagógico.

O Projeto de Revitalização das Escolas Normais no Piauí²²⁶ foi um movimento que propiciou o resgate da identidade da Escola Normal e a elaboração do Currículo Pleno, como descreveu a Profª Maria de Lourdes Silva.²²⁷ Posto em execução a partir de 1981 destacava as bases filosóficas, psicológicas e sociológicas do curso, bem como a caracterização do perfil do aluno e as alternativas para a operacionalização daquele currículo. Como base para formulação do currículo pleno a equipe encarregada de elaborá-lo sugeriu os princípios pautados nos valores do *homem* em sua dimensão individual e

²²⁵ Jesus Santana Professora e Coordenadora da Escola Normal.

²²⁶ Para maiores informações sobre esse Projeto confira Maria do Carmo Bezerra Leite. Projeto de Revitalização das Escolas Normais de Piauí: um estudo da política educacional. 1989, p. 39.

²²⁷ Para maiores informações sobre o Currículo Pleno confira Maria de Lourdes A. B. e Silva, In: *Educação Hoje*, 1984, p. 69-72.

social; da *sociedade* como rede das relações humanas; da *educação* como instrumento de promoção do homem e da sociedade; e, do *mundo* como instância suprema nas relações de interdependência dos povos. No que se refere ao perfil do aluno, propunha o currículo que, na formação do futuro professor fossem consideradas as suas variáveis como *pessoa* dotada de qualidades e limitações; enquanto *profissional do ensino*, conhecedor da matéria apoiado na metodologia, princípios e teorias; e, como *profissional da educação* capaz de projetar-se além do seu campo de trabalho para envolver-se nos problemas educacionais de sua comunidade.

Propunha o Currículo Pleno que o Curso Normal tivesse a duração de 2.200h em três anos, oferecesse uma educação geral e oportunizasse ao professorando o conhecimento da escola de 1º grau; enfatizasse as disciplinas de conteúdo e as de formação especial; globalizasse os conhecimentos promovendo a correlação das disciplinas; assegurasse o domínio das técnicas pedagógicas; considerasse a educação religiosa obrigatória para a escola e facultativa para o aluno; utilizasse as disciplinas do Núcleo Comum como instrumentais de formação especial e despertasse o interesse pelo auto-aperfeiçoamento. Para operacionalizar o currículo a escola deveria estruturar a educação geral de modo a garantir ao professorando uma sólida formação profissional; trabalhar a Didática conciliando *o como* ensinar com *o que* ensinar, incluindo nesta, a Prática de Ensino; inserir a matéria Avaliação do Rendimento Escolar e organizar a matéria Fundamentos da Educação de modo a chamar a atenção do futuro professor para as finalidades da educação. Este currículo proporcionou, provavelmente, a elaboração de uma grade curricular, mas devido à precariedade do Arquivo do IEAF não foi possível localizar tal documento. O quadro que segue foi montado a partir de históricos escolares dos alunos:

Quadro XXVII
Grade Curricular de 1982

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Língua Nacional	Literatura Brasileira	Artes Infantis
Inglês ou Francês	Compl. Comum. e Expressão	Literatura Infantil
Educação Artística	Redação e Expressão	Alfabetização
EMC	Iniciação às Ciências	Recreação e Jogos
OSPB	Estudos Regionais	Fund. Filos. Psicológicos
História	Fund. Sócio-Psicológicos	Metod. da Com. e Expressão
Geografia	Estrutura	Metod. da Matemática
Física	Recursos Audiovisuais	Metod. das Ciências
Química	Didática Geral	Metod. dos Est. Soc.
Matemática	Compl. da Matemática	Prática de Ensino

Biologia		
Programa de Saúde		
Fundamentos Bio-Psicológicos		

Fonte: Dados retirados dos históricos escolares constantes no Arquivo do IEAF

No ano de 1982 uma nova legislação alterou os dispositivos da 5.692/71 referente à profissionalização no 2º grau. Contudo, em pouco ou quase nada modificou o que já estava preceituado naquela Lei no que tange ao Ensino Normal, vez que não tratou em nenhum momento específico dessa modalidade de ensino. Diante disso, a melhoria do Curso Normal no IEAF na década de 80 deve ser atribuída ao Projeto de Revitalização das Escolas Normais e criação do CEFAM que redimensionaram aquele ensino e resgataram a identidade da instituição.

Para o ano de 1985, foi criado um novo modelo de grade curricular mais completa e que incluía inclusive dois componentes não indicados na proposta anterior: Aulas de Laboratório e Estágio Supervisionado. Outro aspecto interessante é a distribuição de carga horária destinada a cada item que possibilita constatar a ênfase atribuída à parte profissionalizante em que somando disciplinas e estágio resultam 1.560h, aproximadamente 55% do total do curso.

Quadro XXVIII
Grade Curricular de 1985

CHAMADAS	CONTEÚDO ESPECÍFICO	CARGA HORÁRIA			
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL
Núcleo Comum C.F.E	Língua Portuguesa e Lit. Brasileira	120h	90h	-	210h
	Língua Estrangeira Moderna	60h	-	-	60h
	Geografia	60h	-	-	60h
	História	60h	-	-	60h
	OSPB	30h	-	-	30h
	Matemática	90h	-	-	90h
	Química, Física e Biologia	180h	-	-	180h
Art. 7º 5.692/71	Educação Artística	30h	-	-	30h
	EMC	30h	-	-	30h
	Programa de Saúde	30h	-	-	30h
	Estudos Regionais	-	60h	-	60h

Diversificada C.F.E	Recursos Audiovisuais	-	30h	-	30h
	Alfabetização (Aspectos Bio-Psicopedagógicos)	-	-	60h	60h
Mínimo Profissionali- zante C.F.E.	Fundamentos da Educação: - Aspectos Bio-Psicológicos	60h	60h	30h	150h
	-Aspectos Filos. Sócio e Históricos	-	90h	60h	150h
	Estrut. e Func. do Ensino de 1º Grau	-	60h	-	60h
	Didática Geral	-	90h	-	90h
	Metod. da Comum. e Expressão	-	-	90h	90h
	Metod. dos Estudos Sociais	-	-	90h	90h
	Metod. da Matemática	-	-	90h	90h
	Metod. das Ciências	-	-	90h	90h
Instrumentais	Prática de Ensino	-	-	90h	90h
	Literatura Infantil	-	-	30h	30h
	Artes Infantis	-	-	30h	30h
	Complementos de Matemática	-	60h	-	60h
	Iniciação às Ciências	-	30h	-	30h
Atividades Comuns	Redação e Expressão	-	60h	-	60h
	Ensino Religioso	-	30h	-	30h
	Educação Física	90h	90h	90h	270h
	Aulas de Laboratório	30h	-	-	30h
TOTAL	Atividades Cívicas, Artísticas Programa de Saúde Atividades Religiosas				
	TOTAL	870h	750h	750h	2.370h
	Estágio Supervisionado	-	-	-	450h
TOTAL GERAL				2.820h	

Fonte: Arquivo do IEAF

Acompanhando a evolução do curso normal, foi proposto em 1993, nova abordagem curricular que comparada à anterior apresenta alterações significativas como a inclusão da 4ª série e conseqüente aumento da carga horária; redução do número de horas destinadas ao estágio supervisionado e inclusão das disciplinas: Introdução à Metodologia Científica, Estatística Aplicada à Educação, Planejamento e Avaliação além de várias Didáticas específicas, conforme pode ser constatado no quadro abaixo:

Quadro XXIX
Grade Curricular de 1993

CHAMADAS		CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA				TOTAL
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	
Nu-cleo	Com. e Expr.	Língua Portuguesa	114h	114h	38h	-	266h
		Língua Inglesa	76h	-	-	-	76h
		Literatura Brasileira	114h	-	-	-	114h
Co-mum	Est. Soc.	Geografia	76h	-	-	-	76h
		História	76h	-	-	-	76h
		Matemática	114h	76h	-	-	190h
	Ciên-cias	Química	76h	-	-	-	76h
		Física	76h	-	-	-	76h
		Biologia	76h	-	-	-	76h

Art. 7º 5.692/71	Educação Artística	38h	-	-	-	38h
	Programa de Saúde	38h	-	-	-	38h
	Educação Física	114h	114h	76h	-	304h
Parte Diversificada	Estudos Regionais	-	76h	-	-	76h
	Literatura Piauiense	-	-	-	38h	38h
Núcleo Profis- sionalizante C.F.E.	Introdução à Filosofia	-	-	76h	-	76h
	Filosofia da Educação	-	-	-	114h	114h
	Psicologia Geral	76h	-	-	-	76h
	Psic. do Desenvolvimento	-	76h	-	-	76h
	Psic. da Aprendizagem	-	-	76h	-	76h
	Sociologia Geral	-	76h	-	-	76h
	Sociologia da Educação	-	-	-	114h	114h
	Estrut. e Func. Ens. Fundamental	-	76h	-	-	76h
	Didática Geral	-	114h	-	-	114h
	Metod. das Ciências (1º/6º)	-	-	114h	-	114h
	Metod. dos Est. Soc. (1º/6º)	-	-	114h	-	114h
	Metod. da Líng. Port. (1º/6º)	-	-	114h	-	114h
	Metod. da Matemática (1º/6º)	-	-	114h	-	114h
	Prática de Ensino	-	-	76h	76h	152h
	História da Educação	-	-	-	76h	76h
Instrumentais	Introd. à Metod. Científica	-	76h	-	-	76h
	Artes Infantis	-	-	-	38h	38h
	Alfabetização	-	-	114h	-	114h
	Literatura Infantil	-	-	38h	-	38h
	Ciências do 1º Grau	-	76h	-	-	76h
	Técnica de Redação	-	76h	-	-	76h
	Didática Educ. de Adultos	-	-	-	76h	76h
	Didática Educ. Infantil	-	-	-	76h	76h
	Didática Educ. Física	-	-	-	76h	76h
	Didática Educ. Especial	-	-	-	76h	76h
	Estatística Aplicada à Educ.	-	-	-	76h	76h
	Planejamento e Avaliação	-	-	-	76h	76h
	SUB TOTAL	1.064h	950h	950h	950h	3.876h
Atividades Comuns	Ensino Religioso	-	-	38h	-	38h
	Aulas de Laboratório	38h	-	-	-	38h
	Estágio Supervisionado	-	90h	90h	90h	270h
	TOTAL GERAL	1.102h	1.040h	1.078h	1.040h	4.222h

Fonte: Arquivo do IEAF

A partir de 1996 o IEAF voltou a oferecer o curso com três anos de duração em 3.108h/a. Provavelmente pela retirada da 4ª série foram suprimidas as disciplinas: Prática de Ensino, Técnica de Redação, Planejamento e Avaliação, Estatística Aplicada à Educação, as Didáticas específicas e as Metodologias referentes às 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau. Tendo sido incluídas Educação Física Escolar I e II, Educação Excepcional e mais 30h ao Estágio Supervisionado. Confira:

Quadro XXX
Grade Curricular de 1996

	Disciplinas	1ª Série	2ª Série	3ª Série	Total
Núcleo Comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	144h	144h	-	288h
	História	72h	-	-	72h
	Geografia	72h	-	-	72h
	Física	72h	-	-	72h
	Química	72h	-	-	72h
	Biologia	72h	-	-	72h
	Matemática	108h	-	-	108h
Art. 7º	Programa de Saúde	36h	-	-	36h
	Educação Artística	-	36h	-	36h

5.692/71	Ensino Religioso	36h	-	-	36h
	Educação Física	108h	-	-	108h
Parte Diversificada C.E.E.	Estudos Regionais	-	72h	-	72h
	Inglês / Francês	72h	-	-	72h
	Introdução à Filosofia	72h	-	-	72h
Mínimos Proissionais	Introdução à Metodologia Científica	36h	-	-	36h
	Introdução à Psicologia	36h	-	-	36h
	Psicologia do Desenvolvimento	-	72h	-	72h
	Psicologia da Aprendizagem	-	-	72h	72h
	Introdução à Sociologia	-	108h	-	108h
	Sociologia da Educação	-	-	72h	72h
	Filosofia da Educação	-	-	72h	72h
	História da Educação	-	72h	-	72h
	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	-	72h	-	72h
	Didática Geral	-	108h	-	108h
	Ciências de 1ª a 4ª Séries	-	72h	-	72h
	Matemática de 1ª a 4ª Séries	-	72h	-	72h
	Educação Física Escolar I	-	72h	-	72h
	Educação Física Escolar II	-	-	72h	72h
	Artes Infantis	-	-	72h	72h
	Alfabetização	-	-	72h	72h
Literatura Infantil	-	-	72h	72h	
Disciplinas Instrumentais	Educação Excepcional	-	-	108h	108h
	Metodologia da Língua Portuguesa	-	-	108h	108h
	Metodologia da Matemática	-	-	72h	72h
	Metodologia das Ciências	-	-	72h	72h
	Metodologia dos Estudos Sociais	-	-	72h	72h
Prática de Ensino	Estágio Supervisionado	-	-	-	300h
	TOTAL GERAL	1.008h	900h	900h	3.108h

Fonte: MENDES SOBRINHO 2002, p. 153.

A grade curricular de 1996 não contemplava a disciplina Informática. Entretanto, sabe-se que naquela época foi implantado no IEAF o PROINFO, Projeto oriundo do MEC que destinou à Escola 27 computadores compondo dois laboratórios que Regina Sabóia²²⁸ recebeu em 2002

semi-utilizados porque não havia pessoa qualificada para acompanhar sua utilização pelos alunos, professores e funcionários que os procuravam em busca de conhecimento. Esta situação começou a se reverter a partir de 2002 quando a direção da Escola buscou os professores que entendiam de informática e estavam com a carga horária disponível para trabalhar no laboratório. Em 2003 foi utilizada a mesma estratégia e foram formadas cinco turmas de alunos distribuídas nos três turnos. Os professores também estão adquirindo conhecimento básico de informática para manusearem os computadores e fazerem pesquisas educacionais. Atualmente, os professores ainda não fazem uma pesquisa prévia para levar os alunos aos laboratórios, a pessoa que está trabalhando é quem mostra para eles qual é o *site* que devem abrir para encontrarem o assunto que pretendem explorar.

²²⁸ Regina Cele Bonfim de Sabóia Paz. Professora e atual (2003) Diretora do Instituto de Educação “Antonino Freire”. Depoimento concedido no IEAF no dia 20 de novembro de 2003.

A nova LDB de 1996 só teve alcance no IEAF a partir de 2001 após amplo debate em que se questionava a continuação ou extinção do Curso Normal em nível médio; a nova versão dada a 4ª série como integrante do curso de formação (não mais opcional a título de Estudos Adicionais); a implantação do Normal Superior e a própria identidade da Escola de Formação de Professores. Como resultado daqueles debates, a 4ª série foi criada no mês de julho de 2001 e deveria ser trabalhada através de Seminários Interdisciplinares, atendendo a priori, aos concludentes de 2000 e posteriormente estendendo a oportunidade aos concludentes de 1996 a 1999 que ainda não tinham tido a oportunidade de cursar o 4º ano.

Ao lado desta resolução, foi elaborada uma matriz curricular para o curso normal em nível médio, numa nova linguagem atualizada e dinâmica que caracteriza bem a ideologia do curso. A Matriz Curricular apresentada abaixo foi elaborada com a participação de uma assessoria [enviada pela SEED] e um grupo de professores do IEAF. A mesma foi fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mais especificamente nos Parâmetros em Ação do Ensino Médio e nos Referenciais de Formação de Professores nas Séries Iniciais. Ela possui três subdivisões: o primeiro eixo trata da Formação Básica ou geral, retirada dos PCN do Ensino Médio; no segundo eixo encontram-se os Fundamentos, voltados para o exercício profissional e retirados dos Referenciais de Formação e o terceiro eixo é a própria Experimentação ou a Prática Pedagógica direcionada para o exercício contextualizado construída a partir da realidade das Escolas Campo. A Proposta Pedagógica do Curso encontra-se formulada em Unidades Programáticas [constantes num livro] que contém as competências básicas para os professores utilizarem, quando da construção dos Planos de Curso. Esse material foi produzido em 2001 e contou com a contribuição dos Módulos utilizados no PROFORMAÇÃO, o que gerou críticas, pois alguns professores consideram os módulos muito elementares. A nova proposta determina que a sistemática de avaliação seja processual e cumulativa; com nota bimestral contemplando os aspectos qualitativos e quantitativos; a recuperação seja paralela e no final do ano tenha uma prova para os alunos que se encontrarem abaixo da média; a frequência também seja considerada no processo de avaliação (75% da carga horária).²²⁹

Quadro XXXI

²²⁹ Tais informações foram fornecidas pela Coordenadora Fátima Melo.

Matriz Curricular 2001 Parte (1) Formação Geral

Eixos org. das áreas temático-formais	Áreas/núcleos temático-formais e respectivas disciplinas de referência	CARGA HORÁRIA				
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	TOTAL
(1) Formação Geral (básica, comum) centrada no aprimoramento do educando como pessoa humana (cidadania/trabalho)	<u>1.1Linguagens códigos e suas tecnologias</u>	<u>346</u>				<u>346</u>
	Líng. Portuguesa e Lit. Brasileira	198	-	-	-	
	Língua Inglesa	99	-	-	-	
	Educação Física (1x2x44=88)*					
	Artes	49	-	-	-	
	Informática (1x2x44=88)					
	<u>1.2Mat. Ciências da nat. suas tecnologias</u>	<u>396</u>				<u>396</u>
	Matemática	198	-	-	-	
	Biologia	} 198	-	-	-	
	Física					
	Química					
	Programas de Saúde					
	<u>1.3Ciências Humanas e suas tecnologias</u>	<u>247</u>				<u>247</u>
História	} 99	-	-	-		
Geografia						
Estudos Regionais						
Filosofia (Introdução).....	} 99	-	-	-		
Sociologia (Introdução).....						
Metod. Científica (Introdução).						
Religião (visão antropológica)	49	-	-	-		

Matriz Curricular 2001 Parte (2) Formação Pedagógica

(2) Formação Pedagógica voltada para o exercício profissional	<u>2.1Fundamentação filos.-científica da PEE</u>	-				
	<u>2.1.1Fundam. histór.-filos. da educação</u>		<u>99</u>	-	<u>49</u>	<u>148</u>
	História da Educação	-				
	Filosofia da Educação	-	99	-	49	
	<u>2.1.2Fundam. soc.político antro. da educ.</u>	-	-	<u>99</u>	<u>49</u>	<u>148</u>
	Sociologia da Educação	-	-	99	49	
	<u>2.1.3Fundam. psicossociais da educação</u>		<u>99</u>	<u>99</u>	-	<u>198</u>
	Introdução à psicologia	} -	99	99	49	
	Psic. da aprendizagem					
	Psic. do desenvolvimento. .					
	Fundam. da educ. especial					
	<u>2.1.4Fund soc.lingüístico da alfabetização (?)</u>		-	-	<u>99</u>	<u>99</u>
	<u>2.2 Instrumentação teórico-metodológico da PEE</u>					
<u>2.2.1Delineamentos didático-pedagógicos e políticos gerenciais da educação escolar</u>	-	<u>99</u>	<u>99</u>	-	<u>198</u>	
Didática geral	} -	99	99	-		
Estrut. e func. da EB (Ens.funda)						
Tecnologia educacional						
<u>2.2.2Ling. Port. nos 1º 2ºciclos (EF)</u>	-	<u>198</u>	<u>99</u>	-	<u>297</u>	

da prática educativa contextualizada	Literatura Infantil	}	198	99		
	Metod. Ling. Port.		-	-	-	
	<u>2.2.3 Artes nos 1º2º ciclos (EF)</u>	-	<u>49</u>	-	-	<u>49</u>
	Artes	-	49	-	-	
	<u>2.2.4 Educ. Física nos 1º2º ciclos (EF)</u>	-	-	<u>49</u>	-	<u>49</u>
	Educação física escolar	-	-	49	-	
	<u>2.2.5 Matemática nos 1º2º ciclos (EF)</u>	-	<u>99</u>	<u>198</u>		<u>297</u>
	Matemática instrumental					
	Metodologia da matemática				-	
	<u>2.2.6 Ciências da nat. nos 1º2º ciclos (EF)</u>	-	<u>99</u>	-		<u>99</u>
	Ciência instrumental					
	Metodologia das ciências				-	
	<u>2.2.7 Ciências humanas 1º2º ciclos (EF)</u>	-	-	<u>99</u>		<u>99</u>
	Metod. dos estudos sociais					
	Filosofia nos 1º2º ciclos (EF)					
<u>2.2.8 Alfabetização e respectivas metod.</u>	-	-	-	<u>99</u>	<u>99</u>	
Alfabetização de crianças						
Alfabetização de jovens e adultos						
<u>2.3 Seminários interdisciplinares</u>						
centrados em situações-problema encontradas nos momentos da experimentação nas ECE	-					
<u>2.3.1 Seminários de nível I (1x2x8=16)**</u>						
(?)						
<u>2.3.2 Seminários de nível II (1x2x8=16)**</u>	-	-	-	<u>396</u>	<u>396</u>	
(?)						
<u>2.3.3 Seminários de nível III</u>						
Matriz Curricular 2001 Parte (3) Experimentação da Prática Educativa Escolar						
(3) Experimentação da Prática Educativa Escolar em situações reais	<u>3.1 Organização do processo de experimentação da prática educativa (elaboração de projetos: teoria e prática)</u>	-	<u>49</u>	<u>49</u>	<u>99</u>	<u>197</u>
	Prática de ensino (desenho modelar da prática)					
	Oficinas de (re)modelagem da prática educativa escolar para funcionar em situações reais nos 1º2º ciclos (EF)					
	<u>3.2 Execução de projetos de investigação da prática educativa escolar nas ECE para seminários</u>					
	(cf. 2.3)					
	Levantamento de dados					
	<u>3.3 Execução de projetos de participação em situações reais da prática educativa escolar nos 1º2º ciclos das ECE</u>					
	Iniciação monitorada (supervisionada) no conjunto das atividades da ECE, com base em projetos específicos	-	<u>198</u>	<u>198</u>	<u>198</u>	<u>594</u>

	<p>3.4 <u>Execução de projetos de efetivo exercício do magistério em nível escolar de 1º/2º ciclos de formação (300)*</u> Estágio supervisionado dimensionado com base em projetos específicos por área de atuação (Resol. CEB, nº 02/99, art. 9º)</p>					
--	---	--	--	--	--	--

Fonte: Arquivo do IEAF * Em horário alternativo ** Acomodado no horário regular de outros componentes curriculares PEE – Prática Educativa Escolar ECE – Escola Campo de Estudo EF – Ensino Fundamental EB – Educação Básica.

Na visão do Professor Raimundo Sampaio,²³⁰ esta Matriz Curricular apresenta uma boa leitura técnica, mas ele não entende

porque se pretenda fazer a interdisciplinaridade somente nos seminários do 4º ano quando a vantagem da Matriz é que a gente saia da prática para encontrar a teoria (...) e isso só será viável se houver compromisso e competência equalizada (...). A proposta agora é diferente, todo professor deve ir à Escola Campo para fazer suas observações e construir o conteúdo da disciplina nos referenciais teóricos que vai enraizar em sala de aula.

2.5 Normal médio ou superior?

Enquanto não se define legalmente o nível de formação que o IEAF irá oferecer esta matriz permanecerá em vigor. Suponho que ao se definir o novo perfil desta Instituição sejam redimensionadas as diretrizes curriculares da atual matriz para que satisfaçam às exigências no seu novo curso. Para a Professora Jesus Santana²³¹ “o ideal é que de fato o Instituto se transforme numa Escola de Formação de Professores de Nível Superior porque a ‘professorinha’ de curso pedagógico precisa daquele embasamento e da complementação de curso superior.” A Professora Jovina Silva²³² entende que o foco da formação superior demorou ser resolvido pela SEED “o que levou as universidades a tomarem conta dessa história que poderia ter sido feita no IEAF”, ou seja, transformá-lo em Instituto Superior de Educação que há muito tempo deveria ter acontecido e que certamente “iria cuidar da educação infantil e dos anos iniciais melhor do que um curso normal dentro de uma universidade que cuida de vários cursos”. O Professor Sampaio²³³ entende que transformar o Instituto em Normal Superior

²³⁰ Raimundo de Araújo Sampaio. Professor desde 1980 e Coordenador nos anos 90. Depoimento concedido no IEAF no dia 27 de novembro de 2003.

²³¹ Jesus Santana Professora e Coordenadora do IEAF nos anos 70 e 80.

²³² Jovina Silva Professora e Coordenadora do IEAF nos anos 80.

²³³ Raimundo Sampaio Professor e Coordenador do IEAF desde 80.

sem ter o exercício da reflexão, o exercício dessa coisa de se não compatibilizar na filosofia da 9.394/96 (...) a gente não pode entrar no Normal Superior com uma filosofia de Ensino Médio (...). O Instituto corre o risco de entrar no mesmo equívoco das Faculdades que criaram precipitadamente este curso, sem identidade e vestindo a mesma roupa da Pedagogia que é um curso enraizado, mas que está em crise de identidade.

2.6 Do Regimento de 1973

Ao tempo em que a ENAF foi transformada em IEAF, no ano de 1973, foi elaborado novo regimento interno que traçou o seu perfil e a sua competência. Determinou o documento como objetivo geral do Instituto “participar do processo de formação integral do educando, pelo exercício consciente da cidadania e qualificação para o trabalho, de acordo com as necessidades regionais e aptidões individuais do educando.”²³⁴ A partir desse objetivo, o regimento esboçou o desempenho, peculiaridades e competências dos servidores e dos setores: Diretoria, Assessoria Interna de Relações Humanas, Secretaria, Biblioteca, Coordenação Pedagógica, Serviço de Orientação Educacional (SOE) e instituições escolares; bem como o procedimento das atividades docentes e discentes e a organização didática.

2.7 Estrutura e atuação do SOE

O SOE, exigência da 5.692/71, como esclarece a Prof^ª Jesus Santana²³⁵ “foi criado para atender o aluno diante de todas as necessidades educacionais e psicológicas, acompanhar o seu desenvolvimento na escola e o seu relacionamento com os colegas e professores.” Segundo a Diretora Regina Sabóia²³⁶ “atualmente o estágio remunerado está sendo reconhecido e computado como parte do estágio curricular.”

A atual Orientadora Cacilda Silva Filha²³⁷ esclareceu como vem funcionando o SOE dentro do Instituto de Educação:

²³⁴ Regimento do IEAF, 1973, p. 1.

²³⁵ Jesus Santana Professora e Coordenadora do IEAF nos anos 70 e 80.

²³⁶ Regina Sabóia atual Diretora do IEAF.

²³⁷ Cacilda Araújo da Silva Filha. Normalista concludente do ano de 1963 e Orientadora Educacional do Instituto de Educação desde 1985. Depoimento concedido no IEAF no dia 13 de novembro de 2003.

este serviço tem duas subdivisões: a) a Vital onde o orientador faz a parte do aconselhamento, sonda e trabalha um assunto de interesse do aluno, dá cursos de relações humanas, orienta a turma no processo de escolha do seu representante e trabalha junto a este no sentido de intermediar os problemas da sala; b) a Escolar em que o orientador faz dinâmicas, técnicas de estudo, acompanha o rendimento escolar procurando saber o motivo dos problemas que estão interferindo e ajuda na solução destes. A orientação faz com os alunos uma reflexão sobre o Curso Pedagógico, a profissão docente e outras profissões para que eles decidam se querem mesmo ser professor.

A Orientadora Remédios Silva²³⁸ explicou que

faz parte do Serviço de Orientação o Núcleo de Integração Escola Empresa (NIEE), Projeto que seleciona alunos para fazerem estágio remunerado em escolas. São escolhidos alunos das várias séries, sendo depois de entrevistados pela equipe de orientadores apresentados aos diretores das escolas-empresa. Quando o diretor se interessa pelo estagiário geralmente do sexo feminino porque ele acha que os homens não têm jeito para trabalhar com criança, é assinado o convênio de seis meses, renovável, e na grande maioria ele contrata a estagiária. Este tipo de trabalho dá uma grande contribuição ao IEAF, pois as alunas estagiárias desempenham suas atividades [como alunas] de forma mais bem efetiva e o próprio Instituto é visto pela sociedade como uma Escola de boa formação.

Foto 14 – Depoentes Maria dos Remédios Silva e Cacilda Araújo



²³⁸ Maria dos Remédios Moura Silva. Orientadora Educacional do Instituto de Educação de 1982 a 2001. Depoimento concedido no IEAF no dia 13 de novembro de 2003.

2.8 Coordenação pedagógica: de monitoradora a articuladora

A Coordenação Pedagógica é uma prática que vem acontecendo no Ensino Normal desde a década de 60. Para acompanhar a sua evolução de 70 aos dias atuais (2003), atentemos para o que nos diz Sampaio²³⁹:

No período em que vigorava a 5.692/71 a missão do coordenador era mais para monitorar e fazer cumprir o que estava ali (...). Dentro da visão tecnicista, o planejamento era realizado durante a semana pedagógica onde os professores faziam a escolha dos conteúdos sem nenhuma discussão política. Era uma arrumação de conteúdo (...). O Instituto oferecia uma formação de professor baseada na escola tradicional de conhecimentos gerais e um formação moral (...). Em 80, com todos os prejuízos da visão tecnicista, tanto a Escola como os professores e os alunos passaram a ser secundários mesmo. As alunas passaram a compor três tipos de clientela: as que queriam ser professoras, as que queriam ter outra opção profissional [comerciárias] e as que queriam deixar de ser empregadas domésticas. A partir da 9.394/96 o coordenador passou a precisar conhecer a visão política da Escola para ter a concepção filosófica da coordenação e da atuação dela (...). A Lei atual quer flexibilidade e interdisciplinaridade e a gente ainda não aprendeu a lidar com essa nova Lei.

De acordo com Fátima Melo²⁴⁰

Atualmente, o IEAF dispõe de uma coordenação em cada área de estudo: Linguagens e suas Tecnologias, Fundamentos, Ciências Naturais e Humanas, Prática e Matemática e uma coordenação geral por turno uma vez que cada turno nesta instituição representa uma Escola. Esta estrutura está definida no Projeto de Formação do Magistério do Piauí PROFORMAPI, no sentido de proporcionar melhor aprofundamento e articulação garantindo a contextualização e interdisciplinaridade exigida na atual legislação e parâmetros nacionais (...). O planejamento do curso se realiza sempre no início do ano, na semana pedagógica e os professores têm a liberdade de decidir sobre a extensão do seu planejamento, se bimestral ou anual.

2.9 Do Regimento de [198?]

²³⁹ Raimundo Sampaio Professor e Coordenador do IEAF desde os anos 80.

²⁴⁰ Fátima Melo Professora e Coordenadora do IEAF desde os anos 80.

Posteriormente, o Regimento de 1973 foi substituído por outro²⁴¹ mais amplo e que apresentou os fins e os objetivos (geral e específicos) do IEAF; determinou a manutenção do Curso Normal em três séries; enumerou as habilitações oferecidas em Estudos Adicionais (4ºano): Educação Pré-Escolar, Educação Especial, Administração Escolar, Secretariado Escolar, Bibliotecário Escolar, Educação de Adultos e Alfabetização; dispôs sobre as características dos diversos setores e competências dos administradores; favoreceu a continuidade do curso pedagógico em regime parcelado; determinou a obrigatoriedade do estágio; estabeleceu as atividades docentes e discentes bem como seus direitos e deveres e possibilitou a criação de uma Escola de Aplicação, como ilustram as fotos abaixo:

2.10 A Escola de Aplicação – anexa ao IEAF

A Professora Marlene Vaz²⁴² que dinamizou a sala de leitura do Projeto Pró-Leitura vindo da França, coordenado por Ellie Bajard e executado na Escola de Aplicação falou o seguinte:

A Escola de Aplicação foi uma proposta elaborada juntamente com os professores do IEAF (...) para que as alunas fizessem o estágio sem se deslocar e os professores acompanhassem mais diretamente (...). Funcionava no último bloco do prédio para ela construído (...) com seis salas de aula e uma destinada à direção, coordenação e professores (...) onde as discussões aconteciam coletivamente de forma integrada (...). Começou com a educação Pré-Escolar e a cada ano ampliava uma série (...) de forma a atender a evolução da criança e chegou até a 3ª série do ensino fundamental (...). Depois a Escolinha foi transferida (...) por reivindicação dos próprios professores do Instituto, pois as crianças estavam atrapalhando as aulas.

Foto 15 – Escola de Aplicação (anos 90)

²⁴¹ Regimento do IEAF de [198?]. Não foi possível localizar a data precisa deste documento.

²⁴² Marlene de Oliveira Vaz Professora da Escola de Aplicação, anexa ao Instituto de Educação nos anos 90. Depoimento (não gravado) concedido em seu local de trabalho, SEED, no dia 17 de novembro de 2003.



Fonte: Arquivo do IEAF

2.11 A Secretaria do IEAF no processo de indefinição

Presentemente, encontra-se o IEAF funcionando sem um regimento atualizado que lhe dê suporte legal para as alterações que vêm sendo realizadas em decorrência da Lei nº 9.394/96, principalmente no que se refere à expedição dos diplomas como comenta a secretária da Escola Regina Marreiros.²⁴³

A partir de 2001 quando o curso foi ampliado para quatro anos, ao aluno do 3º ano que passasse no vestibular o Instituto emitia um certificado equivalente ao ensino médio. Naquele ano não expedimos nenhum diploma. Em 2002 criamos um novo modelo de diploma com 51 componentes das matrizes curriculares [antiga e nova] e expedimos os primeiros diplomas com a nova grade de quatro anos (...). Para os alunos [de 1996 a 2000] que tinham o diploma registrado e voltaram para fazer o 4º ano, nós ainda estamos discutindo (...) o CEE quer que nós façamos um apostilamento, nós queremos dar um certificado (...). Esta questão vai ser retomada no final do ano [2003] e enquanto não se resolver, os concludentes não recebem seu documento (...). Quanto aos alunos que tinham o diploma sem registro e vieram cursar o 4º ano, nós pedimos esses diplomas de volta para substituí-lo pelo novo modelo já constando o 4º ano (...). Outro problema que enfrentamos na Secretaria diz respeito às dependências. Temos aluno com dependência do 1º e/ou do 2º ano [que não mais é ofertado], então nós o encaminhamos para fazer a tele-sala; os do 3º ano, foram lotados nas turmas de 3º ano (...). Em 2001 não foi feita a dependência, no final do ano fizeram um provão, os alunos foram pegos de surpresa e não houve quase rendimento (...). A proposta da dependência é que o aluno se comprometesse a pagá-la no ano seguinte; mas não foi isso o que aconteceu no

²⁴³ Regina Célis Almeida Marreiros Professora desde a década de 80 e atualmente (2003) Secretária do Instituto de Educação. Depoimento concedido no IEAF no dia 26 de novembro de 2003.

Instituto. Os alunos foram simplesmente passando de uma série para outra devendo disciplinas até que chegou a um ponto que o Instituto vai ter que funcionar, acho que por mais uns dois anos, só para tratar desse assunto.

2.12 Estratégia de ocupação do tempo-espaço no tempo de incerteza

Além dos Projetos PROINFO, PROFORMAÇÃO, do SOE e do próprio Curso Normal em nível médio atualmente oferecidos pelo IEAF e que já foram abordados anteriormente, Regina Sabóia²⁴⁴ informou que

... nestes dois últimos anos funcionou ainda o Grêmio Estudantil, o Conselho Escolar, a Biblioteca, o Auditório, a Sala de Vídeo e quatro Tele-salas e que na tentativa de administrar o quadro de *incerteza* [grifo nosso] vivido pela Escola, a direção optou pela estratégia de engajar coletivamente o corpo docente e discente na luta contra tal situação através da atividade de elaboração e execução de projetos interdisciplinares como um meio de mantê-lo [IEAF] vivo e estar presente na sociedade (...). Assim foram desenvolvidos os Projetos: do ‘Reforço para o PSIU’, ‘Conhecendo Sete Cidades’, ‘Alfabetização através de texto e do contexto do IEAF’, ‘Tiruli’, ‘Oficina de Artes’, ‘História e evolução da escrita’, ‘Pesquisa passeio à cidade de Pedro II’, ‘Aula passeio sobre a Serra da Capivara’ e ‘Reciclagem de materiais’, onde os professores mostravam a importância desses assuntos no processo educativo e orientavam o alunado na elaboração e produção de projetos.

2.13 Do perfil do futuro egresso

Como toda escola existe em função do aluno, muito tem se discutido acerca da identidade do IEAF como formador do profissional da educação. Independente do nível de

fo
co
su
si
F



244
245
246

se guiar em busca do perfil ideal que para a
deverá ter as condições básicas em nível de
ssibilitando-lhe uma ação e reflexão sobre sua
nde que

desde os anos 80.

... o egresso deva ter uma visão aberta da vida, seja capaz de fazer a ligação dos conteúdos adquiridos com a realidade que vai se deparar, que se valorize como profissional da educação e pelo que realmente representa para a sociedade, que seja capaz de batalhar por aquilo que merece e seja comprometido com a profissão que abraçou.

Pode-se condensar o que foi dito a respeito do perfil do egresso nas palavras de Jovina Silva:²⁴⁷

O IEAF tem um grande papel em formar o professor consciente. Esta formação deverá passar necessariamente pelo aspecto técnico e pela dimensão política que é a capacidade de saber tomar decisões certas. Isto tem que ser desenvolvido no curso, pois vai dar chance de trabalhar, por exemplo, as questões que estão na LDB, contextualizando e interdisciplinando. Só é capaz de fazer isso quem tem uma formação política e, acima de tudo, a formação ética que é a dimensão que intermedeia a técnica e a política. Daí o IEAF deverá ter, obrigatoriamente, essa diretriz: trabalhar os alunos para que eles saiam formados com uma dimensão técnica e política intermediada pela ética.

Foto 17 – Atividades Cívicas e Docentes

²⁴⁷ Jovina Silva Professora e Coordenador do IEAF nas décadas de 80 e 90.



Fonte: Arquivo do IEAF

2.14 Das incertezas às possibilidades

Desde o ano 2000 uma equipe composta por técnicos da SEED e professores da Escola, começou a discutir uma proposta regimental que redefinisse o Instituto dentro do que vinha sendo praticado (Normal Médio de quatro anos) e do que pretendia ser implantado (Normal Superior – Instituto Superior de Educação “Antonino Freire” - ISEAF). Como resultado dessas discussões a equipe elaborou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), encaminhou aos órgãos competentes para que se fizessem os procedimentos legais (aprovação, homologação e institucionalização) e o apresentou ao colegiado do IEAF em reunião realizada às 15h do dia 16 de janeiro de 2004 com a presença do Sr. Secretário de Educação Antonio José Medeiros.

A princípio, o Sr. Secretário explicou o trâmite que o PDI deve passar até a oficialização e funcionamento e que antes mesmo da aprovação, podem ser tomadas medidas para sua operacionalização.

Em seguida abordou a questão do Ensino Normal Médio, dizendo que ele é transitório, que de quatro a cinco anos o Instituto oferecerá apenas o 4º ano complementar para os concludentes de 1999 a 2003 e que poderá haver até um 3º ano ou disciplinas equivalentes ao 1º, 2º e 3º ano para resolver os problemas de dependência. Ventilou ainda a possibilidade de reintrodução do Normal Médio caso a LDB venha determinar.

Com relação ao nível Superior afirmou que este terá também uma fase transitória de implantação que incidirá sobre a expansão, a estruturação institucional, o tipo de atividade [ensino, pesquisa e extensão] e sobre o quadro docente. Segundo a proposta do PDI o Normal Superior começará com seis turmas de 1º ano em 2004 e que a princípio será na atividade de ensino. A extensão ocorrerá somente a partir de 2005 com abertura de Núcleos no interior, nas antigas Escolas Normais Regionais e a formação continuada que deverá ser coordenada e executada pelo Instituto, financiada pela SEED e ministrada pelos professores da casa, da UESPI, UFPI, outras Universidades e técnicos da SEED.

No tocante ao quadro docente, o Instituto Superior deverá absorver os 119 professores da casa, mas como de início haverá excesso de carga horária, esta deverá ser complementada em outras escolas sendo o critério para distribuição da carga horária [dentro ou fora do IEAF] decidido na própria Escola. O único critério político administrativo da SEED é que no período de transição, todo o corpo docente adquira a qualificação necessária para firma-se como professor do Instituto Normal Superior.

E, assim, encerro a reconstituição que fiz da memória de 139 anos na formação de professores piauienses através da história da Escola Normal de Teresina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu a reconstrução do percurso histórico da mais antiga instituição de formação de professores do Estado do Piauí; a identificação dos objetivos a cada nova implantação; as modificações legais, especialmente as de 1910, de 1947, 1973 e 1996; o porquê da predominância feminina; as intencionalidades das diversas grades curriculares e o perfil da instituição e dos egressos.

A riqueza nas informações obtidas em fontes escritas e orais estabeleceu a complementaridade para a compreensão do contexto no qual esteve inserida a Escola Normal e as relações estabelecidas com a sociedade nos diversos períodos de sua história.

A História Cultural como referencial teórico-metodológico foi significativa na medida que me levou à percepção e utilização das variadas fontes e à compreensão de que não se constrói uma história total, mas uma história a partir do olhar e dos questionamentos estabelecidos às fontes localizadas, além da mesma se interessar por toda atividade humana e, como tudo tem uma história, aquela permitiu a reconstituição da Escola Normal em Teresina, pois como afirma Peter Burke “tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstituído e relacionado ao restante da história”.²⁴⁸

Os estudos sobre a História da Educação no Brasil e no Piauí utilizados neste trabalho foram importantes e necessários para a compreensão dos vínculos entre o nacional e o local no processo de institucionalização da Escola Normal em Teresina.

A evolução do ensino normal no Brasil mostra que as iniciativas pioneiras foram de responsabilidades dos Presidentes das Províncias [dentre elas a do Piauí] de criar Escolas Normais como medida de solução para o caos estabelecido com a expulsão dos jesuítas e conseqüente derrocada do ensino de primeiras letras. Os ensaios que foram feitos atribuindo aos Liceus competência para formação de professores ou anexando a eles Escolas que não prosperaram por falta de identificação com o propósito para o qual eram criadas. As regulamentações e reformas que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais adotaram medidas para melhoramento do ensino normal e que ultrapassaram seus limites territoriais. As reformas educacionais de caráter nacional que se fizeram a partir da Proclamação da República e as Leis que contemplaram o ensino normal: Lei Orgânica de 1946; a LDB de 1961; a 5.692/71 e a nova LDB de 1996.

A Escola Normal em Teresina teve seu início no ano de 1864 e neste trabalho seu percurso histórico foi dividido em quatro períodos para melhor organização e compreensão.

No primeiro período (1864 – 1908) abordei as três tentativas de implantação do ensino normal em Teresina dentro das perspectivas de seus idealizadores. Franklin Américo de Meneses Dória, Presidente da Província, realizou em 1864 a primeira tentativa que durou apenas três anos. Em 1867, o seu sucessor resolveu anexá-lo ao Liceu piauiense

²⁴⁸ BURKE, 1992, p. 11.

e o curso passou a ser freqüentado apenas por estudantes do sexo masculino, uma experiência que permaneceu por sete anos, ou seja, até 1874. Depois de oito anos sem ensino normal, em 1882, este foi recriado independentemente do Liceu e teve um relativo desempenho, mas por motivos financeiros da Província, foi novamente extinto no ano de 1888 deixando o Piauí durante os vinte anos seguintes sem o exercício de formação de professores e, conseqüentemente, sem Escola Normal.

A Escola Normal foi restabelecida em 1909 pela Sociedade Auxiliadora da Instrução, uma entidade que se preocupou com a educação teresinense e a ela se dedicou filantropicamente. Em 1910, o Governo oficializou a Escola Normal que fora criada para atender exclusivamente a alunas do sexo feminino e que passou a seguir os programas da Escola Normal do Rio de Janeiro e criou a Escola Modelo Artur Pedreira e uma Escola de Adaptação para o seu melhor desempenho. Segundo alguns depoentes a Escola Normal abria perspectivas de futuro, despertava o sentimento de solidariedade e difundia o saber em nível de faculdade. Neste segundo período de sua história (1909 – 1946), a Escola Normal chegou à Consolidação, pois se solidificou no cenário educacional piauiense, adquiriu estabilidade no funcionamento e qualidade no seu ensino [embora acadêmico] praticado por professores, exímios oradores e excelentes catedráticos que a impuseram como parâmetro para as demais congêneres que foram surgindo no Estado.

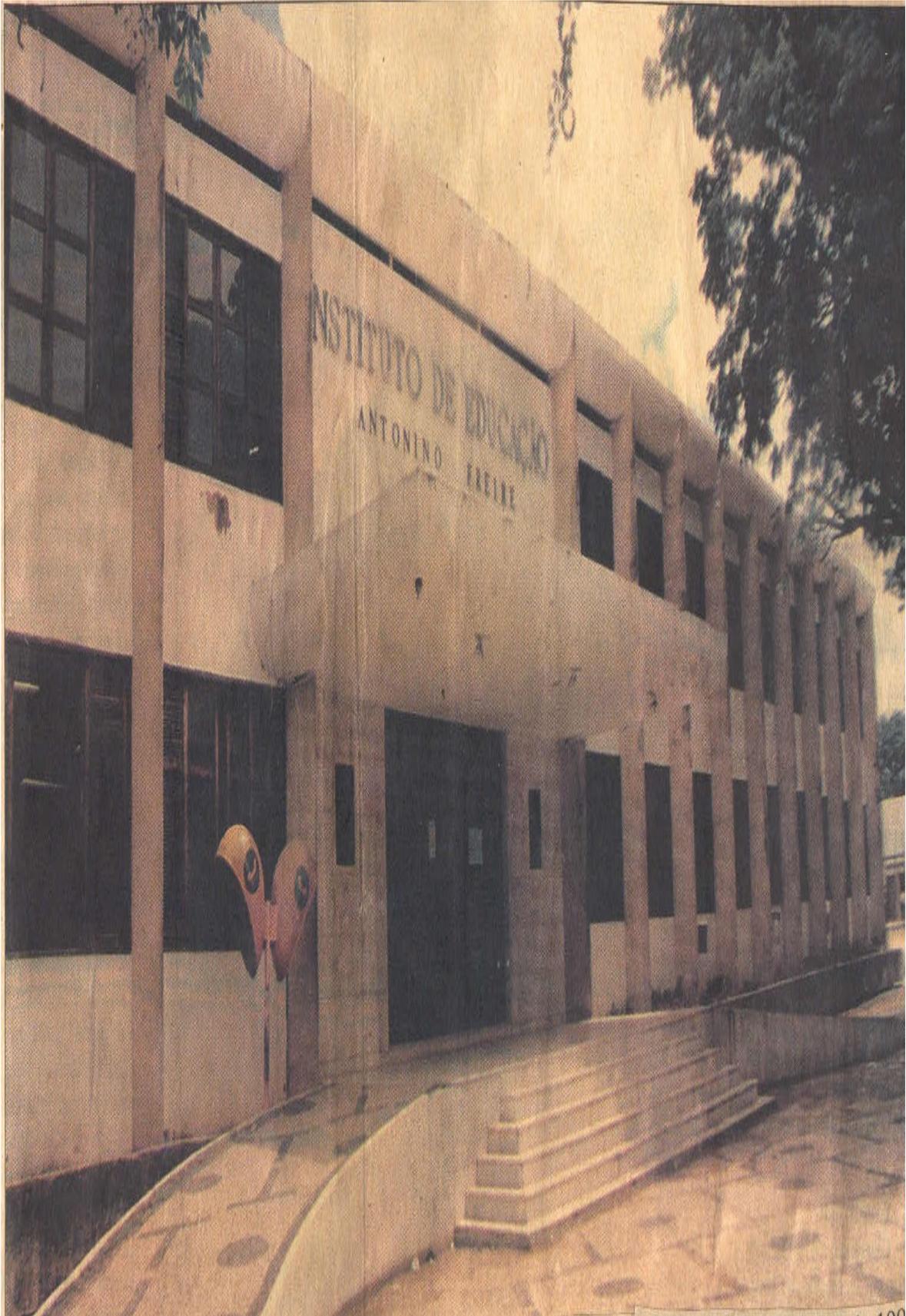
No terceiro período a Escola atinge o seu Apogeu, um período de brilho e de ascensão tanto da Escola quanto dos docentes e discentes. O início deste período (1947 – 1972) foi marcado pela regulamentação do ensino normal em âmbito federal através da Lei Orgânica. Instalada desde 1925 em um prédio especialmente construído para abrigá-la e que dava orgulho a seus estudantes, a Escola objetivou desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas da educação infantil; exigiu registro dos professores junto ao MEC; recebeu o nome de Escola Normal “Antonino Freire” em homenagem ao seu maior idealizador; possibilitou a qualificação do corpo docente; incorporou ao currículo as metodologias específicas ao ensino primário; passou a contar com um número em torno de 2.000 alunos e, principalmente despertou ns normalistas o interesse pela formação com qualidade para exercerem futuramente o magistério na melhor de suas potencialidades. Assim, ela apaixonou e se fez admirada a ponto de seus professores afirmarem que se

pudessem recomeçar a vida, recomeçariam como professores da Escola Normal “Antonino Freire”.

No último período (1973 – 2003) desta trajetória a Escola Normal apresentou diferentes perfis face às duas Leis que regulamentaram o ensino normal. Durante a vigência da Lei nº 5.692/71 em que recebeu a denominação de Instituto de Educação “Antonino Freire”, o curso normal sofre crise de identificação, igualando-se aos demais cursos profissionalizantes da chamada década tecnicista e ocorre a massificação do ensino oportunizando a demanda de uma clientela nem sempre compromissada com o magistério. Como tentativa de reversão dessa situação foi criado dentro do Instituto, nos anos 80, um CEFAM como parte de um trabalho de revitalização de todas as Escolas Normais do país. Com o advento da Lei nº 9.394/96, o Instituto viveu um momento de incerteza que provocou o esvaziamento do corpo discente. A dúvida sobre a real possibilidade de adaptação do ensino normal em nível superior e a indefinição sobre o seu futuro alimentou certo desânimo que felizmente se desfez no início de 2004 quando finalmente ficou pronta a proposta de transformação do Instituto de Educação “Antonino Freire” em Instituto Superior de Educação “Antonino Freire”.

Finalmente, por tudo que foi reconstituído acerca do objeto em estudo, acredito que este trabalho oferece significativa contribuição à memória do Ensino Normal em Teresina e à história da educação piauiense e brasileira.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “ANTONINO FREIRE”



BIBLIOGRAFIA

A – LEIS E DOCUMENTOS

PIAUHY, **Código de leis piauhyenses**. 1852. Resolução nº 315 de 21 de julho de 1852. Autoriza a transferência da Capital da Província para a nova cidade de Therezina. 1852.

PIAUHY, **Código das leis piauehyenses**. 1864. Resolução nº 565 de 05 de agosto de 1864. Autoriza o presidente da Província a criar nesta capital uma escola normal constituída em externato. San' Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1865. (94-99).

PIAUHY, **Código das leis Piauhyenses**. 1867. Resolução nº 599 de 09 de outubro de 1867. Restaura o Liceu Piauiense. San' Luiz: Typ. de B. de Mattos. 1867. (1-5).

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1870 – 1872. Tomo 28. Parte 1ª. Secção 1ª. Resolução nº 753, publicada em 29 de agosto de 1871. Reforma o Liceu desta capital e cria diversas disposições relativas à instrução primária. 1872. (86-93).

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1874. Resolução nº 858 de 11 de julho de 1874. Autoriza o presidente da Província a reformar o Liceu de Therezina. Theresina: Typ. do Piauhy. 1876. (17-19).

PIAUHY, **Códigos das leis piauhyenses**. 1882. Resolução nº 1.062 de 15 de junho de 1882. Cria na capital da província uma escola normal destinada a formar professores para o ensino primário. Tomo 37. Parte 1ª. Secção 1. Therezina, 1882. (97-100).

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1886. Resolução nº 1.160, publicada em 30 de outubro de 1886. Anexou a Escola Normal ao Lyceu Piauhyense. Theresina, 1886.

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1888. Resolução nº 1.197, publicada em 10 de outubro de 1888. Extingue a Escola Normal desta capital e dá outras disposições. Therezina: Typ. da Tribuna 1888. (81-83).

PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1910**. Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do estado. Therezina: Imprensa Official – 1910.

PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1910**. Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expede regulamento para a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Official – 1913. (101).

PIAUHY, **Leis e decretos do estado do Piauhy do anno de 1911**. Lei nº 642, publicada em 17 de julho de 1911. Trata do curso da escola normal desta capital. Therezina: Imprensa Official – 1912.

PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1915**. Decreto nº 622, publicado em 19 de abril de 1915. Manda adotar para o Liceu Piauiense novo plano de ensino. Therezina: Imprensa Official – 1915.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1918. Lei nº 868 de 24 de junho de 1916. Trata de reforma curricular da escola normal. Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1916.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1918. Decreto nº 708 de 02 de outubro de 1918. Proposta curricular da Escola Normal Oficial. Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1918.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1921. Decreto nº 771 de 06 de setembro de 1921. Reforma a instrução pública do Estado. Therezina: Typ. do << O Piauhy>>, 1922. (168-186).

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1922. Lei nº 1.027 de 03 de março de 1922. Aprova o Decreto nº 771 de 06 de setembro do ano anterior, com alterações. Therezina: Typ. do << O Piauhy>>, 1923. (7-11).

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1928. Lei nº 1.196 de 18 de julho de 1928. Equipara o Ginásio Parnaibano à Escola Normal Oficial. Therezina: Typ. do Piauhy, 1928.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1928. Lei nº 1.214 de 26 de julho de 1928. Regula o funcionamento da Escola Normal Oficial. Therezina: Typ. do Piauhy, 1928.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1931. Decreto nº 1.139 de 02 de janeiro de 1931. Therezina: Regulamento do ensino normal do Estado do Piauhy, 1931.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1931. Decreto nº 1.145 de 02 de fevereiro de 1931. Therezina: Regulamento do ensino normal do Estado do Piauhy, 1931.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1931. Decreto nº 1.301 de 14 de setembro de 1931. Therezina: Regulamento do ensino normal do Estado do Piauhy, 1931.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1933. Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933. Regulamenta o ensino normal. Therezina: Imprensa Official, 1933.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1934. Decreto nº 1.522 de 28 de fevereiro de 1934. Readaptação curricular da Escola Normal Oficial. Therezina: Imprensa Official, 1934.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1938. Decreto nº 111 de 02 de agosto de 1938. Readaptação curricular da Escola Normal Oficial. Therezina: Imprensa Official, 1938.

PIAUHY, Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1939. Decreto nº 164 de 11 de fevereiro de 1939. Trata da taxa de matrícula na Escola Normal Oficial. Therezina: Imprensa Official, 1939.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1946. Decreto nº 1.222 de 21 de junho de 1946. Cria o departamento de Educação do Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1946.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1946. Decreto nº 1.306 de 02 de setembro de 1946. Determina nova estrutura para o ensino primário. Teresina: Imprensa Oficial, 1946.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1947. Decreto nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947. Organiza o ensino normal e cria o Ginásio na Escola Normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1947. Lei nº 46 de 18 de Dezembro de 1947. Deu o nome de “Antonino Freire” à Escola Normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1957. Lei nº 1.505 de 04 de julho de 1957. Restaurou a cadeira de História do Piauí no Ensino Normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1957.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1957. Lei nº 1.687 de 11 de dezembro de 1957. Instituiu prêmio às concludentes do curso de formação de professores. Teresina: Imprensa Oficial, 1958.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1963. Lei nº 2.489 de 20 de novembro de 1963. Cria o Conselho Estadual de Educação. Teresina: Imprensa Oficial, 1963.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1966. Parecer nº 03/66 (Conselho Estadual de Educação). Cria o Regime Departamental no ensino normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1966.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1968. Lei nº 2.887 de 05 de julho de 1968. Institui o Sistema de Ensino do Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1968.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1973. Decreto nº 1.553 de 22 de janeiro de 1973. Transforma a Escola Normal em Instituto de Educação. Teresina: Imprensa Oficial, 1973.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1974. Lei nº 3.273 de maio de 1974. Disciplina o Sistema de Ensino do Estado do Piauí. In: BRITO, Itamar. História da Educação no Piauí, Teresina: UFPI, 1996.

PIAUI, Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1974. Lei nº 3.278 de 10 de julho de 1974. Cri o Estatuto do Magistério Público do Piauí. In: BRITO, Itamar. História da Educação no Piauí, Teresina: UFPI, 1996.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “ANTONINO FREIRE”. Regimento Interno. 1973.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “ANTONINO FREIRE”. **Regimento Interno**. [198?].

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Escola Normal “Antonino Freire” – Anuário de 1960**. Teresina, 1960.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. **A Instrução Pública no Piauí**. Therezina: Papelaria Piauíense, 1922.

DISCURSO: **O ensino normal no Piauí**. Cerimônia de Colação de Grau das Normalistas de 1922. Elisa Gonçalves (oradora) e Hygino Cunha (Pranympo). Therezina: Papelaria Piasuíense, 1923.

DISCURSO: **“Escola Normal”**. Jandira Campelo. Publicado pelo Jornal: *O Piauí*. Ano XXXVII, nº 17, Teresina: 20 de janeiro de 1925, p. 4.

DISCURSO: **Aula Inaugural (1960)**. Cerimônia do 50º Aniversário da Escola Normal “Antonino Freire”. José Camilo Filho. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Escola Normal “Antonino Freire” – Anuário 1960. Teresina, 1960.

BRASIL, **Decreto nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946**. Regulamenta o ensino normal no Brasil. In ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

BRASIL, **Decreto nº 8.585 de 08 de janeiro de 1946**. Determina aos Estados adaptarem os serviços de ensino às Leis Orgânicas. In ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. In: DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Coleção A. E. C. 3 ed. Rio de Janeiro: GB, 1968.

BRASIL, **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino do 1º e 2º graus. Brasília, Diário Oficial da União, 18 de agosto de 1971.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Publicada sem vetos no Diário Oficial da União de 23/12/96 estabelece a qualidade de ensino como princípio e instrumento das ações educativas, a flexibilização curricular, a democratização do acesso ao ensino superior, a oferta massiva e planejada de educação para jovens e adultos e a garantia de mais recursos financeiros para a educação pública.

PIAUI, **Constituição Estadual de 1935**. In: REGO NETO, Hugo Napoleão do. Fatos da História do Piauí. 2 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

PIAUI, Governador, 1904 – 1907 (Álvaro de Assis Osório Mendes). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1906**. Therezina: Imprensa Oficial, 1906.

PIAUHY, Governador, 1904 – 1907 (Álvaro de Assis Osório Mendes). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1907.** Therezina: Imprensa Official, 1907.

PIAUHY, Governador, 1910 – 1912 (Antonino Freire da Silva). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1912.** Therezina: Imprensa Official, 1912.

PIAUHY, Governador, 1912 – 1916 (Miguel de Paiva Rosa). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Piauhy, no dia 1º de junho de 1913, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.** Therezina: Typ. Paz, 1913.

PIAUHY, Governador, 1912 – 1916 (Miguel de Paiva Rosa). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Piauhy, no dia 1º de junho de 1914, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.** Therezina: Typ. Paz, 1914.

PIAUHY, Governador, 1912 – 1916 (Miguel de Paiva Rosa). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa no dia 1º de junho de 1915, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.** Therezina: Typ. do “O Piauhy”, 1915.

PIAUHY, Governador, 1916 – 1920 (Euripides Clementino de Aguiar). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador a 1º de junho de 1917.** Therezina: Imprensa Official, 1918.

PIAUHY, Governador, 1916 – 1920 (Euripides Clementino de Aguiar). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador a 1º de junho de 1918.** Therezina: Imprensa Official, 1918.

PIAUHY, Governador, 1916 – 1920 (Euripides Clementino de Aguiar). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador a 1º de junho de 1920.** Therezina: Imprensa Official, 1920.

PIAUHY, Governador, 1920 – 1924 (João Luiz Ferreira). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1921.** Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1921.

PIAUHY, Governador, 1920 – 1924 (João Luiz Ferreira). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1922.** Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1922.

PIAUHY, Governador, 1920 – 1924 (João Luiz Ferreira). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1923.** Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1923.

PIAUHY, Governador, 1920 – 1924 (João Luiz Ferreira). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1924.** Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1924.

PIAUHY, Governador, 1925 – 1928 (Mathias Olympio de Mello). **Mensagem lida, a 1º de junho de 1925, perante a Camara Legislativa do Estado do Piauhy, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.** Therezina: Piauhy, 1925.

PIAUHY, Governador, 1925 – 1928 (Mathias Olympio de Mello). **Mensagem lida, a 1º de junho de 1927, perante a Camara Legislativa do Estado do Piauhy, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.** Therezina: Piauhy, 1927.

PIAUHY, Governador, 1925 – 1928 (Mathias Olympio de Mello). **Mensagem lida, a 1º de junho de 1928, perante a Camara Legislativa do Estado do Piauhy, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.** Therezina: Piauhy, 1928.

PIAUHY, Governador, 1928 – 1930 (João de Deus Pires Leal). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa pelo Governador do Estado do Piauhy a 1º de junho de 1929.** Therezina: Imprensa Oficial, 1929.

PIAUHY, Governador, 1928 – 1930 (João de Deus Pires Leal). **Mensagem apresentada à Camara Legislativa pelo Governador do Estado do Piauhy a 1º de junho de 1930.** Therezina: Imprensa Oficial, 1930.

PIAUHY, Governador, 1935 – 1945 (Leonidas de Castro Melo). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1936,** pelo Ex.mo. Sr. Governador.

PIAUHY, Governador, 1935 – 1945 (Leonidas de Castro Melo). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1937,** pelo Ex.mo. Sr. Governador.

PIAUHY, Governador, 1935 – 1945 (Leonidas de Castro Melo). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1943,** pelo Ex.mo. Sr. Governador.

PIAUÍ, Governador, 1946 – 1950 (José da Rocha Furtado). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1948.

PIAUÍ, Governador, 1946 – 1950 (José da Rocha Furtado). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1949.

PIAUÍ, Governador, 1946 – 1950 (José da Rocha Furtado). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1950.

PIAUÍ, Governador, 1951 – 1955 (Pedro de Almendra Freitas). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1951.

PIAUÍ, Governador, 1951 – 1955 (Pedro de Almendra Freitas). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador .** Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

PIAUÍ, Governador, 1951 – 1955 (Pedro de Almendra Freitas). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1953.

PIAUÍ, Governador, 1951 – 1955 (Pedro de Almendra Freitas). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador .** Teresina: Imprensa Oficial, 1954.

PIAUÍ, Governador, 1955 – 1959 (Jacob Manoel Gaioso e Almendra). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1956.

PIAUÍ, Governador, 1955 – 1959 (Jacob Manoel Gaioso e Almendra). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1957.

PIAUÍ, Governador, 1959 – 1962 (Francisco das Chagas Rodrigues). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1960.

PIAUÍ, Governador, 1959 – 1962 (Francisco das Chagas Rodrigues). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1962.

PIAUÍ, Governador, 1965 – 1969 (Helvídio Nunes de Barros). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 31 de janeiro de 1967 pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1967.

PIAUÍ, Governador, 1965 – 1969 (Helvídio Nunes de Barros). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 31 de janeiro de 1969 pelo Governador.** Teresina: Imprensa Oficial, 1969.

PIAUÍ, Governador, 1970 – 1971 (João Clímaco D’Almeida). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 01 de março de 1971 pelo Governador.** Teresina: COMEPI, 1971.

PIAUÍ, Governador, 1971 – 1975 (Alberto Tavares e Silva). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 01 de março de 1972 pelo Governador.** Teresina: COMEPI, 1972.

PIAUÍ, Governador, 2003 – 2007 (José Wellington Barros Dias). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, por ocasião da instalação dos Trabalhos da 1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, 17 de fevereiro de 2003.** Teresina: COMEPI, 2003.

PIAUÍ. Presidente, 1887 – 1888 (Francisco José Viveiros de Castro). **Falla com que o Exm°.Sr. Presidente Dr. Francisco José Viveiros de Castro abriu a primeira sessão da vigésima sétima Legislatura da Assembléa Provincial do Piauhy, no dia 2 de julho de 1888.** Therezina, Typ. do Telephone, 1888.

PIAUÍ. Presidente, 1873 – 1874 (Adolfo Lamenha Lins). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy no dia 1º de junho de 1874.** Maranhão, Typ. do Paiz. 1874.

PIAUHY, Governador, 1916 – 1920 (Eurípedes Clementino de Aguiar). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador.** Theresina: Imprens Official, 1920.

PIAUHY, Governador, 1931 – 1935 (Landry Sales Gonçalves). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador.** Theresina: Imprens Official, 1938.

PIAUHY, Governador, 1937 – 1945 (Leônidas de Castro Melo). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador.** Theresina: Imprens Official, 1938.

PIAUHY, Governador, 1937 – 1945 (Leônidas de Castro Melo). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador.** Theresina: Imprens Official, 1940.

PIAUHY, Governador, 1937 – 1945 (Leônidas de Castro Melo). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador.** Theresina: Imprens Official, 1942.

PIAUHY, Governador, 1937 – 1945 (Leônidas de Castro Melo). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador.** Theresina: Imprens Official, 1943.

B - LIVROS E PERIÓDICOS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de. **Homens no magistério primário de Teresina (PI): 1960 a 2000**. Teresina, 2003, 201f., Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

ADRIÃO NETO. **Geografia e História do Piauí para estudantes – da Pré-História à Atualidade**. 2 ed. Teresina: “Edições Geração 70”, 2003.

_____. **Literatura Piauiense para estudantes**. Teresina: EDUFPI, 1996.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura (parte terceira da 5ª edição da obra: **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

AZEVEDO, James. **A Pátria. Educação**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936, p. 4.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves – PMT, 1994.

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. **Therezina – Teresina**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BEVILÁQUA, Amélia Carolina de Freitas. **O Lírio**. In: ADRIÃO NETO. **Literatura Piauiense para estudantes**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITO, Itamar. **Escola Normal: 74 anos**. *Educação Hoje*. Teresina. Ano I, n.º 4, Revista Trimestral, 15/07/1984, 1984, p.8 e 9.

_____. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **A formação do professor: para o início da escolarização**. Goiânia: UCG, 1987.

BURKE, Peter (Org.); **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira. **As políticas de formação do professor ao nível de segundo grau e suas implicações no Instituto de Educação “Antonino Freire”**. 1999. 164p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, 1999.

CAMPELO, Ací. Teatro. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 259-280.

CANEZIN, Maria Teresa, LOUREIRO, Walderês Nunes. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

CARVALHO, Raimunda. **Escola Normal: 74 anos**. *Educação Hoje*. Teresina. Ano I, n.º 4, Revista Trimestral 15/07/1984, 1984, p. 9.

CASTELO BRANCO, Nerina; MORAES, Herculano. Presença da mulher. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CELESTINO, Erasmo. **Odilon Nunes: historiador e educador**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. (Tradução de Maria de Lourdes Menezes). Revisão técnica de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, José Gastão Belo. **Dez anos de pedagógico parcelado**. *Educação Hoje*. Ano I nº 4, Revista Trimestral, 1984, p. 63-64.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, PI: EDUFPI, 1996.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **Do ocaso aparente ao aparente investimento: a situação do magistério e do atendimento ao aluno a história recente da rede estadual de ensino do Piauí (1988 a 2000)**. Teresina: 2002. 205p. Dissertação (Mestrado em Educação – História da Educação) – Universidade Federal do Piauí.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Trajetórias profissionais de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa: a construção do exercício docente (Aracaju-Se 1920/1950). **CADERNOS CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos** – n. 1 São Paulo: CERU/USP, Série 2, n. 11, 2000, p. 101-113.

_____. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí Visão Global**. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

LE GOFF, Jacques (Org.), CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques. **A história nova**. (Tradução Eduardo Brandão). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Maria do Carmo Bezerra. **Projeto de Revitalização das Escolas Normais do Piauí: um estudo da política educacional**. São Paulo: 1989. 116p. Dissertação de Mestrado em Educação (Supervisão e Currículo) – Pontifícia Universidade Católica.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. A realidade sócio ambiental do Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 429-459.

LIRA, Átila de Freitas. **Escola Normal: 74 anos**. *Educação Hoje*. Teresina. Ano I, n.º 4, Revista Trimestral, 15/07/1984, 1984, p.7.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da Instrução: A Feminização do Magistério Primário Piauiense**. 1996. 242p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1996.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 159-183.

MENDES, Felipe. **Formação Econômica**. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 75 –78.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. **O Ensino de ciências naturais na escola normal: aspectos históricos**. Teresina: EDUFPI, 2002.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

MOURA, Francisco Miguel de. Romancista. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 213-229.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cronologia do Piauí Republicano 1889 – 1930**. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

NEVES, Abdias da Costa. **Aspectos do Piauí: Formação Territorial – Composição Étnica – Valores Econômicos – Organização Política**. Teresina: Typographia D’ “O Piauí”, 1926.

_____. **Um Manicaca**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de história**. Rio de Janeiro, 2001.

NOGUEIRA, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**. São Paulo: ano IV, n. 16, out./dez, 1953.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

NUNES, Manoel Paulo. A Academia e a Literatura. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 185-210.

NUNES, Odilon. **O Piauí na história**. 4 ed. Teresina: COMEPI, 1975.

_____. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2 ed. vol. I. Rio de Janeiro: Artenova, [1975].

_____. **Pesquisas para a história do Piauí**. v. II. Teresina: Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966.

_____. **Pesquisas para a história do Piauí**. v. III e IV. Teresina: Artenova, 1972.

PEREIRA, Rita de Cássia Lima. **Relação entre a formação e a atuação do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau: uma interpretação**. 1995. 185p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, 1995.

_____. **Escola Normal: 74 anos**. *Educação Hoje*. Teresina. Ano I, nº 4, Revista Trimestral 15/07/1984, p. 46.

PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luis. **Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PIRES, Francisca Cardoso da Silva. **Escola Normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864 a 1910)**. 1985. 127p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

PRINS, Jim. História oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. (Tradução Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

QUEIROZ, José Júlio Soares. **Logos: Uma perspectiva para o professor leigo da zona rural**. *Educação Hoje*. Ano I, nº 4, Revista Trimestral, 1984, p. 64-65.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Maçonaria e sociedade. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 405-427.

REIS, José Carlos. Os Annales: A renovação teórico-metodológica e “utópica” da História pela reconstrução do tempo histórico. In: SANFELICE, José Luis. **História e História da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

- REIS FILHO, Casimiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- REGO NETO, Hugo Napoleão do. **Fatos da História do Piauí**. 2 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 8ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- SANFELICE, José Luis (org.), SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei. **História e História da Educação**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2000.
- SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.
- SANTOS, José Lopes dos. Imprensa. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p. 371-389.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Maria de Lourdes A. B. e. **Currículo Pleno da Escola Normal**. In: *Educação Hoje*. Teresina. Ano I, nº 4, Revista Trimestral, 1984, p. 69-72.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2201.
- SILVA, Waldeck Carneiro da (org.). **Formação dos profissionais da educação: o novo contexto legal e os labirintos do real**. Niterói: EdUFF, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- TAJRA, Jesus Elias; TARJA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p.143.
- TANURI, Leonor M. Política integrada de formação de professores. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, (71): 82-5, novembro de 1989.
- TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

VILHENA, Maria Isabel Gonçalves de. **Seara Humilde**. Teresina: COMEPI, 1975.

C – DOCUMENTOS SONOROS (CASSETE)

BRITO, Ana Rosa de Lima. **Depoimento** [set. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Raimunda. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MARREIROS, Regina Célis Almeida. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MELO, Maria de Fátima. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MENDES, João Carvalho. **Depoimento** [out. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MENDES, Bárbara Maria Macedo. **Depoimento** [out. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

NUNES, Afrânio Messias Alves. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

PAZ, Regina Cele Bonfim de Sabóia. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SAMPAIO, Raimundo de Araújo. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SANTANA, Maria de Jesus Silva. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA, Jovina da. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA, Vanderlan Pereira da. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA, Maria dos Remédios Moura. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA FILHA, Cacilda Araújo da. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SOARES, Palmira Luzia. **Depoimento** [set. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Maria. **Depoimento** [set. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

VAZ, Marlene de Oliveira. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

VELOSO, Enid Matos Rocha. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

